

em **Linguagem** **Discurso**

ISSN 1982-4017

volume 15, número 3, set./dez. 2015

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina**



Editora Unisul
Tubarão – SC

v. 15, n. 3, p. 337-460, set./dez. 2015

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul
A/C: Comissão Editorial
Avenida José Acácio Moreira, 787
88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036
E-mail: lemd@unisul.br
Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Palhoça: Ed. Unisul, 2000 -

Quadrimestral
ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil).

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil).



Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Chefe de Gabinete

Willian Corrêa Máximo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Assessor de Promoção e Inteligência Competitiva

Ildo Silva

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Fabiano Ceretta

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Dilma Beatriz Rocha Juliano (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Patrícia de Souza de Amorim Silveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
 Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Alba Maria Perfeito (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
 Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
 Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
 Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
 Ana Zandwais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Anna Christina Bentes da Silva (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
 Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
 Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
 Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
 Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
 Bethania Sampaio Corrêa Mariani (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil)
 Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
 Dânie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
 Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
 Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
 Elisa Guimarães Pinto (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil)
 Eric Duarte Ferreira (Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, Brasil)
 Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
 Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
 Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
 Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Leila Barbara (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil)
 Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
 Lucília Maria Abrahão e Sousa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)

Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, Brasil)
Maria Antônia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Elias Soares (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Nukácia Meyre Silva Araújo (Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Pedro de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Silvânia Siebert (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Telma Nunes Gimenez (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Bolsistas/Trainees

Israel Vieira Pereira; Ricardo Ribeiro Elias; Rosane Lemos Barreto

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation 345

Artigos de Pesquisa/Research Articles

- A mulher como alvo de campanhas publicitárias:
uma análise semiótico-social das campanhas Nesfit, da Nestlé
*Women as a target public of publicity campaigns:
a social semiotic analysis of Nestlé's Nesfit campaign*
*La mujer como público principal de campañas publicitarias:
un análisis semiótico-social de las campañas Nesfit, de Nestlé*
Carolina Gonçalves Gonzalez
Viviane Cristina Vieira 347
- Histórias de uma obesa: a teoria dos posicionamentos
e a (re)construção discursiva das identidades
*An obese woman's stories: positioning theory
and the discursive (re)construction of identity*
*Historias de una obesa: la teoría de los posicionamientos
y la (re)construcción discursiva de las identidades*
Claudia Almada Gavina da Cruz
Liliana Cabral Bastos 367
- Considerações sobre o gesto de autoria
na *Moderna Gramática Portuguesa* (1961), de Evanildo Bechara
*Considerations on the gesture of authorship
in the Moderna Gramática Portuguesa* (1961) by Evanildo Bechara
*Consideraciones sobre el gesto de autoría
en la Moderna Gramática Portuguesa* (1961), de Evanildo Bechara
Thaís de Araujo da Costa
Vanise Gomes de Medeiros 385

- A *(des)ordem* da imagem na comunicação política brasileira:
possibilidades analíticas a partir da noção discursiva de relações intercenográficas
The (dis)order of the image in Brazilian political communication: Analytical possibilities from discursive theoretical-notion of relations of inter-scenography
El (des)orden de la imagen en la comunicación política brasileña: Posibilidades analíticas desde la noción discursiva de relaciones intercenográficas
Roberto Leiser Baronas 401
- O que dizem do Brasil as piadas?
What do they say about Brazil in jokes?
¿Qué dicen de Brasil las bromas?
Ana Cristina Carmelino
Sírio Possenti 415
- As faces de Bakhtin: uma análise discursiva de capas de livros
Bakhtin's faces: a discourse analysis of book covers
Las faces de Bajtín: Un análisis discursivo de cubiertas de libros
Marcos Lúcio de Sousa Góis 431
- Ensaio/Essay**
- O diálogo: argumentação prática e condições de afetividade
Dialogue: practical argumentation and conditions of affectivity
Diálogo: argumentación práctica y condiciones de afectividad
Jorge Campos da Costa
Jonas Rodrigues Saraiva 449

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-1503AP-0000>

APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

A terceira e última edição de 2015 de Linguagem em (Dis)curso confirma sua vocação de agregar temas presos em três grandes linhas de sustentação – “a memória, a história, o esquecimento” –, amarradas pela cobertura dos estudos em Texto e Discurso, que ordena a diversidade de perspectivas. Ela provê, com os textos agora publicados, mais uma combinação que retoma, de algum modo, nossa grande preocupação com o que é nossa condição histórica: a da representação do passado – muito próximo, medianamente próximo ou mais distante.

Trata-se, na verdade, de uma recente constatação, sob a inspiração de um belíssimo estudo de Paul Ricoeur: *A memória, a história, o esquecimento**; por ele intentamos dar cobertura aos sete trabalhos agora apresentados, tocando em seu ponto sensível. Ricoeur considera essas partes como três mastros que sustentam as velas de uma mesma embarcação, voltada para um destino único.

O primeiro artigo, tendo na memória muitos outros, tematiza mulher e campanhas publicitárias (questões de gênero), e chega ao tópico de uma identidade estereotipada, e da sujeição da mulher não diretamente ao homem, mas ao próprio corpo, em função da pressão mercadológica.

O segundo artigo focaliza outra dobra da identidade feminina: lida etnograficamente com a construção identitária pelo ângulo do estigma, com a manifestação viva de uma pessoa atingida, que ratifica ou contesta sua posição. Ela flutua entre um passado e um futuro, sem viver o presente.

“O que faz a fragilidade da identidade?” pergunta-se Ricoeur. “É o caráter puramente presumido, alegado, pretenso da identidade.” (2007, p. 94). Esta se amarra, aliás, alternativamente, ao *excesso de memória* (com possibilidade de abuso) ou à *insuficiência de memória* (com possibilidade de esquecimento).

Memória se trabalha igualmente no texto em que, retornando a uma gramática portuguesa de 1961 (a de Evanildo Bechara), procura-se, junto à história das ideias linguísticas, detectar o gesto de autoria nessa elaboração gramatical, uma forma específica de dizer que remete a uma posição sobre o passado.

A “(des)ordem da imagem” conduz o quarto artigo, tomando a imagem como “operador de memória social”, aqui especialmente no campo político. Tudo se liga ao passado – abuso de memória? – e cria cenas para tocar no futuro imediato, tateando na tarefa de forjá-lo. Aqui, uma tarefa para evitar o esquecimento.

Peças de humor convivem com os dramas e com o poder constituído; o mundo *folk* espia, considera e se manifesta, revisitando o passado e voltando os olhos para o futuro. Parece um visionário das sombras e capataz sem papas na língua, a julgar tudo e todos – criando imagens e estabelecendo caricaturas, estereótipos. É o que se faz no quinto texto de nossa edição, tendo como alvo o Brasil.

* RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

“As faces de Bakhtin”, como ícone de uma história controvertida, surgem das sombras para, mais uma vez, pôr em contraste o movimento de conforto/desconforto acadêmico perante uma obra profundamente inovadora e inquietantemente opaca. Fala-se, para além das controvérsias, de um criador-autor que transcende o indivíduo, sobrepondo-se à própria crítica.

Finalmente, nesses passos pelas pedras da história, um ensaio sobre o diálogo experimenta várias percepções e temporalidades – desde a lógica até a afetiva, desde a Antiguidade até hoje – fazendo intervir o jogo emocional e seus efeitos no diálogo argumentativo prático, passando da Lógica Clássica para uma racionalidade *lato sensu*, dependente de condições de verdade e condições de afetividade.

A tríade de Ricoeur atravessa todas essas manifestações, fazendo a linguagem funcionar bem (fazer sentido), por um lado, com certos *rumores*, e por outro trazendo a ansiedade das relações presente-passado-futuro no que ainda está em construção.

A equipe de Linguagem em (Dis)curso deseja que os textos desta edição permitam boas reflexões a seus leitores!

Por último, mas com uma importância especial, a equipe deseja agradecer ao corpo de pareceristas que legitimou, durante o ano, a produção submetida e publicada em nossa revista, bem como àqueles que permaneceram disponíveis para atender a nosso chamado.

Fábio José Rauen

Maria Marta Furlanetto

Editores

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150301-1015>

A MULHER COMO ALVO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS: UMA ANÁLISE SEMIÓTICO-SOCIAL DAS CAMPANHAS NESFIT, DA NESTLÉ

Carolina Gonçalves Gonzalez***Viviane Cristina Vieira******Universidade de Brasília****Instituto de Letras****Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas****Brasília, DF, Brasil**

Resumo: Observando o uso de vocativos femininos na campanha dos produtos da Linha Nesfit, chama atenção a opção da empresa por situar seu público-alvo: o feminino. Serão apresentadas neste artigo algumas concepções de gênero social e a interface entre estudos feministas e a Análise de Discurso Crítica, a virada metodológica empreendida pelos estudos queer e resumo teórico da Teoria Semiótica Social, fundamentada na Linguística Sistêmico-Funcional. Contrastando imagens e textos verbais, analisamos um processo de reposicionamento discursivo da marca Nestlé. O estudo inicial aponta que a marca não reposiciona a identificação da mulher por meio de um discurso mais emancipador, mas acaba por situar suas práticas discursivas como mantenedoras de uma identidade estereotipada, que subjuga a mulher não ao homem, mas a seu próprio corpo.

Palavras-chave Feminismo. Estudos críticos do discurso. Teoria da Semiótica Social. Publicidade.

1 APRESENTAÇÃO

No presente artigo, que traz resultados da pesquisa de mestrado “Identidade de gênero no espaço escolar: empoderamento feminino através do discurso” (GONZALEZ, 2013) e do projeto “Corpos e identidades como práticas sociodiscursivas: estudos em análise de discurso crítica” (RAMALHO, 2013; VIEIRA, 2015), desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), pretendemos apresentar discussões sobre gênero social segundo os estudos feministas e a relação entre estudos feministas e a Análise de Discurso Crítica (ADC). Tanto o conceito de gênero social quanto o de linguagem são problemáticos (MAGALHÃES, 2008), devido à possibilidade de o feminismo ficar apagado pelo uso do termo ‘gênero’. Além disso, algumas concepções de gênero essencializam tanto a condição da mulher quando a do homem, por conceberem gênero com base no sexo biológico.

* Mestre e doutoranda em Linguística do Instituto de Letras do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB/IL/LIP/PPGL). E-mail: carolgonzalezmestrado@gmail.com.

** Mestre e Doutora em Linguística. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB/IL/LIP/PPGL). E-mail: vivi@unb.br.

Os estudos *queer* representam uma inovação e uma virada metodológica na medida em que passam a tomar gênero não como um atributo social, mas como uma performance do agente (sujeito), que pode modificar-se ao longo da vida e a depender a situação social que a pessoa esteja vivenciando. Tomando esses estudos como norte, apresentamos a interface entre a Análise de Discurso Crítica, a Linguística Sistêmico-Funcional e a Teoria da Semiótica Social. As três correntes teóricas dialogam e estabelecem a necessidade do estudo da linguagem com vistas à mudança social e à análise dos mecanismos de manutenção e estabelecimento de lutas de poder através do discurso.

Estabelecemos a interface entre esses estudos para, então, proceder à análise. Apresentamos três imagens relativas aos rótulos de produtos da *Linha Nesfit*, da marca *Nestlé*, e uma imagem do sítio eletrônico da marca. Essa linha de produtos foi desenvolvida especificamente para atender ao público feminino e estabelece, através do rótulo de suas embalagens, quais seriam as necessidades deste público. É construído discursivamente através de diversos recursos semióticos e multimodais um discurso referente ao corpo feminino e às demandas deste público, discurso este que não constrói a identidade feminina em oposição a outras identidades, senão a partir de si. O objetivo deste artigo é, portanto, analisar como o feminino é construído em publicidades em que há um reposicionamento discursivo.

2 ESTUDOS FEMINISTAS E REPRESENTAÇÕES PARA ALÉM DO BINARISMO FEMININO E MASCULINO

Questões e estudos feministas têm sido pensados ao longo do século XX e XXI por diversas áreas do conhecimento e com as mais diferentes abordagens e colaborações. Segundo Virginia Olesen (2006), a investigação feminista é dialética e possui diferentes visões que se fundem para produzir novas sínteses que, por sua vez, formam as bases da pesquisa, da práxis e das políticas que estão por vir. Ainda segundo a autora, pesquisas para e sobre as mulheres já constituem um campo do saber próprio e autônomo, independente, em larga medida, de outras linhas de pesquisa e áreas do saber consolidadas, como Ciências Sociais e Ciências da Linguagem.

Ainda Olesen (2006) afirma que diferentes feminismos compartilham de diferentes orientações teóricas e pragmáticas, refletindo contextos nacionais nos quais as agendas feministas apresentam muitas diferenças. Tendo isto em conta, a Análise de Discurso Crítica em si figura como uma das possibilidades de abordagem teórica para os estudos feministas. Falar em feminismo e análise de discurso crítica envolve sempre a necessidade de delimitar o conceito de gênero, um dos conceitos fundamentais que pretendemos problematizar neste artigo.

Segundo Joan Scott (1990), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. É uma análise do conceito e da categoria gênero no campo das ciências humanas e sociais para as quais o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico ou o que se diz a partir das diferenças percebidas entre os sexos.

Estudar gênero passa a se constituir como uma forma de compreender as relações sociais a partir de conceitos e representações em práticas sociais desenvolvidas entre as pessoas, como as práticas publicitárias. Como se constroem as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes é uma das preocupações no cerne das pesquisas em que se tematiza o conceito de gênero e da compreensão ou juízo de valor que as pessoas têm sobre as outras a partir da anatomia sexual e conformação social. A negação de diferenças individuais, a imposição de um padrão e as representações sobre os atores sociais são, também, objetos de estudos e análises.

Estudos de gênero também se preocupam com a dominação do discurso e da visão androcêntrica de mundo, segundo a qual o masculino ocuparia posição central nas relações e práticas sociais, configurando-se como gênero social dominante (SOUZA; CARVALHO, 2003, p. 43). Gênero, em uma perspectiva relacional, refere-se ao que Louro (1992, p. 57) diz a seguir:

o gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos supõe-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou femininizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação.

O conceito de gênero é bastante abrangente e possui uma longa trajetória de estudos e problematizações por pesquisadoras e pesquisadores, a exemplo do que aponta a publicação de Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006). Sobre sua abrangência, Grossi (1998) afirma que foi somente a partir de 1989 que o termo 'gênero' passou a ser amplamente utilizado pelas Ciências Sociais no Brasil. O que os estudos de gênero propostos a partir de então vão problematizar, assevera Grossi, é justamente a determinação biológica da "condição feminina". O conceito de gênero chegou até nós através das pesquisadoras norte-americanas, que passaram a usar a categoria "gender" para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres". O conceito de gênero está colado, no Ocidente, ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum – que se reflete nas preocupações da teoria feminista – de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade, esta marcada pela escolha do objeto de desejo. Mírian Grossi, também com base em Joan Scott, ao falar em gênero, diz:

eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos. (GROSSI, 1998, p. 5)

Ambas as autoras, Grossi e Scott, concordam que o gênero é uma categoria historicamente construída, determinada, que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, uma categoria que serve para “dar sentido” a esta diferença. Desta forma, os indivíduos nunca serão pensados sozinhos, mas estabelecendo relações nas mais diversas esferas das práticas sociais, como nas práticas escolares; basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista e que não seja nunca o simples agregado dos direitos de cada um de seus membros, mas um arbitrário constituído de regras em que a filiação (social) não seja nunca redutível ao puro biológico.

Se gênero é a categoria que utilizamos e criamos, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres em suas relações sociais determinadas historicamente, fica fácil confundir gênero com sexo e deixar de lado os e as homossexuais, travestis e transexuais. Segundo Grossi, quando falamos de sexo, referimo-nos apenas a dois sexos: homem e mulher (ou macho e fêmea, para sermos mais biológicos), dois sexos morfológicos sobre os quais “apoiamos” nossos significados do que é ser homem ou ser mulher. Estas questões nos levam a refletir sobre a problemática da homossexualidade e sobre os desempenhos de papéis de gênero fortemente associados às sexualidades. Um outro aspecto fundamental, aponta a autora, além dos papéis de gênero desempenhados pelas pessoas e fortemente associados à sexualidade, é a questão da identidade de gênero, algo um pouco mais complexo, porque remete à constituição do sentimento individual de identidade.

Como as identidades são formadas, constituídas, negociadas, trocadas e como a questão da identidade de gênero foge à expectativa do corpo biológico são temas centrais para os estudos que desenvolvemos. Neste ponto, Grossi relembra o papel fundamental da língua na constituição das identidades dos sujeitos, visto que “a língua é um elo fundamental do indivíduo com sua cultura”. Para Stoller (1978, *apud* GROSSI, 1998, p. 28), “todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino.”. Grossi (1998) aponta que a sexualidade é também um produto de questões históricas e culturais. Desta forma, a proibição, criminalização ou aceitação de práticas homossexuais são elementos da cultura, podendo ser culturalmente alterados. A escolha do objeto sexual não necessariamente dirá respeito a uma mudança na identidade sexual de um indivíduo, não havendo, pois, a necessidade de se teorizar a respeito de um ‘terceiro gênero’. Segundo a autora,

devemos distinguir identidade de gênero de práticas afetivo-sexuais, porque a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero em concomitância com outras coisas, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução. Categorias como sexo e gênero, identidade de gênero e sexualidade são tomadas muito seguidamente no Brasil como equivalentes entre si. (GROSSI, 1998, p.12)

Dessa forma, trata-se de analisar as relações que se estabelecem entre o universo das práticas sociais e dos momentos dessas práticas no que diz respeito tanto ao universo feminino quanto ao masculino, não se prendendo à feminilidade somente. O conceito de gênero “serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo

tempo, política”. Dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social não nega a biologia, mas destaca a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (1998, p. 21). Cabe dizer que gênero e suas expressões apresentam um *continuum* entre o masculino e o feminino, frequentemente apagados discursivamente nas representações e estilos.

Assim como com os estudos feministas, os estudos de gênero social reivindicam para si um *corpus* específico, uma vez que ainda há insuficiência de foco teórico para explicar a manutenção das desigualdades existentes entre homens e mulheres. É necessário que a categoria gênero dialogue com outras áreas do saber e da produção científica, em uma tentativa de se estabelecer que este conceito não é sinônimo do conceito de mulher, segundo Matos (1994, p. 97):

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro. Esses perfis se constituem, social, cultural, e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.

A despeito da presença das relações de gênero na teoria feminista, Yannoulas (2003, p. 15) diz que

o ponto de partida e a estratégia de análise proposta pelas feministas acadêmicas afirmam que gênero é um dado crucial na investigação científica em função de duas perspectivas: como forma de classificação social a ser resgatada ou procurada no ‘real’; e como dado constitutivo da identidade do sujeito que investiga e produz saberes.

Isso implica que mulheres são simultaneamente pesquisadoras e objeto de pesquisa, desconstruindo a noção consagrada de neutralidade na pesquisa.

Segundo Gabrielli (2007), a crítica à neutralidade empreendida pelas acadêmicas e pelos acadêmicos feministas visa a demonstrar que a ciência denominada neutra é construída desde o princípio por homens. A Análise de Discurso Crítica também não se pretende neutra, e posiciona-se em favor da crítica explanatória em busca de superação de problemas que tenham a ver com situações de opressão, dentro de lutas hegemônicas e disputas de poder, dialogando perfeitamente, pois, com a teoria feminista.

Outra possibilidade de aproximação teórica é a que diz respeito à utilização de conceitos e teorias legitimadas no campo da ciência, buscando analisar esses conceitos a partir do estudo das ideologias ali contidas. A análise da conjuntura e condições de produção dos discursos também é uma interface produtiva entre os estudos da ADC e os estudos Feministas.

Segundo Magalhães (2008), Sara Mills sugere que os conceitos de gênero e linguagem são ambos problemáticos. Segundo Magalhães (2008, p. 63), “há feministas que se preocupam com o uso do termo “gênero”, à medida que o termo pode reduzir o sentido político do feminismo. Outras feministas defendem o termo, considerando que possibilita a ‘análise da diferença’”:

Isso quer dizer que a diferença sexual não é considerada como um dado, no qual todos os homens são classificados como se partilhassem certas características opostas às características supostamente partilhadas por todas as mulheres. Ao contrário, as mulheres são vistas menos como uma casta fixa, homogênea do que como um grupo de pessoas que é atravessado por outras variáveis e elementos, como classe, raça, idade, orientações sexuais, educação, e assim por diante, e que sofre a influência disso. (MILLS, 1995, *apud* MAGALHÃES, 2008, p. 63).

Magalhães afirma que a maior mudança de foco na área dos estudos de gênero deve-se a Judith Butler (1990), que formulou, inicialmente, a seguinte definição para o termo: “Gênero é uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos, num quadro regulamentador altamente rígido, que congelam ao longo do tempo, produzindo a aparência de substância, de um tipo natural de ser.” (BUTLER, 1990, *apud* MAGALHÃES, 2008, p. 63).

Magalhães (2008) recorre a Foucault (em *A arqueologia do saber*) para explicar os discursos e identidades de gênero, afirmando que

os sujeitos são constituídos por um sistema de relações, e a ‘rede de lugares distintos’ que os sujeitos ocupam nessas relações entre o espaço institucional e ‘códigos de percepção’, entre ‘observações imediatas’ e ‘informações já adquiridas’ e entre os múltiplos papéis que exercem no ‘espaço social’, constitui a dispersão em suas identidades (FOUCAULT, 1987, p. 59-60). Pode-se dizer, dessa forma, que as identidades de gênero são heterogêneas, múltiplas, metamorfoseadas. (MAGALHÃES, 2008, p. 63).

De maneira conclusiva, as identidades de gênero deixam, assim, de ser vistas como fixas, passando a ser vistas como construídas quando repetidas em um contexto social de controle, como o da publicidade, de maneira múltipla e multifacetada, como também discute Ramalho (2009, 2010, 2013). Louro (1997) cita Joan Scott para levantar a possibilidade de desconstrução do caráter permanente de oposição binária entre o masculino e o feminino, ou seja, a crença de que há entre os dois gêneros uma relação intrínseca de dominação-submissão.

Como já mencionado, o papel de Judith Butler para a compreensão do conceito de gênero e sua reconfiguração é fundamental para o processo de desessencialização das identidades. Ao analisar as identidades, é importante salientar, devemos levar em consideração críticas à heterossexualidade e à heteronormatividade como modelos sociais prescritivos, críticas empreendidas pelas teorias *queer*, fundadas no início dos anos 90 do século 20. Segundo Miskolci (2009), o diálogo entre a Teoria *Queer* e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento *queer* com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual.

A escolha do termo *queer*, segundo o autor, serviria “para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para

destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade.” (2009, p. 151). A teoria *queer* passa, então, a compreender a sexualidade como um dispositivo histórico de poder, um dispositivo heterogêneo de discursos e práticas sociais sendo que “sua estrutura está no dualismo hetero/homo, mas de forma a priorizar a heterossexualidade por meio de um dispositivo que a naturaliza e, ao mesmo tempo, torna-a compulsória.” (MISKOLCI, 2009, p. 156).

Os teóricos e as teóricas *queer* focaram na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista. Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidades, estudos empíricos sobre comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos *queer* partem de uma desconfiança com relação aos “sujeitos sexuais” como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, hierarquizadores, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. As teorias *queer*, assim como a Análise de Discurso Crítica, impõem às Ciências Sociais a necessidade de rever seus pressupostos, de forma a focar no hegemônico como objeto de estudo e análise crítica.

Dos principais e mais consideráveis legados da teoria *queer* é exatamente a noção de desconstrução metodológica e de análise. Levaremos em conta este aspecto e contribuição da teoria para analisar como a construção da representação identitária da mulher pode ser feita sem, necessariamente, a proposição da oposição do feminino ao masculino. O feminino pode e vem sendo construído em si e a publicidade, ao optar por direcionar produtos para um público específico, o feminino, coloca de lado a máxima do masculino genérico em nome de focalizar suas representações na construção de uma identidade de mulher descolada do binarismo.

3 TEXTOS COMO EVENTOS SOCIAIS E SEMIÓTICOS NA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Para fins de análise, tomaremos a publicidade como um evento social e uma entidade comunicacional (FAIRCLOUGH, 2003; KRESS; VAN LEEUWEN, 2001), ou seja, adotaremos um olhar apropriado a uma visão multimodal das semioses sociais. Para tanto, com base também em Fairclough (2003), levaremos em consideração os quatro estratos apontados por Gunther Kress e Theo Van Leeuwen (2001) e que dão sentido à teoria multimodal da interação: (1) o discurso como uma construção social de conhecimentos e de (alguns aspectos) da realidade, ou seja, o discurso como representação; (2) o *design*, que é uma construção social que ocorre mediante interação social entre um conteúdo e sua expressão, ou seja, o lado conceitual da expressão e a expressão do conceito; (3) a produção, que corresponde à organização em um meio de execução. Por último, (4) a distribuição, que embora tenda a ser vista como algo não semiótico, é semiótica, pois acrescenta significado.

A teoria multimodal leva em conta o modo como o conteúdo usa um meio para expressar-se. Ou seja, para citar um exemplo, as cores são diferentes da linguagem como modo, uma vez que ouvir a palavra ‘azul’ é diferente de ver esta cor diante de si.

A mesma cor, o azul, carrega um significado que é atribuído socialmente, ou seja, em nossa sociedade, e de modo geral no ocidente, o azul é associado ao masculino, ao passo que o rosa é associado ao feminino, como apontam os autores, ou seja, a cor é ao mesmo tempo significante e significado. O modo inclui as imagens visuais, os corpos no espaço, a linguagem como fala, os gestos, a linguagem como escrita, entre outros.

Kress e van Leeuwen (1996) defendem que as estruturas visuais apontam para interpretações particulares da experiência e da interação social, constituindo-se como importante ferramenta para a análise das práticas sociais. Dado que os significados das imagens pertencem sempre à cultura, a teoria da Semiótica Social da Representação olhará para as relações entre significantes e significados como motivadas e convencionadas a fim de construir uma dada realidade e um dado discurso.

A partir desta noção de produção e circulação dos significados e da valorização dos estudos semióticos na comunicação e nas práticas sociais, foi sistematizada uma Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996), visando a orientar o estudo das interações visuais produzidas e disseminadas no ocidente. Embora o termo ‘gramática’ sugira a ideia de conjunto rígido de regras, a gramática do design visual sinaliza para a necessidade de se analisar as formas como se dá a combinação entre pessoas, lugares, cores, gestos, formando um todo significativo.

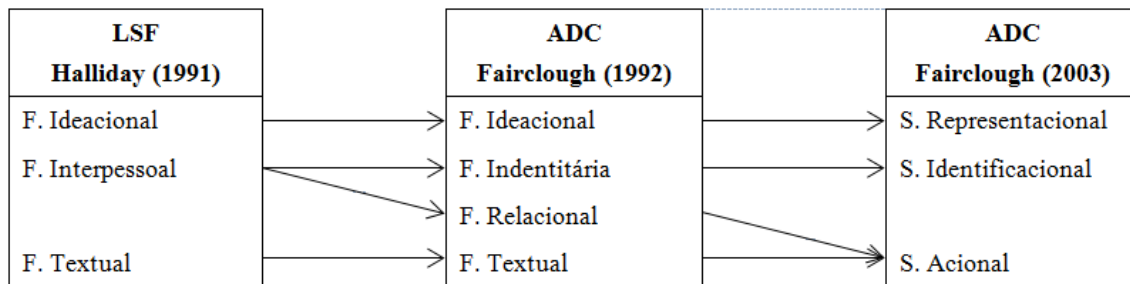
Dentre as relações entre a teoria da semiótica social, a Análise de Discurso Crítica e a Linguística Sistêmico-Funcional, cabe destacar a importância da compreensão e do foco nos sentidos propostos por Halliday (1985) e adaptadas por Kress e Van Leeuwen (1996). Segundo os autores, não é possível estudar as formas gramaticais, seja de textos escritos ou imagéticos, desvinculando essas formas de seus significados, que são sociais. Essas formas seriam, então, concebidas como recursos para codificar interpretações das experiências e formas de interação social. A questão social, o contexto de cultura (HALLIDAY, 1985), as ideologias e lutas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2003) e estruturas de poder são centrais para a compreensão do *design* visual das imagens e símbolos.

Além dos sentidos, os significados têm papel central nas três teorias. Fairclough (2003) e Kress e Van Leeuwen (1996) assumem uma concepção multifuncional do texto, apresentada por Halliday (1985). O texto seria definido, pois, de duas formas: 1) como dimensão semiótica da prática social; e 2) como contribuição discursiva produzida em um contexto social para ser retomada, incorporada, questionada, ironizada ou transformada em outros contextos temporais.

A gramática proposta por Halliday (1985) organiza-se em três metafunções: a ideacional, através do sistema de transitividade, que se refere à oração como representação; a interpessoal, através do sistema de modo, que se refere à oração como troca; e a textual, através do sistema tema, que se refere à oração como mensagem. Na Gramática do Design Visual, essas três funções correspondem às representações narrativas, às representações conceituais, e às interações.

Na teoria social do discurso, de Fairclough (2003), relacionam-se aos principais significados dialéticos do discurso: representacional, (inter)acional e identificacional, como resumem Ramalho e Resende (2011) e Resende e Ramalho (2006, p. 41):

Figura 1 – Recontextualização da LSF na ADC



Fonte: Elaboração própria

Como mencionado anteriormente, a Análise de Discurso Crítica, desenvolvida inicialmente por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), é uma abordagem científica interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social, com foco na explanação de problemas sociais parcialmente sustentados por relações de causa-efeito do discurso no mundo, e vice-versa. Considerando a disseminação e o amplo alcance dos discursos publicitários hegemônicos da grande mídia brasileira, trazemos para explanação um exemplo de campanha publicitária com potencial ideológico para legitimar e reificar a imagem da mulher como um objeto, com base na valorização de um ideal de beleza e estética fora dos padrões encontrados com recorrência na sociedade.

4 REPOSICIONAMENTO DISCURSIVO DA PUBLICIDADE PARA A INCLUSÃO DA MULHER COMO CONSUMIDORA POTENCIAL

Segundo Magalhães (2005), o texto publicitário possui como característica um destacado hibridismo inerente na relação multimodal entre escrito, oral e visual. Assim como a autora, nosso interesse é analisar a construção semiótica das identidades de gênero, no caso a construção semiótica do gênero feminino representado através da supressão do uso do masculino genérico e não sendo contrastado com o gênero masculino, como um fluxo dinâmico de representações sociais mediadas por aspectos textuais, tais quais: o vocabulário, a gramática (modalidade), a interdiscursividade e a representação imagética, discutidas por Kress e van Leeuwen (1996, 2001).

Segundo Knoll (2012), a comunicação midiática, em especial a publicidade, atua sobre a manutenção, produção e transformação dos discursos de gênero social. A autora observa que a publicidade atua em dois polos: o da produção e o do consumo. Do ponto de vista de nós que consumimos, o produto a ser consumido não possui só um valor de troca ou de uso, mas um valor simbólico. Há demandas psicossociais em jogo no ato de consumir, que envolvem sentimentos como autoestima, *status*, evolução pessoal e conquista (MASLOW, 1984, *apud* KNOLL, 2012, p. 243). Dessa forma, a carência de identidade se transforma na carência do produto.

Veremos, mais adiante, que a marca suíça *Nestlé*, conhecida do público consumidor do Brasil desde 1876, opta por direcionar sua publicidade ao público feminino, reposicionando seu discurso de empresa que vende produtos de baixo valor

nutritivo e alto teor calórico para uma empresa preocupada com os cuidados da saúde e da estética feminina. Ao adotar esta estratégia, a empresa foca-se nas demandas psicossociais que estão em jogo no ato do consumo, abandonando o discurso do masculino genérico para direcionar como consumidoras finais de seus produtos mulheres em busca de um corpo em forma.

Procederemos à análise dos textos multimodais a seguir buscando elencar elementos presentes nas imagens que constroem discursivamente a identidade feminina, de maneira desvinculada do masculino genérico, como potencial consumidora de uma linha de produtos que reposiciona o discurso tradicionalmente adotado pela marca *Nesfit*.

Figura 2 – Frente da embalagem dos produtos *Nesfit*



Na Figura 2, vemos três embalagens do mesmo produto da linha *Nesfit*. Em destaque, formando um ângulo oblíquo com as demais, aparece uma embalagem que coloca em destaque, no alto da embalagem e em cor destacada, a palavra “novo” que sugere um diferencial do produto e uma forma de a marca demonstrar seu reposicionamento discursivo, com um novo compromisso em vender produtos em que a preocupação com a saúde e a boa forma sejam foco. Não há representações e nem processos narrativos em nenhuma das capas das embalagens, ou seja, por mais que o produto sugira as atividades físicas aliadas à alimentação saudável como chaves para alcançar o corpo “fit”¹, não há representações nas embalagens de produtos que sugiram atividades físicas nem representem esses processos.

¹ Palavra que em língua inglesa sugere “encaixar-se”, “caber”, “adequar-se”, no sentido aqui de estar ou entrar em forma.

A imagem de uma silhueta feminina e, dentro dela, de uma colher com cereal matinal, pode ser analisada como representações conceituais, que desenham construtos sociais. A imagem da silhueta, recorrente em todas as embalagens dos produtos *Nesfit*, carrega em si um significado ou identidade, tratando-se de um atributo simbólico. Segundo Kress e van Leeuwen (1996), atributos simbólicos são representações salientes posicionadas fora do fundo de uma imagem, com tamanho exagerado, bem delimitado, e em cores contrastantes. Possuem gestos que não podem ser interpretados como ações, nem realizam uma conexão visual com outros participantes. Além disso, eles parecem desconectados do todo da imagem e são associados convencionalmente a alguns valores simbólicos. Aqui, temos a silhueta de uma mulher, ou seja, o produto está marcando quem é sua interlocutora preferencial e qual o valor estético e corporal que ele pretende vender. Trata-se de um produto destinado ao público feminino que deseja alcançar ou manter um padrão corporal próximo ou semelhante ao da silhueta estampada no rótulo.

Os cereais na colher estão representados em *close-up*, ou seja, estão bem próximos às consumidoras, e possuem alta modalidade, uma vez que têm nitidez, cores próximas ao real e apresentam um aspecto bem naturalístico, sugerindo que a consumidora que comprar o produto encontrará, aliado aos benefícios de um corpo “fit”, um produto de boa qualidade. Fotos de comidas em revistas e publicidade, asseveram os autores, terão maior modalidade quanto mais a imagem criar uma ilusão de toque, cor, gosto e cheiro, como na imagem em questão.

Por fim, ocupa posição central na embalagem, emoldurada e em cor com destaque, o nome do novo produto da *Nestlé*: *Nesfit*, sugerindo que o que está no centro é o produto que está sendo ofertado, isto é, núcleo da informação para a qual os outros elementos são subservientes. A moldura da palavra “Nesfit” é conectada à silhueta feminina, sugerindo a interligação dos valores que ambas representam.

Chama atenção, na última embalagem, a imagem de um zíper que se abre dando origem, sob um fundo preto, aos dizeres “operação biquíni”. O zíper também pode ser compreendido como um atributo simbólico, que, em nosso contexto de cultura, é interpretado como um vilão para as pessoas que fazem dietas com o fim de emagrecer e alcançar o corpo “fit”. Em outras embalagens a campanha “operação biquíni” também é evidenciada, como pode ser visto na figura 3, mais adiante.

Tanto na embalagem da Figura 2 quanto da Figura 3 a campanha “operação biquíni” aparece realçada por um fundo preto. Na Figura 3, a moldura lembra uma tarja preta. Aqui é possível estabelecer uma relação de interdiscursividade entre o discurso publicitário e o discurso médico. A sociologia do corpo tem-se preocupado em verificar como os discursos médicos ocuparam posição central nas explicações relativas à sexualidade e ao gênero, desde o século XIX (FOUCAULT, 1997). A questão do corpo saudável e magro e da ditadura da beleza, no caso da publicidade em questão, faz uso da interdiscursividade com o discurso médico tanto ao recorrer ao uso da tarja preta para chamar atenção de suas consumidoras quanto pela escolha lexical do termo “operação”. Tarjas pretas são símbolos semióticos utilizados para informar aos consumidores e consumidoras que um medicamento é de alto risco e, conseqüentemente, muito eficazes no combate de doenças também de alto risco, só podendo ser prescritos por médicas e especialistas. A palavra ‘operação’, utilizada no contexto da saúde, significa um procedimento terapêutico invasivo e complexo no corpo das pacientes.

Figura 3 – Frente da embalagem dos produtos Nesfit



Aqui, “operação biquíni” remete a uma série de atitudes que deveriam ser tomadas por parte da consumidora em nome de, em apenas 14 dias, estar “apta” a utilizar um biquíni, ou seja, uma série de procedimentos invasivos e complexos estão sendo sugeridos às consumidoras em nome de elas alcançarem o ideal de um corpo digno de ser exposto. A palavra ‘biquíni’ remete não só à peça de vestuário utilizada por mulheres (e novamente elas, excluindo-se, pois, os homens como potenciais consumidores do produto), mas a todo um conjunto de atributos simbólicos valorizados em nossa sociedade: o corpo magro, a objetificação do corpo e os cuidados pessoais.

Na Figura 3, do lado direito, como um “dado” ou ponto de partida para a leitura da imagem da “operação biquíni”, aparece fotografia da atriz de telenovelas Paola Oliveira. A escolha desta atriz e a forma como ela é representada são bastante significativas. Tomando a imagem como um processo analítico, a atriz seria considerada uma *Carrier* de Atributos Possessivos, neste caso, o biquíni. Ela, uma mulher magra, branca e símbolo de beleza, representa aqui a pessoa que pode usar um biquíni, o ideal a ser perseguido pelas consumidoras do *Nestlé Nesfit*. A modalidade aqui é baixa, uma vez que, escrutinando os processos atributivos de Oliveira, percebemos que o fundo é plano e que o fato de a atriz posar para a foto adiciona artificialidade à imagem. Mas, embora seja um processo analítico, a sua intenção é mais interacional e emotiva que representacional. Há um estabelecimento de relação entre a atriz e as consumidoras com seu olhar de demanda, visto que o vetor do olhar forma um ângulo reto com quem fita a imagem. O sorriso revela uma relação de afinidade, de cumplicidade, como se a imagem quisesse pedir algo para as pessoas que olham para ela. A mão de Paola está posicionada sobre a cabeça, evidenciando o biquíni e objetificando o seu corpo pronto

para o uso desta peça de indumentária. O corpo da mulher é apresentado como um exemplo objetificado de sucesso supostamente obtido pelo uso do produto, e a imagem define, potencialmente, quem é a pessoa que a olha: uma mulher cúmplice, admiradora, quase uma parceira ou amiga, revelando uma relação simétrica que, novamente, exclui os homens do processo.

Figura 4 – Verso da embalagem dos produtos Nesfit



Na Figura 4, verso das embalagens de cereais matinais da linha *Nestlé Nesfit*, há alguns outros aspectos relevantes a serem analisados. Há uma mescla maior entre elementos escritos e imagens e várias molduras que interconectam textos escritos e imagens. No canto superior direito, emoldurada por um círculo preto, vemos a imagem de uma mulher vestida com uma fantasia de carnaval, como o texto ao lado da imagem sugere. Essa mulher foi fotografada a uma distância social longa (*long shot*), revelando seu corpo todo. Alguns motivos podem explicar a distância. Não se trata de uma pessoa famosa e que fale diretamente com as consumidoras, como é o caso da imagem de Paola Oliveira. No entanto, o fato de a imagem ser frontal, objetiva, o vetor do olhar formar um ângulo reto com as pessoas que olham a imagem, a postura corporal ereta e o sorriso revelam que a mulher da imagem se comunica de alguma forma com suas

interlocutoras. Além de se comunicar, o braço apoiado sobre a cabeça, a outra mão sobre a cintura, o ventre nu, a perna posada e a disposição corporal da mulher da foto revelam que ela está colocando em evidência atributos simbólicos do que seria um corpo “pronto para o carnaval”. Essas conclusões podem ser afirmadas mais categoricamente quando associamos a leitura da imagem ao texto que está emoldurado ao lado direito da foto da moça, representando o “novo” dado ou informação que complementa a leitura da imagem, ponto-chave da leitura. O texto questiona “Você está pronta para o carnaval?”. Esta oração interrogativa requer uma informação relativa à polaridade (HALLIDAY, 1985), ou seja, só abre a possibilidade de as leitoras da imagem responderem entre o polo positivo e o negativo.

Por mais que se simule abertura para o diálogo com as consumidoras, a Nestlé endereça diretamente às leitoras com o uso do “Você” e do processo relacional intensivo e atributivo “está”, além do uso do modo interrogativo, não havendo escolha para a leitora senão responder de maneira afirmativa ou negativa ao anúncio. A resposta, estando associada à imagem posicionada do lado esquerdo, o ponto de partida da leitura deste quadro, o dado, está subjugada ao quão próximo o corpo da leitora está do corpo exposto na imagem. Há uma falta de reciprocidade, neste caso, e em todas as formas de leitura, que realiza o poder codificado na leitura do texto, isto é, não sobra à leitora a possibilidade real de dialogar com o anúncio, rejeitar a pergunta ou problematizá-la. O uso da interrogativa evidencia ainda mais a postura de imposição de valores para as mulheres e a falta de escolha da consumidora, que deve adaptar-se ao padrão estético apresentado pela empresa em nome de poder desfrutar do carnaval e mesmo de poder exibir seu corpo em um biquíni. Novamente, o uso do vocativo feminino com a marcação em “pronta” revela que a identidade masculina não é aqui acionada, nem de forma genérica, em nome de auxiliar, através da diferença, a construção da identidade da mulher.

A marca de pontuação exclamativa ao final da sentença que aponta para os 14 dias da operação que está sendo anunciada revela uma entonação exaltada e uma forma de o anúncio enfatizar e buscar chamar atenção das consumidoras para este aspecto. A exclamação pode ser entendida também como um apelo sentimental, que se seguirá no restante do texto escrito no anúncio.

A moldura preta no topo da página pode ser entendida como aquilo que é ideal, ou que desempenha o papel protagonista na leitura total da página. Abaixo e no canto direito há uma moldura redonda rosa. Segundo Kress e van Leeuwen (1996), formas redondas ou circulares se opõem, nas culturas ocidentais, a formas quadradas ou retangulares, pois são tidas em nosso contexto de cultura como formas mais orgânicas, naturais, e as segundas como mais mecânicas ou tecnológicas. Em geral, na representação de diagramas, como os representados na embalagem, há a opção por formas de linhas retas, por estas estarem associadas mais à racionalidade, eficiência e veracidade. O que teria levado a Nestlé a optar por molduras redondas? As autoras Telles (2008), Rohden (2001) e Sorj (1992) sugerem que há um longo histórico, desde os discursos médicos, das artes e religiosos, de associação do feminino com formas e expressões da natureza, em oposição à racionalidade e tecnologia. Lê-se, dentro do círculo rosa, a seguinte frase: “O desafio de sentir-se em forma neste verão”. Há aqui a

atribuição de um processo mental reflexivo que representa uma experiência interna da leitora. Além do uso do reflexivo, que omite o agente localizando na posição temática o fenômeno “desafio”, trata-se de um processo mental do tipo emotivo, ou seja, há progressão temática se considerarmos a oração exclamativa do quadro anterior. Essa progressão revela o apelo a processos psicossociais que envolvem sentimentos, comuns ao gênero publicitário. Há um apelo de engajamento das leitoras do anúncio para alcançarem um desejo que, na verdade, é do anunciante. Abaixo, a mensagem que se segue ao chamado:

- (1) Cuide de você e aprenda a ter uma vida saudável. Inclua NESFIT® no seu cardápio, tenha uma alimentação saudável ao longo do dia e pratique exercícios. Seguindo o programa em 14 dias você equilibrará sua alimentação podendo se preparar para curtir ao máximo o verão! Veja como é simples e prático:

Há neste pequeno trecho, em sequência, 5 processos mentais com alta modulação de obrigação (HALLIDAY, 1985). Orações materiais são definidas como orações do “fazer e acontecer”. Esse quadro está posicionado abaixo e no canto esquerdo em relação ao anterior e isto significa que as informações aí contidas informam como aquilo que é ideal pode ser tornado real, isto é, como o corpo idealizado da modelo da foto pode se tornar o corpo da consumidora dos produtos *Nesfit*. No entanto, os processos materiais todos têm como referente o ator “você”, ou seja, a agência é de responsabilidade da consumidora. Indo além, no segundo parágrafo a empresa não garante que, mesmo que siga os passos indicados, a mulher alcançará o corpo “fit”, visto que há o uso de duas modalizações de baixa probabilidade. A modalização revela que aquilo “como o que você se compromete é parte significativa do que você é” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166), ou seja, ao não se comprometer, a empresa não valida a “operação” no corpo da consumidora, não assume valor de verdade naquilo que vende e se omite em garantir aquilo que promete.

A empresa aproveita mais dois balões, abaixo e de menor tamanho, para lançar mão de processos materiais de alta modulação para solicitar que o ator dos processos, as consumidoras, consumam outros produtos da empresa, como o leite *Molico*, e para frequentar a academia *Bodytech*. Além disso, sugere que, para mais informações, as consumidoras do produto acessem a página na internet da Linha *Nesfit*. Na figura 5, mais adiante, podemos ver o que há no *site* da linha:

Kress e van Leeuwen (1996) chamam atenção para o fato de, em representações e interação, haver uma relação assimétrica entre as pessoas que escrevem ou produzem os textos e as pessoas que recebem ou os consomem. No entanto, com a era virtual, salas de bate-papo, redes sociais e outras mídias interativas rompem, de certa forma, com esse padrão. Nosso intuito, ao acessar o *site* da *Nesfit*, foi, além de buscar saber mais sobre o programa “operação biquíni”, saber se, de fato, a marca abriria um canal de comunicação mais interativo com as clientes e consumidoras de seus produtos. Ao clicar no link “fale com a equipe”, em destaque na primeira página do site, nos deparamos com a imagem apresentada na Figura 5. O fale conosco da *Nestlé* é, na

verdade, um local que apresenta uma suposta equipe que auxiliaria as mulheres a entrarem em forma e montarem dietas equilibradas e rotinas de exercícios. Chama atenção o uso do termo Fê, em vez da apresentação da profissional de saúde Maria Fernanda por seu nome completo. Segundo Joss (1967, *apud* KRESS; VAN LEEUWEN, 1996) há uma série de estilos de formalidade que podem ser identificados na linguagem escrita. A linguagem de intimidade, geralmente reservada a membros da família ou pessoas muito próximas e íntimas, em geral está associada ao uso de um léxico particular, compartilhado apenas pelas pessoas desse círculo de convívio e uso de apelidos. A linguagem da intimidade em termos visuais pode ser identificada pelo uso de *close ups*, ou seja, de fotos tiradas bem próximas, pela seleção de ângulo frontal e pela objetividade de uma imagem. Vemos na Figura 4 que ambas, linguagem verbal e visual, recorrem aos aspectos relativos à linguagem da intimidade. Gonzalez (2013) analisa como há um discurso referente à intimidade e conchavo entre mulheres, uma forma de naturalizar aspectos como uma suposta fala excessiva, emotiva e de cumplicidade entre as pessoas deste gênero, que naturaliza e reifica representações ideológicas do feminino. Embora Maria Fernanda seja uma profissional da saúde, qualificada para dar informações sobre cuidados e procedimentos para as consumidoras do produto, ela é aqui retratada, em um primeiro momento, como uma amiga, quase como uma conselheira, uma cúmplice.

Figura 5 – Página da Linha Nesfit na internet

Fale com a Fê Server

Conheça a linha Nesfit
Uma linha de produtos que ajudam a manter uma alimentação balanceada.

BUSCA
por palavra
por data

ASSINE
Quer receber as últimas matérias no seu e-mail?

Maria Fernanda Elias é nutricionista, mestre em Saúde Pública e doutoranda em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP).
É ela que escreve as matérias da Revista Descoberta NESFIT® junto com a equipe NESFIT®.
Com essa equipe, você vai conhecer novas dicas e tirar dúvidas sobre alimentação. No fim de cada matéria, você verá o link Comentários. Clique nesse link para mandar suas dúvidas sobre nutrição, curiosidades, sugestões, enfim, fique à vontade!
Seja bem-vinda e comece hoje mesmo a ter uma vida mais saudável!

Fonte: <<http://www.nestle.com.br/nesfit/>> Acesso em: 12 out. 2014

Em seguida, alguns argumentos de autoridade são acionados, como a formação e o local onde estudou Maria Fernanda, junto de seu nome completo e titulação. A Nestlé, no entanto, não abre um canal direto de comunicação com suas consumidoras. É sugerido que, ao final das pautas selecionadas pela “equipe” de profissionais de saúde as mulheres possam direcionar suas perguntas e dúvidas. Ou seja, a mediação e controle das pautas e temáticas fica a cargo da empresa e não da consumidora final dos produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que vivemos em um mundo multimodal em que há a exigência de leituras múltiplas da realidade que é construída, significada e representada através de imagens e outros meios, fica evidente a necessidade de aprendermos e desenvolvermos nossa capacidade para lermos criticamente o que esses meios podem significar. A Teoria da Semiótica Social defende que os participantes em posição de poder são aqueles que constroem os signos e que levam as pessoas que recebem os signos a compreender e interpretar as mensagens ali dispostas. No caso da publicidade, como já foi dito, estão em jogo construções psicossociais de valores, desejos e identidades. A identidade feminina, diferentemente do que propõem algumas teorias sobre o conceito de gênero, pode e vem sendo construída por si, como uma identidade autônoma que não se estabelece a partir da diferença e do binarismo.

No entanto, nas representações do feminino aqui analisadas, há uma série de elementos que podem ser problematizados: a reificação da imagem da mulher como um objeto, uma valorização de um ideal de beleza e estética fora dos padrões encontrados com recorrência na sociedade, a desvalorização da profissional mulher que dá lugar a uma identidade de amiga e a sugestão de operações sobre os corpos femininos em nome de ideais professados como uma verdade à qual as mulheres devem se submeter.

Por mais que a mulher seja aqui representada por si, há um processo de reposicionamento discursivo da marca *Nestlé*, conhecida por vender produtos destinados a todos os gêneros sociais e de baixo valor nutritivo (cereais matinais com alto teor de açúcar, leite condensado, chocolates e alimentos para crianças como papinhas e mingau). Ao selecionar um novo nicho do mercado, um novo público consumidor alvo, as mulheres, e um novo nicho de consumo, o de produtos “saudáveis” e que contribuem para o emagrecimento, a Nestlé não o faz com vista ao empoderamento feminino e à construção de uma nova identidade para a mulher. A marca não reposiciona a mulher através do uso de um discurso mais emancipador, mas acaba por situar suas práticas discursivas como mantenedoras de uma identidade já conhecida, que subjuga a mulher não ao homem, mas a seu próprio corpo.

Há uma série de outros canais de comunicação abertos pela empresa em nome da venda desse “novo” produto, que incluem propagandas na televisão, *outdoors* e uma página na rede social *Facebook* na qual são postadas mensagens diárias com imagens e textos que reforçam o estereótipo que foi apresentado neste artigo.

Por fim, os textos aqui analisados, apenas uma parte de uma campanha muito grande de uma empresa bastante poderosa, revelam aspectos ideológicos e os interesses das pessoas que veiculam esses textos à criação de necessidades para as consumidoras. Reconhecer o valor e a importância de treinarmos o nosso olhar para a leitura crítica e

multimodal destas imagens que são tão fortes e significativas na nossa rotina, focar nossas análises críticas nas diversas semioses envolvidas na produção de sentidos como um meio legítimo de método de análise podem ser ferramentas importantes para pesquisas sociais que almejem mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

- CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GABRIELLI, C. P. Análise crítica do discurso e teoria feminista: diálogos frutíferos. In: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA; 12., SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA; 3., 2007, Ilhéus. *Anais do...* Ilhéus: UESC, 2007.
- GONZALEZ, C. *Identidade de gênero no espaço escolar: o empoderamento feminino através do discurso*. 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 1-18, 1998.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1985.
- HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. (Org.). *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- KNOLL, G. F. Discursos de gênero na publicidade: Análise crítica de textos publicitários em revistas. *Sociais e humanas*, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 239-252, jul./dez. 2012.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse*. The modes and media of contemporary communication. Londres: Arnold, 2001 [1985].
- _____. *Reading images*. The grammar of visual design. Londres; Nova York: Routledge, 1996.
- LOURO, G. L. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 6, p. 53-67, 1992. [publicado também em: *Projeto História*, São Paulo, v. 11, p. 31-46, nov. 1994.]
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAGALHÃES, I. Análise do discurso publicitário. *Revista da ABRALIN*, v. 4, p. 231-260, 2005.
- _____. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens adultos e no Ensino Especial. *Calidoscópio*, v. 6, n. 2, p. 61-68, maio-ago. 2008.
- MATOS, M. I. S. Na trama do cotidiano. *Cadernos Ceru*, v. 5, n. 2, p. 13-27, 1994.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.
- OLESEN, V. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 219-258.
- RAMALHO, V. ‘Magra sem pesar no bolso’: discurso e ideologia na propaganda de medicamentos. In: SILVA, D. E. G.; LEAL, M. C. D.; PACHECO, M. C. de N. (Org.). *Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação*. Goiânia/GO: Cãnone, 2009. p. 191-200.
- _____. Tecnologias discursivas na propaganda de medicamentos. *Discurso & Sociedad*, v. 4, p. 507-537, 2010.
- _____. ‘Viva sem menstruar’: representações da saúde na mídia. In: SATO, D. T.; LOPES B. JÚNIOR, J. R. (Org.). *Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem a Izabel Magalhães*. V. 1. Campinas: Pontes, 2013. p. 231-255.

- RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.
- SORJ, B. O feminino como metáfora da natureza. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 143-150, 1992.
- SOUZA, V. A.; CARVALHO, M. E. *Por uma educação escolar não-sexista*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 27 p.
- TELLES, N. Bestiários. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. (Org.). *A construção dos corpos*. Perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p. 219-243.
- VIEIRA, V. Corpo fértil e menstruação: discursos e (contra)ideologias nas mídias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO; 2., 2015, Salvador. *Anais do...* v. 2. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <<http://www.desfazendogenero.ufba.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- YANNOULAS, S. et al. *Lineamentos epistemológicos*. Trad. Syomara Deslandes Tindera. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/flacso/linea.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

Recebido em: 27/04/15. Aprovado em: 10/11/15.

Title: *Women as a target public of publicity campaigns: a social semiotic analysis of Nestlé's Nesfit campaign*

Authors: *Carolina Gonçalves Gonzalez; Viviane Cristina Vieira*

Abstract: *By using the female vocatives in the publicity Nestlé Nesfit campaign situates their main public: women. This article presents some definitions of gender and the interface between feminism studies and Critical Discourse Analysis, the turning point of the methodological contributions of queer studies and a theoretical summary of Functional Grammar and Social Semiotics Theory. We analyze a discursive repositioning process of Nestlé brand by contrasting images and verbal texts. The initial study shows that the brand does not replace the identification of women through a more emancipatory discourse, but their discursive practice maintains a stereotyped identity, which does not subdues the woman to man but to their own bodies.*

Keywords: *Feminism. Critical discourse studies. Social Semiotic Theory. Publicity.*

Título: *La mujer como público principal de campañas publicitarias: un análisis semiótico-social de las campañas Nesfit, de Nestlé*

Autores: *Carolina Gonçalves Gonzalez; Viviane Cristina Vieira*

Resumen: *Observando el uso de vocativos femeninos en la campaña de los productos de la línea Nesfit, llama la atención la opción de la compañía para precisar su público principal: el femenino. Algunos conceptos de género social serán presentados en este artículo, así como el interfaz entre los estudios feministas y el Análisis Crítico del Discurso, la vuelta metodológica emprendida por los estudios queer y el resumen teórico de la Lingüística Sistemico-Funcional y de la teoría de la Semiótica Social. Al poner en contraste las imágenes y los textos verbales, analizamos un proceso de reposicionamiento discursivo de la marca Nestlé. El estudio inicial señala que la marca no recoloca la identificación de la mujer por medio de un discurso emancipador, sino que acaba precisando sus prácticas discursivas como mantenedoras de una identidad estereotipada, que somete la mujer no al hombre, sino a su propio cuerpo.*

Palabras-clave: *Feminismo. Estudios críticos del discurso. Teoría de la semiótica social. Publicidad.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150302-1415>

HISTÓRIAS DE UMA OBESA: A TEORIA DOS POSICIONAMENTOS E A (RE)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES

Claudia Almada Gavina da Cruz*

Liliana Cabral Bastos**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de Letras

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

***Resumo:** Trata-se de um estudo de cunho etnográfico orientado pelo paradigma de pesquisa interpretativista realizado a partir de uma entrevista individual não estruturada gravada em áudio em uma ONG para atendimento a grandes obesos na cidade do Rio de Janeiro. Amparadas pela teorização dos posicionamentos discursivos que preconiza a transitoriedade dos sentidos, temos como objetivo observar as construções identitárias de uma grande obesa por meio da análise das histórias que conta durante uma entrevista realizada com ela por uma das autoras deste trabalho. Dada a compreensão contemporânea sobre o corpo que tem conferido ao indivíduo obeso um lugar social de estigma, verifica-se como tal situação vai sendo ratificada ou contestada durante o fazer interacional por meio das posições discursivas aceitas e/ou refutadas pelos interagentes num movimento que sugere o potencial transformador da linguagem.*

***Palavras-chave:** Corpo. Obesidade. Estigma. Posicionamento. Construção identitária.*

1 INTRODUÇÃO

Proposta inicialmente por Davies e Harré (1990) na psicologia social, a teoria dos posicionamentos tem se mostrado um ferramental bastante produtivo na investigação das construções identitárias que emergem numa interação discursiva¹. Embora o conceito venha sendo rediscutido e aprofundado por diferentes estudiosos (BAMBERG, 1997; DE FINA, 2013; entre outros) desde sua criação, cabe a Harré e seu grupo o mérito de ter salientado o aspecto dinâmico de nossas identidades – por eles chamadas de self² – como desdobramento das histórias nas quais nos envolvemos cotidianamente.

* Doutoranda em Estudos da Linguagem. Mestre em Linguística Aplicada. Email: claudia.almada3@gmail.com.

** Professora Associada, Doutora em Linguística. Email: lilianacbastos@gmail.com. Agradeço ao CNPq pelo apoio obtido por meio da bolsa de Produtividade (no. 307202/2012-7).

¹ Note-se o fato de que todo o volume 1 da revista *Narrative Inquiry* (2013) consiste em trabalhos onde o construto de posicionamento é apresentado como uma via de análise para as identidades narrativas com foco interacional e discursivo (DEPPERMAN, 2013 p. 2). No Brasil, tal teorização também vem sendo adotada em investigações sobre as construções identitárias. Vide, por exemplo, Paula (2003), Cruz (2004), Taveira (2012), entre outros.

² No modelo de Davies e Harré (1990), o termo *self* é enfocado em sua dimensão discursiva e interacional, sendo, portanto, por nós aqui compreendido como equivalente à noção de identidades dentro de uma perspectiva processual.

Abre-se, assim, um caminho de análise para as interações discursivas que agrega os estudos identitários e os estudos das narrativas, inserindo-os numa perspectiva dinâmica, fundada na percepção de que os interagentes estão continuamente se localizando em relação uns aos outros e a um macrocontexto no qual estão inseridos. Ou seja, a compreensão que temos sobre quem somos (ou acreditamos ser) no mundo social emerge de um constante movimento de reivindicar, aceitar e refutar posições no discurso, o que, segundo Davies e Harré (1990), se contrapõe ao modelo dos papéis sociais para a compreensão daquilo que dizemos/fazemos no encontro com o outro. Isso se dá porque a teorização desses autores não preconiza a existência de posições anteriores à interação, mas que a interação é em si um conglomerado de posições que vão tecendo *ad infinitum* uma teia discursiva que é, ao mesmo tempo, produto e produtora de sentidos.

Por tornar relevante o caráter precário e não cristalizado dos sentidos, o construto de posicionamentos parece-nos um caminho promissor na investigação aqui apresentada. Ísis, 21 anos, frequentadora de uma ONG para atendimento a grandes obesos, foi entrevistada individualmente na sede da instituição, na zona norte do Rio de Janeiro, no 2º semestre de 2013. Nesse local, fundado por uma ex-obesa com o objetivo de ajudar pessoas em situação semelhante àquela que vivenciara, acontecem reuniões semanais conduzidas por uma nutricionista e um professor de educação física. É nessas ocasiões que emergem as histórias sobre o que significa ser obeso nas mais variadas situações da vida cotidiana, o que nos motivou a investigar as construções identitárias de pessoas nessa situação.

Solicitada a contar histórias sobre sua condição de obesa numa entrevista individual conduzida por uma das autoras deste artigo, Ísis relata a sua entrevistadora situações de preconceito e exclusão que sofre em diferentes ocasiões sociais. Como já imaginado antes mesmo da análise dos excertos, percebemos que suas construções identitárias estão orientadas pela não adequação a um padrão corporal socialmente valorizado, o que lhe causa angústia e sofrimento. Assim, os relatos de Ísis trazem situações em que uma característica individual – sua obesidade – é percebida como “uma fraqueza, uma desvantagem” (GOFFMAN, 1963, p.12), o que acaba por ameaçar o sucesso das interações sobre as quais discorre. Tal perspectiva nos conduziu à teorização goffmaniana sobre o estigma, como veremos adiante. Porém, optamos por debater as diferenças individuais que desencadeiam preconceito à luz de processos sociais mais abrangentes que validam determinadas formas de ser em detrimento de outras.

Portanto, norteadas pela teorização dos posicionamentos discursivos e de uma perspectiva histórica sobre a construção da diferença, desenvolvemos uma investigação qualitativa de inspiração etnográfica no intuito de investigar o modo como Ísis se constrói socialmente como obesa nas histórias que emergem na interação com sua entrevistadora. Ademais, tentamos também observar se – e até que ponto – essa construção se reorganiza na interação em questão. Ou seja, investigamos aqui de que forma as interações discursivas podem funcionar como arenas para a contestação de sentidos cristalizados sobre os sujeitos sociais.

Os dados foram gravados em áudio e transcritos com base no modelo Jefferson (ver LODER, 2008) com simplificações.

2 POSICIONAMENTOS: BREVE HISTÓRICO

Proposto inicialmente por Davies e Harré (1990), o conceito de posicionamento tem sua origem no marketing e se refere a estratégias de comunicação que permitem que alguém “coloque” seu produto entre os concorrentes. Esse uso do termo “posicionar”, por sua vez, se reporta à linguagem militar no sentido de “tomar uma posição”, “colocar-se contra o inimigo” (VAN LANGENHOVE; HARRÉ, 1995).

Nas Ciências Sociais, foi usado primeiramente por Hollway (1984) no estudo da construção das subjetividades nas relações heterossexuais e é a esse uso que a maioria dos autores faz referência quando da abordagem de tal conceito. Hollway propõe o uso da noção de posições no discurso para observar direitos e deveres conversacionais de homens e mulheres em grupos mistos.

Ao propor o conceito, a autora busca explicar por que as mulheres falam menos, quando em companhia dos homens, e mais quando num grupo composto apenas por mulheres³. Além disso, ela observa que num grupo composto exclusivamente por mulheres, há maior quantidade de fala total do que num grupo de homens (VAN LANGENHOVE; HARRÉ, 1995). Segundo a autora,

Os discursos disponibilizam posições para serem tomadas pelos sujeitos. Essas posições são em relação a outras pessoas. Assim como o sujeito e o objeto de uma frase...homens e mulheres se localizam em relação um ao outro através dos sentidos que um certo discurso disponibiliza. (HOLLWAY, 1984 p. 236 apud VAN LANGENHOVE; HARRÉ, 1995, p.362).⁴

Quanto à origem do termo, Deppermann (2013) associa a noção de posicionamentos ao conceito de “posições de sujeito” apresentado em Foucault (2008[1969]), quando o autor propõe a noção de “modalidades de enunciação”. Em linhas gerais, tal conceito destaca que o discurso não é a expressão verbal de um sujeito único, mas de um somatório de posições tomadas por alguém quando tem a palavra. Ou seja,

[...] as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando recebe um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. (FOUCAULT, 2008[1969], p. 61, grifos do autor).

A influência foucaultiana na teorização dos posicionamentos também aparece tematizada em Tirado e Gálvez (2007), que comentam a importância da noção de discurso e sua circulação, apresentados em Foucault (2008[1969]), para a compreensão

³ Embora não concordemos com essa percepção da autora, sua investigação aparece aqui em função de se tratar do uso inaugural do termo, segundo diferentes estudiosos dos posicionamentos discursivos.

⁴ As traduções presentes nesse artigo são de responsabilidade das autoras.

do conceito proposto por Harré e seus colaboradores. Isso se dá especialmente porque Foucault ressalta o vínculo entre o que é dito e a ordem social onde estão presentes as condições de produção de uma enunciação que são imanentes ao encontro e, conseqüentemente, passíveis de constante revisão. Tal perspectiva certamente orienta a proposta dos posicionamentos quando seus teóricos afirmam, por exemplo, que “o discurso deve ser entendido como um uso institucionalizado da língua” (DAVIES; HARRÉ, 1990, p.45), pois a força daquilo que é dito reside não nas palavras em si, mas num conjunto de relações que determinam seu “significado social”.

A nosso ver, tal debate destaca a sócio-história do uso da linguagem, pois aquilo que se diz está marcado, ou orientado, por um conjunto de compreensões sobre o que pode ou não ser dito num certo lugar e num certo momento histórico. Entretanto, essa peculiaridade da circulação do discurso não implica adequação a um estado de coisas, como se houvesse aceitação passiva de certas restrições às enunciações. Ao contrário, Foucault (2008[1969]) aponta que tais enunciações entram numa “ordem de batalhas e lutas” (FOUCAULT, 2008[1969], p.177), onde se confrontam interesses diferentes. Além disso, o autor ressalta serem justamente essas forças sociais diversas que instauram a ambiência para a geração de novos sentidos. No intuito de ilustrar os movimentos de fricção envolvidos no uso do discurso, Tirado e Gálvez (2007) usam, a nosso ver de forma bastante propícia, a metáfora dos movimentos tectônicos para dar conta da emergência das enunciações como resultado de erupções. O discurso irrompe, portanto, de um embate produtivo e é justamente essa proposta que subjaz à teoria dos posicionamentos.

Segundo Deppermann (2013), a importância do estudo seminal de Davies e Harré para os estudiosos do discurso se deve ao fato de terem sido os primeiros a ressaltar as atividades de posicionamento como principal lugar da produção discursiva do self e a relacionar esse fenômeno à narratologia. Embora não utilizem o termo “narrativa”⁵, os autores trabalham com a noção de que aprendemos sobre nós mesmos e sobre o mundo em função de nossa inserção em múltiplas linhas de história que discursivamente disponibilizam posições para as pessoas ocuparem e acabam por organizá-las em categorias. Ao aprender sobre essas categorias ao longo de nossas vidas, iremos nos afiliar a algumas em detrimento de outras, nos comprometendo emocionalmente com aquelas com cujo ponto de vista nos identificamos. Além disso, os autores afirmam que esse processo nos leva a organizar um sistema de valores morais informado pela categoria com a qual estamos comprometidos (DAVIES; HARRÉ, 1990). Isso se dá porque “Ao falar ou agir a partir de uma posição, as pessoas estão trazendo à situação particular suas histórias como seres subjetivos, ou seja, a história de alguém que já esteve em múltiplas posições e se envolveu em diferentes formas de discurso.” (DAVIES; HARRÉ, 1990, p. 48).

A correlação entre a produção discursiva do self e as linhas de história também é destacada por De Fina (2013), quando ressalta a importância da teoria dos posicionamentos para uma mudança de foco na compreensão das identidades narrativas

⁵ No presente estudo, os termos ‘história’ e ‘narrativa’ serão usados de forma intercambiável, pois interessa-nos a dimensão do ato de contar como oportunidade de negociação de sentidos entre sujeitos, na qual se dão suas construções identitárias.

que vinham tradicionalmente problematizando o narrador como origem e fim dos trabalhos identitários. Segundo a autora, “as reflexões e teorizações sobre posicionamentos foram fundamentais [...] para modelos mais dinâmicos nos quais as identidades são vistas como construídas em diferentes níveis e em negociação com outros participantes [...] (DE FINA, 2013, p.42). Nesta investigação, por exemplo, os relatos de Ísis sobre sua condição de obesa estão polifonicamente articulados com as inúmeras histórias nas quais ela esteve localizada ao longo de sua existência. Essas histórias entrelaçadas informam a compreensão que ela tem sobre si e a orientam na interação com sua entrevistadora num locus também alimentado por uma profusão de discursos a respeito da obesidade.

Embora a perspectiva de articulação micro/macro tenha norteados os teóricos dos posicionamentos desde a proposição desse conceito, Harré e seus colaboradores enfrentam críticas por não terem apresentado um modelo analítico que de fato desse conta de tal articulação. Assim, autores mais recentes vêm reelaborando as noções apresentadas por aqueles estudiosos. Segundo De Fina (2013), o construto de posicionamentos tem sido objeto de reformulações e adaptações teóricas que o fazem hoje um “pouco diferente da maneira como foi originalmente concebido” (DE FINA, 2013, p. 41). Além disso, a autora acrescenta que interpretações mais contemporâneas sobre o conceito pretendem oferecer uma visão sobre o processo que leve em conta, por exemplo, a compreensão dos participantes sobre o momento interacional.

Dentre as reelaborações mencionadas anteriormente, interessa-nos mais especificamente o trabalho de Bamberg (1997). Envolvido com o estudo das narrativas com foco naquilo que “o falante busca alcançar pelo ato de narrar” (BAMBERG, 1997, p. 335), o autor toma o modelo de Davies e Harré (1990) como ponto de partida. Isso se dá porque, embora a noção de posicionamentos não tenha sido proposta exclusivamente para tratar das narrativas, Bamberg (1997) reconhece as contribuições desse construto teórico para os estudos na área, pois se trata de um modelo que “tenta usar estrategicamente as noções de enredo e linhas de história” (BAMBERG, 1997, p. 336).

Na tentativa de viabilizar a operacionalização do conceito como ferramenta de análise com dados empíricos de narrativas, Bamberg (1997) propõe, então, um modelo que observa três níveis de ocorrência dos posicionamentos:

Nível 1: Como os personagens são posicionados com relação uns aos outros dentro dos eventos reportados? Nesse ponto, o analista deverá observar as escolhas linguísticas do narrador a fim de perceber a localização dos personagens no mundo da história e sua construção como vítimas, algozes, agentes etc. Trata-se, em linhas gerais, de se compreender o assunto de uma história (BAMBERG, 2002);

Nível 2: Como o falante se posiciona levando em conta a audiência? Aqui o interesse da análise se volta para o momento da interação, pois é quando nos “perguntamos por que uma história é contada em um dado ponto da interação” (BAMBERG, 2002, p.157) e que efeito o narrador “está tentando alcançar com a história”. Ou seja, a audiência numa narrativa adquire o status de participante num evento discursivo.

Nível 3: Como os narradores se posicionam para si próprios? Trata-se do momento em que o analista deve deslocar seu foco de observação para os discursos

socialmente disponíveis aos quais os falantes se reportam ao contar uma história. Ou seja, esse nível de análise busca articular o assunto da história (nível 1) e a ordem interacional (nível 2) com uma certa ordem moral em que os falantes se apoiam para elaborar uma resposta, ainda que provisória, para a pergunta “quem sou eu?”. Trata-se de uma tentativa por parte do narrador de definir o seu self para si e para os outros.

Tanto Bamberg (2002) quanto De Fina (2013) ressaltam que os posicionamentos de níveis 1 e 2 são complementares e sobrepostos, pois uma mesma escolha linguística pode servir simultaneamente a um propósito mais referencial (nível 1) ou interacional (nível 2). Além disso, Bamberg (2002) nos alerta de que o self, que se constituiria através do nível 3, não deve ser compreendido como dado individual que resiste a mudanças sócio-históricas, mas como uma construção discursiva produzida “na relação de co-autoria entre os participantes” (BAMBERG, 2002, p.159) de uma interação. Há aqui, a nosso ver, uma sobreposição dos níveis 2 e 3, pois cremos que a noção de self também seja balizada pelo momento interacional.

Parece-nos que a proposta de Bamberg claramente aponta para a importância da articulação entre o nível micro da interação e um macrocontexto, ou seja, a sócio-história do encontro. No intuito de melhor compreender essa dimensão macro a respeito da obesidade, passemos a considerar o conceito de Estigma (1963) e a correlação dessa teorização com uma discussão sobre o processo de individualização do corpo na contemporaneidade.

3 ESTIGMA E CORPO

A preocupação com a natureza dos encontros sociais caracteriza-se como o grande fio condutor da obra de Goffman. Nesse sentido, ele define os encontros sociais como “empreendimentos em orientação conjunta” (GOFFMAN, 2002 [1964] p.18), em que ocorre “um esforço da parte de todos para atravessar a ocasião e todos os eventos imprevistos e não intencionais que podem colocar os participantes sob uma luz indesejável” (GOFFMAN, 2012[1967], p. 46).

É justamente o foco no encontro social e na situação social dos interagentes que serve como pano de fundo para a proposição de diferentes conceitos goffmanianos, tais como “face”, “footing”, entre outros, dos quais destacamos aqui a noção de “estigma”. Esse conceito visa a dar conta da instabilidade e da incerteza que se instalam quando um dos participantes é incapaz de satisfazer a regras e expectativas que garantem o sucesso da interação. Em função de tais expectativas que orientam os interagentes, eles acabam por estabelecer categorias para as pessoas atribuindo-lhes uma certa identidade social⁶.

Surge daí a ideia de Estigma proposta por Goffman não para falar de um atributo em si, mas da maneira como alguém é percebido quando está aquém de uma categorização ou estereótipo prévio, numa determinada situação. Embora o autor comente a possibilidade de que alguém seja reclassificado positivamente ao longo de

⁶ Goffman usa o termo “identidade social” como equivalente aos atributos que se espera de um indivíduo em função da categoria que ele, ou ela, representa. Para uma noção processual das identidades, vide discussões adiante.

uma interação, tal situação não é seu foco de interesse. Ele enuncia, então, a seguinte definição sobre o que pretende observar: “Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito.” (GOFFMAN, 2012[1963], p. 13).

Embora destacando o aspecto relacional de seu conceito ao teorizar sobre normalidade e estigma como “perspectivas geradas em situações sociais” (GOFFMAN, 2012[1963], p.149), Goffman parece-nos bastante interessado nos ditos “atributos que levam [...] ao descrédito”, acima mencionados. Segundo o autor, são esses atributos que provocam manobras por parte dos interagentes para que a situação social seja bem-sucedida. Daí, parece-nos haver um claro foco no indivíduo como origem do desconforto que pode vir a ameaçar a paz do encontro social. Além disso, Goffman coloca a resolução dos conflitos nas mãos dos interagentes, não correlacionando o mal-estar interacional a outras questões sociais que alimentam os atritos.

Essa perspectiva individualista é apontada por Monteiro et al. (2013) como uma limitação do conceito goffmaniano de estigma, pois argumentam que a atribuição de responsabilidade ao portador do estigma desconsidera as desigualdades sociais que são, ao mesmo tempo, causa e resultado dos embates onde discurso e poder estão intimamente articulados. Segundo as autoras, a análise das situações de estigma deve recuperar “os processos sociais que configuram o sentido de si ao sujeito e à sua corporalidade.” (MONTEIRO et al., 2013, p. 72).

Essa crítica nos parece bastante relevante porque abre um debate necessário sobre a produção social das desigualdades e da exclusão, o que, por sua vez, pode contribuir para redimensionar a visão negativa que certos grupos de estigmatizados têm sobre si. No caso da obesidade, a adoção de uma perspectiva mais ampla na análise das situações de estigma poderia colocar em xeque algumas percepções do senso comum como, por exemplo, a identificação do obeso como alguém de caráter fraco e sem força de vontade (HALPERN; MANCINI, 2002). Não se trata aqui de negligenciarmos o sujeito, mas sim de evitarmos uma análise unilateral e, portanto, reduzida sobre processos sociais mais amplos.

Ademais, acreditamos que a adoção de um olhar individualista na percepção sobre o estigma pode levar o analista do discurso a maximizar seu foco na interação em detrimento do nível macro de uso do discurso, como se os interagentes estivessem localmente articulando uma agenda de significados pré-definidos segundo sua “vontade própria”. É justamente por reconhecer a fundamental importância da localização do aqui e agora interacional dentro de uma rede mais ampla de significados que optamos pelo ferramental dos posicionamentos, conforme já debatido. Entretanto, em vez de meramente apontarmos as críticas à teorização goffmaniana, tão atenta à figura do estigmatizado, cremos que mais profícuo é o debate sobre o que gerou tal perspectiva individual sobre a diferença.

Para tanto, passemos à discussão sobre como o corpo foi historicamente perdendo seu vínculo com o coletivo e adquirindo a noção de individualidade com a qual operamos hoje. A nosso ver, esse deslocamento fez do corpo uma espécie de propriedade individual, o que coloca o foco no sujeito como origem e responsável por sua condição física.

4 O CORPO DE ONTEM E O CORPO DE HOJE⁷

Diferentemente da correlação que atualmente se faz entre o corpo e a individualidade, os tempos pré-modernos foram marcados por uma indefinição de limites entre os corpos e as vidas dos membros de um certo grupo social. Seja pelas ameaças concretas representadas pelas constantes epidemias, guerras, entre outras dificuldades, ou por uma visão sobre o humano como inserido no mundo físico, o corpo, segundo Lupton (1998), era “poroso” ou aberto. Ou seja, não estavam claras as fronteiras entre o exterior e o interior dos corpos que se abriam em orifícios por onde extravasavam, vez por outra, os fluidos que o compunham.

Como desdobramento da percepção do corpo físico, também a noção de “self” que se impunha no período pré-moderno era bem menos independente e autônoma do que aquela com a qual operamos hoje. Desse modo, desde a infância, as pessoas eram socializadas como parte de um todo – a família ou a comunidade – cuja manutenção dependia de um esforço coletivo. Além disso, também por influência da visão da época sobre o corpo físico, acreditava-se que os sentimentos resultavam igualmente de fluidos que deveriam ser equilibrados para a manutenção do bem-estar emocional das pessoas.

Embora a noção sobre as emoções como estando correlacionadas aos fluidos corporais tenha persistido até o início da era moderna, muitos historiadores apontam as mudanças sociais ocorridas nos recém-criados Estados europeus como marco em direção ao culto de um corpo “civilizado”. Tal objetivo se cumpriria com disciplina e controle e se fundava na noção de agência de indivíduos autônomos que se relacionavam na composição da sociedade e que tinham a capacidade de domar seus impulsos mais mundanos. Sob influência da reforma protestante, o corpo passa a ser regido pela racionalidade de um sujeito capaz de conter suas emoções por meio do uso de seu livre arbítrio.

Por ocasião da Revolução Industrial até meados do século XVIII, a noção de individualismo e autorregulação se tornaram mais difundidas em função, provavelmente, de mudanças sociais advindas da urbanização que fez com que as pessoas passassem a se relacionar com grupos bem mais numerosos do que acontecia nas antigas comunidades. Aprofunda-se a separação entre o corpo e as emoções, que passam a ser vistas como sentimentos invisíveis possuídos pelas pessoas que são “proprietárias” de seus corpos. Configura-se, assim, a imagem do homem moderno civilizado representado pelo conquistador europeu a quem se contrapunha a imagem dos povos coloniais, construídos como grotescos, selvagens ou, ainda, infantis, dada a sua incapacidade de controlar seus instintos mais primordiais.

O foco na noção de indivíduo trazida pela modernidade instalou uma lógica dualista na qual o corpo é percebido “como uma posse, um atributo, um outro, um *alter ego*” (LE BRETON, 2012, p.10), o que, a nosso ver, coloca imensa responsabilidade

⁷ Há de se ter em mente que estamos aqui traçando um panorama de sociedades ocidentais individualistas, pois representam o contexto cultural em que se insere essa investigação. Le Breton (2012) destaca a existência de sociedades tradicionais que seguem um modelo de vida comunitária, nas quais “o estatuto da pessoa subordina-se ao coletivo” (LE BRETON, 2012, p. 30) e o corpo é o elo que une cada elemento do grupo e faz do indivíduo parte de uma ecologia única.

nas mãos de cada um sobre o que fazer com sua propriedade. Como corolário, o autor destaca a atenção que as ciências sociais vêm dedicando ao corpo como produtor de sentidos, ou seja, o corpo como lugar onde está representado aquilo que aprendemos com nosso grupo cultural, mas que pode ser também território de manifestação de um desejo individual de se diferenciar do outro, de marcar-se para comunicar algo sobre si.

Parece-nos que a perspectiva individualista anteriormente esboçada alimenta noções como vontade e livre arbítrio, que informam diferentes percepções a respeito da corporeidade e apontam para o compromisso de cada um com o corpo que habita. Desse modo, observamos que muito das discussões sobre a obesidade hoje – assim como de outras condições corporais resultantes da bulimia, da vigorexia, entre outras – têm privilegiado o indivíduo como origem e responsável por sua condição, em detrimento da problematização do coletivo. Nesse sentido, Contreras e Gracia (2011) discutem a tendência observada nos discursos médicos e da saúde pública a convencer as pessoas sobre a importância de adotarem dietas que “evitem riscos/enfermidades para a saúde, a controlarem a si mesmas, a serem responsáveis consigo mesmas...” (CONTRERAS; GRACIA, 2011, p. 357)

Essa lógica individualista pode levar o analista a negligenciar o que se diz socialmente sobre o corpo, assim como o impacto desses discursos sobre o indivíduo obeso. Não se trata aqui de um movimento de desresponsabilização desse indivíduo, mas de uma tentativa de localizá-lo numa ordem discursiva dentro da qual todos operamos e na qual se identificam as batalhas e disputas de significados amplamente discutidas em Foucault, entre outros. Assim, as discussões sobre alimentação – aí inseridos temas como dieta, transtornos alimentares e obesidade, por exemplo – não devem estar desvinculados da cultura, onde são levadas em conta as “condições econômicas, culturais e políticas [...] estruturadas por um capitalismo de consumo que afeta a tudo e a todos [...]” (CONTRERAS; GRACIA, 2011, p. 326).

No sentido de recuperar tais significados, passemos, então, à análise dos dados partindo da perspectiva dos posicionamentos discursivos.

5 A ENTREVISTA OU “HISTÓRIA É O QUE MAIS TEM”

Os dados que aqui analisamos foram gerados numa entrevista individual realizada por Claudia – uma das autoras deste artigo – quinze dias após uma entrevista com foco no grupo que ocorreu durante a reunião semanal dos frequentadores da ONG. Naquela ocasião, Ísis – a entrevistada – introduziu espontaneamente o tema do *bullying* que sofrera na escola em virtude da obesidade. Decidida a investigar a questão mais a fundo, Claudia estabelece esse tópico logo no início da entrevista individual, o que pode ter orientado Ísis a abordar outros tantos momentos em que esteve em posição desfavorável em função de sua condição corporal. Assim, a interação enseja o surgimento de narrativas em cascata que tratam do preconceito contra o obeso em diferentes situações sociais e do impacto que isso lhes causa. As convenções usadas nas transcrições que se seguem encontram-se no anexo.

“Eu já fui chamada de monstra dentro de casa”

01	Ísis	eu já ouvi coisas assim <u>horríveis</u> , tanto de família, como de
02		peessoas na rua. eu ouvi já: <u>dentro</u> de casa que:eu num ia passar da
03		porta se eu continuasse comendo do jeito que eu tava comendo (.)eu
04		já: fui chamada de <u>monstra</u> dentro de casa, de tão gorda que eu
05		tava eu era um monstro
06	Claudia	você diz-você acha que as pessoas te diziam isso prá: tipo te dar
07		um alerta ou tipo pra- só pra zoar mesmo
08	Ísis	[tem]
09	Claudia	[que que]cê acha?
10	Ísis	dentro da minha casa, é uma maneira errada de tentar ajudar(.)
11	Claudia	entendi.
12	Ísis	usava uma palavra errada, negativa pra dar ânimo, sendo que: eu
13		até tava conversando com o presbítero da minha igreja, que ele
14		também é obeso e ele é <u>muito</u> grande, ele é maior do que eu e ele
15		tava falando que com ele também é a mesma coisa
16	Claudia	hum hum
17	Ísis	que as pessoas falam “ah, tá gordo, tá enorme, tá isso” porque
18		acha que vai ajudar e não vai (.) hoje eu percebi que eu tenho
19		<u>depressão</u> , eu fui diagnosticada com depressão (.) por causa de
20		tudo <u>isso</u> que eu vivi, assim é muito preconceito junto

1º excerto (1’38” até 2’ 40”)

Esse trecho, que aparece logo nos primeiros minutos de conversa entre Ísis e Claudia, representa uma espécie de sumário da entrevista como um todo, pois anuncia o modo como a entrevistada localiza os obesos como pessoas socialmente desprestigiadas ao longo da conversa. Embora não se trate aqui de um estudo sobre narrativas dentro de uma perspectiva laboviana – tanto que usamos os termos “narrativa” e “história” de forma intercambiável – acreditamos que a noção de ponto narrativo proposto por Labov e Waletzky (1967) como “a razão de ser da narrativa” (BASTOS, 2005) nos seja útil para compreender a motivação do relato de Ísis. Assim, parece-nos que o ponto de todas as histórias contadas por ela é o mesmo: posicionar o obeso como um estigmatizado.

O estabelecimento do ponto narrativo, por sua vez, sustenta a função avaliativa, apontada por Labov e Waletzky (1967) como uma das características das narrativas, juntamente com sua função temporal. Passemos, então à análise das histórias propriamente ditas à luz da teoria dos três níveis de posicionamentos que, segundo Bamberg (1997), resulta justamente de uma tentativa de harmonização das duas funções das narrativas apontadas pelo modelo laboviano.

Iniciamos nossa análise pelo nível 1, ou seja, etapa em que o foco é a construção dos personagens da história com relação uns aos outros. Na verdade, trata-se de duas pequenas histórias – Ísis em família e a conversa com o presbítero – que se articulam e se alimentam e que serão, portanto, tratadas simultaneamente. Na primeira história, percebemos que ela claramente se apresenta como vítima do preconceito “tanto de família como de pessoas da rua” em função de sua obesidade. Isso se reflete, por exemplo, na estrutura sintática usada por Ísis, em que se verificam duas situações onde ela aparece como sujeito da passiva – “fui chamada de monstra” e “fui diagnosticada com depressão” – o que corrobora seu posicionamento como alguém desprovido de agência. Observe-se que o segundo uso da voz passiva vem como um reparo ao uso da voz ativa “eu tenho depressão”, o que sugere a situação subalterna de Ísis que extrapola

o mundo da história e a posiciona no mundo interacional (nível 2 de posicionamento) como refém de uma situação. Embora Ísis traga uma outra história na qual narra uma conversa com outro indivíduo obeso – o presbítero de sua igreja –, esse personagem aparece como uma espécie de alter ego seu, alguém que não chega a adquirir existência própria e que serve apenas para ratificar o relato de sofrimento que ela faz. Parece-nos que mesmo o uso da fala relatada em discurso indireto, “ele tava falando que com ele é a mesma coisa”, não é suficiente para trazer o presbítero à cena, mas suas palavras apenas corroboram a opinião de Ísis sobre as dificuldades encontradas pelos grandes obesos no mundo social.

Creemos que esse procedimento sirva como sustentação ao posicionamento que Ísis busca construir tanto no mundo da história quanto no mundo interacional, na tentativa de delinear o preconceito que experimenta cotidianamente, que dará o tom à primeira parte da nossa entrevista e motivará a atitude da entrevistadora no 3º excerto.

“Você fica com a obesidade tanto na sua cabeça, que ela não sai de você”

01	Ísis	aí eu tava até falando com elas que eu tinha perdido peso e tal, aí elas ficaram bem felizes, aí eu falei “mas ainda não faz diferença”, “clá:ro que faz diferença”, porque tem aquela coisa também do emagrecer e se olhar no espelho, eu não me vejo mais magra do que eu tava há um mês, mas eu sei que eu tô por causa das roupas, porque você fica co:m a obesidade tanto na sua cabeça, que ela não sai de você, ela sai do seu corpo, mas num sai da sua cabeça (.) ih:- questão do bullying, eu já fui pro parque aquático, subi num - tava na boia- piscina de onda (.) aí o menino falou assim, é: virou pra namorada dele e falou assim “olha lá, uma boia em cima de outra boia, num sei como é que ainda num afundou”
13	Claudia	gratuitamente?
14	Ísis	de olhar, é
15	Claudia	que coisa
16	Ísis	de olhar e julgar (.) é:o olhar e julgar, eu já ouvi
17	Claudia	pessoas que nem te conheciam, nem [convivem com você]
18	Ísis	[nunca me viram, nunca me viram]
19	Claudia	falam esse tipo de coisa, meu Deus
20	Ísis	mas eu acho que pior, é quando vem de quem você gosta, das pessoas que convivem com você (.) e tal. é,eu, por exemplo, é tinha: num era um namorado, era mais ou menos, eu não gostava dele, mas ele falou que sempre gostava de mim, sempre gostou. só que eu num acreditava que ele gostava de mim por causa do meu corpo, que ele era muito bonito, ele malhava e tal. aí: passou um tempo, eu comecei a gostar dele, a gente começou a namorar(.) só que quando foi- ele foi na minha casa conhecer minha família, só que quando foi pra conhecer a família dele ele falou “Ísis, desculpa, mas não vai dar (.) num vai dar pra gente, pra eu te levar na minha casa, pra eu te assumir como namorada e tal” aí eu perguntei “por que?” aí ele “porque: meus amigos num vão aceitar, eu vou ser motivo de chacota, motivo de piada”. isso acabou: comigo, eu fiquei arrasada eu fiquei muito tempo sem falar com ele, a gente voltou a se falar agora (.) só que mesmo assim eu falei pra ele que eu num quero aproximação com ele, porque ele me magoou de um jeito que pouca gente consegue me magoar
37	Claudia	e na verdade ele que tinha começado a gostar de você primeiro
38	Ísis	[é]
39	Claudia	[meu Deus]
40	Ísis	ele falou “eu gosto muito de você, mas- assim- no dia que você emagrecer, quem sabe”. aí eu falei pra ele “no dia que eu emagrecer, eu num vou querer você(.) porque eu vou querer uma pessoa que tivesse me aceitado do jeito que eu era antes”

2º excerto (9’ 43” até 11’ 50”)

Essa sequência foi extraída de um momento em que Ísis conta para sua entrevistadora sobre sua boa relação com as primas, apesar dos preconceitos que sentia por parte dos demais membros da família. Nesse momento, ela relata a reação positiva dessas primas quando lhes conta sobre sua perda de peso, o que, entretanto, não apaga, ou melhor, não minimiza a desilusão amorosa que ela menciona em seguida.

Com relação ao nível 1 de posicionamento, que focaliza o mundo da história, observamos que Ísis traz à cena diferentes personagens cujos pontos de vista ela habilmente manipula por meio do uso discurso direto. Segundo Bauman (1986), essa técnica funciona como um recurso performático que, a nosso ver, corrobora a noção de nossas identidades como um fazer. Assim, Ísis não é uma vítima antes de sua interação com Claudia, mas constrói-se como vítima no aqui e agora interacional por meio de suas escolhas e estratégias linguísticas. Ou seja, seu posicionamento na interação com sua entrevistadora encontra suporte na maneira como vai paulatinamente se posicionando e sendo posicionada discursivamente na história.

Quanto aos personagens trazidos à cena, observamos que ocupam diferentes status no mundo da história – o que se revela, por exemplo, na quantidade de fala atribuída a cada um. Além disso, eles parecem servir a diferentes funções. Enquanto as primas aparecem como uma espécie de apoio emocional quando posicionam Ísis positivamente por estar conseguindo perder peso, o menino do parque aquático e o namorado são seus antagonistas no mundo da história (nível 1 de posicionamento) e despertam a solidariedade da entrevistadora no mundo interacional (nível 2 de posicionamento). Logo, a perplexidade de Claudia percebida nas linhas 13, 15, 17 e na repetição da interjeição “meu Deus” (linhas 19 e 39) sugerem que ela aceita na interação o posicionamento de vítima que Ísis reivindica no mundo da história. Trata-se de um exemplo do entrelaçamento dos níveis 1 e 2 de posicionamento, pois a história relatada gera um efeito na interação. Além disso, o modo como a entrevistada é posicionada desfavoravelmente no mundo da história, tanto pelo menino quanto pelo namorado, baliza a compreensão que ela tem sobre si no mundo social. Ou seja, o nível 3 de posicionamento se organiza em contraponto com o nível 1.

Embora semelhantes na posição de antagonistas a Ísis, observamos que o menino do parque aquático e o namorado diferem quanto ao tipo de reação que a entrevistada menciona. Assim, diferentemente do que acontece no caso do menino, ela resolve reagir à repulsa demonstrada pelo rapaz (linhas 41-43), embora recorrendo a um futuro hipotético (“no dia que eu emagrecer”) para um revide. Acreditamos se tratar de uma das primeiras situações de não aceitação, por parte de Ísis, de uma posição a ela atribuída, apesar de se declarar “arrasada” (linha 32) com a situação.

Quanto à atitude do namorado, acreditamos exemplificar sua negação a vivenciar aquilo que Goffman (2012 [1963]) chama “difusão do estigma”. Segundo o autor, pessoas muito íntimas do estigmatizado costumam experimentar uma atitude negativa por parte da sociedade, como uma forma de estigma indireto, o que explica o temor do rapaz de se tornar motivo de “chacota e piada” (linha 32). Além disso, trata-se de uma ocasião em que fica bastante clara a inserção do que se diz localmente numa ordem discursiva mais ampla, onde circulam os discursos que estigmatizam o obeso e ameaçam também estigmatizar quem se relaciona com essa pessoa. Portanto, podemos questionar se o estigma está no obeso ou nas relações sociais que ele tem de gerenciar pois é justamente no social que se dá o confronto de sentidos quando uma enunciação é produzida (FOUCAULT, 2008[1969]).

“Eu sinto também que eu tô dando um pouco de trabalho assim, pra eles em casa”

01	Ísis	e eu sei que vou ter que fazer a minha família sofrer muito dentro de casa pra poder se adaptar a mim, por exemplo, nesse processo de reeducação alimentar , a minha família já tá sofrendo muito [(poderia)]-
05	Claudia	[ah mas eu] não sei se tá sofrendo, às vezes também tá ganh- a família também tá ganhando,(.) [né, Ísis]
07	Ísis	[eu num sei] porque eu escuto assim minha irmã- minha irmã é muito magrinha (.) aí eu escuto minh- minha irmã falando assim, minha irmã tem onze anos(.)“poxa, mãe, eu queria um bolo” aí minha mãe “não, não vou fazer, Clara”, porque elas não conversam na minha frente, mas eu escuto elas conversar.
13	Claudia	Ah, mas eu acho sabe o quê, Ísis, que a gente também tem uma: uma visão assim de que: ter a despensa cheia de biscoito, ter bolo na casa, num sei o quê (voz estilizada), isso é que é se alimentar bem, não é. ce sabe que eu-
17	Ísis	não é, mas é que você tirar de uma criança biscoito essas coisas assim-
19	Claudia	ah: [mas tem outras] coisas boas
20	Ísis	[eu sei que faz] bem pra ela, eu sei que faz bem pra ela-
21	Claudia	né? o tanto de fruta que cês já devem tá consumindo na ca:sa-
22	Ísis	é(.) fruta >graças a Deus< [ela come bem]
23	Claudia	[de suco], então
24	Ísis	mas ela,[mas ela sente f-]ela sente falta
25	Claudia	acho que [ela tá ganhando]

26	Ísis	por exemplo, minha mãe começou a dar dinheiro pra ela pra ela poder comprar na rua (.) pra pelo menos matar um pouquinho a vontade dela, porque minha mãe também falou “num vou restringir ela demais, porque ela já faz a dieta do engorda, né, ela tem onze anos é alta(.) e pesa 29 quilos, ela é muito magrinha...ela já fez nutricionista, agente fazia a mesma nutricionista, eu pra perder peso e ela pra ganhar. aí e a nutricionista falava pra minha mãe “é, pra você é uma situação bem complicada”-
34	Claudia	é:ter que lidar com essas duas situações
35	Ísis	balancear a alimentação(.) pra uma ganhar e a outra perder (.)tá difícil (.) ih, não é só, é, >por exemplo< acho que causa um estresse também no casamento da minha mãe (.) porque minha mãe é separada, mora com outra pessoa que é o pai da minha irmã e ele também gosta dessas coisas assim,>por exemplo< ele tava falando esses dias pra minha mãe “poxa, Vânia, faz lasanha”, aí minha mãe falou “eu não vou fazer lasanha(.) porque é massa, massa vai fazer a Ísis querer comer mais, e tal”, mas aí eu falei pra minha mãe “ta-também não posso falar pra vocês ‘não comam’, eu tenho que aprender a lidar com isso”, porque não vai ser a vida inteira que vai ter, um dia eu vou, gra-um dia, em nome de Jesus, eu vou arrumar um emprego, tô atrás de estágio, eu vou ter que almoçar na ru:a, eu vou ter que aprender a lidar com o que tem lá, num vai te:r-
49	Claudia	aos poucos você vai entrando nesse- [nessa dosagem],né
50	Ísis	[não vai ter legume]eu vou ter que balancear, com o que tem, com pouco, vou ter que saber fazer escolhas (.),fez lasanha, eu não como arroz, feijão que nem comia antigamente e um pedacinho de lasanha, como só a lasanha, vou ter que aprender a conviver, ou eu abro mão da lasanha e almoço (.) aí minha mãe falou, mas mesmo assim, ela fica meio assim de fazer e causar tentação em casa(.) então eu sinto também que eu tô dando um pouco de trabalho assim, pra eles em casa

(3º excerto - 23’01 até 26’)

Esse excerto veio como resposta à pergunta feita pela entrevistadora quanto aos planos de Ísis de se submeter à cirurgia bariátrica, pois alguns dos pacientes da ONG têm o objetivo de emagrecer investindo numa mudança de estilo de vida e na reeducação alimentar. Sua resposta é negativa, já que, após a cirurgia, ela avalia que terá de se submeter a severas restrições alimentares que envolverão esforços tanto de sua parte quanto de sua família. Para ilustrar tais esforços, ela apresenta narrativas em cascata (sobre a irmã, sobre o casamento da mãe e sobre um futuro emprego) em que se posiciona como a causa de um problema. Nesse sentido vale observar a construção sintática da primeira frase, em que ela se coloca em primeira pessoa como agente do sofrimento da família, o que, provavelmente, ecoa sua situação de desprestígio social enunciada nos excertos anteriores. Ao construir-se como a causa de um problema, Ísis parece operar dentro da lógica do estigma como marca individual, o que coloca sobre o indivíduo estigmatizado a responsabilidade por sua discriminação.

Entretanto, diferentemente do que observamos nos trechos anteriores, parece haver aqui, pela primeira vez na entrevista, uma tentativa por parte da entrevistadora de relativizar o olhar negativo que Ísis tem sobre si e posicioná-la diferentemente. Tal percepção se apoia em diferentes marcas discursivas presentes na interação como, por exemplo, sobreposição e interrupção de falas, maior quantidade de turnos da entrevistadora, o que sugere uma tentativa de intervenção por parte dela no sentido de refutar um posicionamento solicitado pela entrevistada. Assim, em lugar de se solidarizar à posição de vítima que Ísis reivindica no mundo da história – como ocorre no segundo excerto –, Claudia busca desnaturalizar sentidos sobre comer bem num movimento que se inicia na linha 5, quando ela interrompe o turno de Ísis. Tal movimento equivale à proposta feita por Claudia de um novo posicionamento para Ísis no mundo interacional (nível 2) por meio de uma contestação de sua posição no mundo da história (nível 1), o que aponta, novamente, para a interpenetração dos níveis analíticos do modelo de Bamberg (1997).

Os sentidos sobre alimentação com os quais Ísis e Claudia operam estão certamente informados por diferentes discursos que circulam no mundo social a respeito da comida e que atribuem uma valoração àquilo que se come. Ou seja, embora nutrir-se seja uma necessidade humana primária, claro está hoje para a antropologia social que os alimentos estão repletos de significações (CONTRERAS; GRACIA, 2011) construídas por diferentes grupos segundo a região que habitam, a época em que vivem, a classe social a que pertencem etc. Nesse sentido, parece-nos que os significados trazidos por Ísis à interação equiparam uma vida feliz a uma liberdade para a ingestão de alimentos doces, ou seja, trata-se, a nosso ver, da ideia do açúcar como recompensa, o que aparece em diferentes festividades da nossa cultura (a páscoa, o saco de guloseimas nas festas de aniversário, entre outras). Claudia, por outro lado, parece recorrer a sentidos informados pelos discursos do “nutricionalmente correto” e da boa forma, valorizados hoje sobremaneira na mídia (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Tal perspectiva claramente aponta para a importância do olhar sobre a cultura e o mundo social na análise das interações, alinhando o nível 3 de posicionamento às outras duas camadas de análise.

Novamente com relação aos posicionamentos no mundo da história, chama-nos atenção o lugar de vítima construído nesse trecho. Diferentemente dos dois excertos anteriores em que era Ísis quem ocupava essa posição, aparece aqui a figura de sua mãe como aquela sobre quem recai grande parte do sofrimento gerado por sua condição de

obesa na família. Assim, é a mãe quem tem de lidar com a dificuldade de negar bolo à filha mais nova (linhas 10-11), lasanha ao marido (linhas 40-42), assim como tem de acompanhar as duas filhas com necessidades tão diferentes à nutricionista (linhas 30-32). Observe-se que ao relatar a fala da nutricionista em discurso direto (linha 33) e , ainda, reforçar a ideia de dificuldade com o uso do advérbio de intensidade (“bem”), Ísis busca explicitar o “ônus” que sua mãe tem de gerenciar.

Em contrapartida, a entrevistada reivindica nesse excerto a posição de algoz que é, justamente, o que motiva o movimento de reposicionamento organizado pela entrevistadora, já debatido anteriormente. Entretanto, não obstante esse movimento interacional, Ísis não aceita o novo posicionamento proposto por Claudia e fecha o trecho com uma declaração (linhas 56-57) que funciona como paráfrase da ideia com a qual ela abre o excerto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor o conceito dos posicionamentos discursivos, Harré e seu grupo tem como foco a compreensão daquilo que se diz num contexto institucionalizado do uso da língua que atribui lugares prenhes de significação aos sujeitos e àquilo que eles dizem. Ademais, tal teorização busca compreender o que fazemos uns com os outros em nossas interações discursivas, o que certamente se distancia de uma percepção de língua como representação.

Essa dupla perspectiva que acompanha os posicionamentos desde sua proposição continua a orientar o modelo de Bamberg (1997) proposto para operacionalizar o uso daquela elaboração teórica com dados empíricos. Ao propor uma análise dos posicionamentos em três níveis, esse modelo aposta na articulação de uma análise linguística com uma compreensão sobre o mundo social no qual coexistem forças econômicas, políticas e culturais que impactam na nossa compreensão sobre nós mesmos e na forma como nos apresentamos para o outro.

Por acreditarmos na correlação entre o que se diz no aqui e agora interacional e as contingências sócio-históricas nas quais os interagentes circulam, optamos pela teoria dos posicionamentos para compreensão do modo como Ísis se constrói socialmente como obesa. Além disso, buscamos observar até que ponto as construções identitárias por ela reivindicadas eram aceitas ou contestadas internacionalmente.

Primeiramente – e como já imaginávamos antes mesmo da análise – observamos que o discurso de Ísis está pautado por uma posição de pessoa estigmatizada socialmente que claramente experimenta no cotidiano o desconforto interacional tematizado por Goffman (1963). Trata-se de um lugar de desprestígio ao qual ela se reporta num movimento de “default”, mesmo quando ela imagina contestá-lo. Por exemplo, quando levanta a hipótese de futuramente desprezar o namorado, ela continua a operar com o significado de que o obeso não tem oportunidades no mundo afetivo, pois Ísis descreve esse futuro como “o dia que eu emagrecer” (excerto 2, linhas 41-42). Além disso, na linha 25 do mesmo excerto, Ísis descreve o namorado como um homem bonito “que malhava e tal”. Essa identificação entre beleza e um corpo atlético novamente exclui o obeso da arena das relações amorosas, o que sustenta o posicionamento de desprestígio que Ísis reivindica.

Entretanto, não obstante esse “default” do lugar do obeso que orienta as construções identitárias de Ísis, a interação parece apontar para novos lugares a serem ocupados. Assim, no movimento da entrevista, a reação de Claudia no terceiro excerto, quando contesta a posição de algo reivindicada pela entrevistada, pode ter instabilizado algumas certezas de Ísis sobre sua posição de desprestígio como consequência inevitável de sua condição corporal. Ainda que de forma tênue, o terceiro excerto parece frear significados “em cascata” sobre o sofrimento de uma obesa e acenar para uma nova compreensão sobre o espaço que ela ocupa no mundo. Ou seja, trata-se de um momento em que alguém diz para Ísis que as coisas podem não ser bem como ela imaginara.

Logo, parece-nos ter havido na interação um movimento de contestação do lugar em que Ísis se localiza como obesa e, concomitantemente a proposta de um novo status para ela por meio da ação de sua entrevistadora. Acreditamos que esses momentos, embora breves, podem contribuir para a resignificação de quem somos no mundo social, pois o mesmo discurso que remete o sujeito a uma rede de significados cristalizados é também a via de problematização deles. Fica assim marcada a relevância do olhar analítico sobre as interações discursivas por se tratar de ocasiões em que novas posições podem ser ocupadas e viabilizar outras formas de existir.

ANEXO: CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

.	(ponto final)	entonação descendente
?	(interrogação)	entonação ascendente
,	(vírgula)	entonação intermediária
>fala<	(sinais de maior que e menor que)	fala acelerada
<fala>	(sinais de menor que e maior que)	fala desacelerada
[fala]	(colchetes)	fala sobreposta
<u>fala</u>	(sublinha)	ênfase em um som
:	(dois pontos)	prolongamento do som
(.)		pausa não marcada
()	(parênteses vazios)	trecho inaudível
-	(hífen)	fala interrompida

REFERÊNCIAS

BAMBERG, M. Positioning Between Structure and Performance. *Journal of Narrative and Life Story*, v. 7, n. 1-4, p. 335-342, 1997.

_____. Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e o processo de construção da identidade aos 15 anos. In Lopes, L.P.M. e Bastos. (Org.) *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais - uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BAUMAN, R. *Story, performance and event: Contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CRUZ, Claudia Almada Gavina da; BASTOS, Liliana Cabral. Histórias de uma obesa: a teoria dos posicionamentos e a (re)construção discursiva das identidades. *Linguagem em (Dis)curso* - LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 3, p. 367-384, set./dez. 2015.

- CRUZ, C.A.G. *Interferindo na construção discursiva da masculinidade hegemônica na escola: uma pesquisa-ação*. 2004. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- DAVIES, B.; HARRÉ, R. The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.
- DE FINA, A. Positioning level 3: connecting local identity displays to macro social processes. *Narrative Inquiry*, v. 23, n. 1, p. 40-61, 2013. John Benjamins Publishing Company
- DEPPERMAN, A. Positioning in narrative interaction. *Narrative Inquiry* v. 23, n. 1, p. 1-15, 2013. John Benjamins Publishing Company.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1969].
- GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In RIBEIRO, B.T; GARCEZ, P.M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002[1964].
- _____. *Ritual de Interação: Ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012[1967].
- _____. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2012[1963].
- HALPERN, A.; MANCINI, M. C. *Manual de obesidade para o clínico*. São Paulo: Roca, 2002.
- HOLLWAY, W. Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Wenn; V. Walkerdine (Eds.) *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. London: Methuen, 1984. p. 227-263.
- LABOV, W.; WALETSKY, J. Narrative Analysis. Oral versions of personal experience. In: J. Helm (Ed.) *Essays on the Verbal and Visual Arts* (p.12-44) Seattle: University of Washington Press, 1967. [reimpresso em *Journal of Narrative and Life History*, 7, 1997, 3-38]
- LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.) *Fala-em-interação social*. Introdução à análise da conversa etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- LUPTON, D. *The Emotional Self*. A sociocultural exploration. University of Sydney, Australia: Sage, 1998.
- MONTEIRO, S.; VILELA, W.; PEREIRA, C.; SOARES, P. Produção acadêmica recente sobre estigma, discriminação, saúde e Aids no Brasil. In MONTEIRO, S.; VILELA, W. *Estigma e saúde: uma relação vital em debate*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- PAULA, R.C. Construindo consciência das masculinidades negras em contexto de letramento escolar: uma pesquisa-ação. In: MOITA LOPES, L.P. (Org.) *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003. p.181-208.
- TAVEIRA, D.M.O.S. *Coé, chegai*: pesquisando a dinâmica da formação de grupos de adolescentes em narrativas de inclusão e exclusão. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- TIRADO, F.; GÁLVEZ, A. Positioning Theory and Discourse Analysis: Some Tools for Social Interaction Analysis. *FQS Forum: Qualitative Social Research Sozialforschung* V. 8, N. 2, May 2007. Disponível em <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/Article/view/248/547>> Acesso em 28 abr. 2015..
- VAN LANGENHOVE; HARRÉ, R. Cultural stereotypes and positioning theory. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 24, n. 4, p. 359-372, 1995.

Recebido em: 11/05/15. Aprovado em: 24/10/15

Title: *An obese woman's stories: positioning theory and the discursive (re)construction of identity*

Authors: *Claudia Almada Gavina da Cruz; Liliana Cabral Bastos*

Abstract: *Oriented by the interpretive paradigm in social sciences, especially ethnographic work, this article results from the analysis of an individual interview audio recorded in an NGO which assists morbid obese patients in Rio de Janeiro. Taking into account positioning theory and its presuppositions about the transient nature of meaning, we aim at investigating identity construction through the analysis of the stories an obese woman tells during an interview with one of the authors of this article. We argue that the way the body is understood nowadays is responsible for stigma towards fat individuals. In this sense, we have observed how such a situation is ratified or contested by means of discursive positions people take in interaction. We believe this movement is exactly where the transformative potential of language rests.*

Keywords: *Body. Obesity. Stigma. Positioning. Identity construction.*

Título: *Historias de una obesa: la teoría de los posicionamientos y la (re)construcción discursiva de las identidades*

Autores: *Claudia Almada Gavina da Cruz; Liliana Cabral Bastos*

Resumen: *Este estudio tiene abordaje etnográfico orientado por el paradigma de la investigación interpretativa y fue realizado desde una entrevista individual no estructurada grabada en audio en una ONG para atendimento a personas obesas en la ciudad de Rio de Janeiro. Considerando la teorización de los posicionamientos discursivos que preconiza el carácter transitorio de los sentidos, el objetivo fue observar las construcciones de identidad de una grande obesa por medio del análisis de las historias que cuenta durante una entrevista realizada por una de las autoras de este trabajo. Dada la comprensión contemporánea sobre el cuerpo que hay conferido al individuo obeso un lugar social de estigma, se verifica cómo esta situación se va a ratificar o contestar durante las interacciones por medio de las posiciones discursivas aceptas u/o refutadas por los interagentes en un movimiento que sugiere el potencial transformador del lenguaje.*

Palabras-clave: *Cuerpo. Obesidad. Estigma. Posicionamiento. Construcciones de identidad.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150303-1715>

CONSIDERAÇÕES SOBRE O GESTO DE AUTORIA NA MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA (1961), DE EVANILDO BECHARA

Thaís de Araujo da Costa*
Vanise Gomes de Medeiros**
Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Niterói, RJ, Brasil

Resumo: *Calcado no aporte teórico da Análise de Discurso – Pêcheux e Orlandi – na sua relação com a História das Ideias Linguísticas – Aurox e Orlandi –, este artigo tem por objetivo refletir sobre a produção do gesto de autoria na primeira edição da Moderna Gramática Portuguesa (1961), de Evanildo Bechara. Para tanto, a análise se detém na compreensão dos efeitos produzidos no dizer do gramático pelo comparecimento do termo fonêmica e na apreensão do processo de distinção entre este e o que então se tinha por fonética e fonologia.*

Palavras-chave: *Análise de Discurso. História das Ideias Linguísticas. Gramática. Evanildo Bechara. Autoria.*

1 INTRODUÇÃO

A primeira edição da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada em 1961, começou a ser escrita como uma proposta de atualização da *Gramática Expositiva* (1907), de Eduardo Carlos Pereira¹. O objetivo era pôr a gramática de Pereira em conformidade não só com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), implementada em 1959, mas também, segundo Cavaliere (2008), com as novas ideias estruturalistas que chegaram ao Brasil, estabilizando-se no meio universitário através das obras de Mattoso Câmara Jr.. Quando Bechara apresentou à editora o que seria a revisão do primeiro capítulo da gramática de Pereira, no entanto,

* Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Profª. Dra. Vanise Medeiros. Bolsista CAPES/PDSE – Processo BEX002457/2015-06, cursando estágio doutoral na *Université Sorbonne Nouvelle – Paris III*, sob a supervisão de Jean-Marie Fournier. Membro do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) e do *Laboratoire d'histoire des théories linguistiques* (LAB-HTL). E-mail: araujo_thais@yahoo.com.

** Professora-adjunta da UFF, Bolsa CNPq de Produtividade em Pesquisa (Pesquisador 2; JCNE FAPERJ (2012-2015) e coordenadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) juntamente com Bethania Mariani e Silmara Dela Silva. E-mail: vanisegm@yahoo.com.br.

¹ Eduardo Carlos Pereira falecera em 1923, mas sua gramática, cuja primeira edição data de 1907, continuou a ser editada até 1958, sendo considerada “um dos maiores sucessos editoriais do livro didático brasileiro” (CAVALIERE, 2008, p. 26). Tratava-se, pois, como explica Orlandi (2002, p. 143), de um compêndio “adotado como referência no ensino da língua nas escolas” que alcançara a marca de 102 edições até então.

este foi reconhecido não como uma atualização, mas como um novo livro, que posteriormente viria ser a primeira edição da *Moderna gramática portuguesa* (doravante MGP), e isso porque, conforme Orlandi (2002), na sua (re)formulação coloca-se em questão um outro processo de autoria, uma outra função-autor, distinta daquela em que se inscrevia Eduardo Carlos Pereira.

Neste artigo, buscando, então, compreender como as condições de produção em que se deu a (re)formulação da primeira edição da MGP se fazem significar na sua materialidade, propomo-nos, do lugar de encontro da Análise de Discurso – Pêcheux e Orlandi – com a História das Ideias Linguísticas – Aurox e Orlandi –, a tecer algumas reflexões iniciais sobre a relação entre função-autor e forma de gramática² a partir da análise da produção do efeito de distinção no dizer do gramático para o que se tinha à época por estudos fonológicos, fonéticos e fonêmicos.

2 DE ADAPTADOR A AUTOR: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA MGP

Do final do século XIX ao início do século XX, as gramáticas brasileiras buscavam produzir um efeito de distinção entre a língua do Brasil e a de Portugal (ORLANDI, 2002) e, embora fossem empregadas como instrumento de ensino dessa língua que buscavam tornar visível, não eram tão somente normativas, visto que havia materializado nelas um (in)tenso diálogo com os saberes filiados ao que internacionalmente era concebido como ciência(s) da linguagem. Nessa época, destaca-se a publicação do programa de Fausto Barreto em 1887, a partir do qual, conforme podemos depreender em Guimarães (1997/1996) e Maciel ([1910] 1996), legitimou-se no Brasil a forma de saber associada à gramática histórica e, com isso, impôs-se como determinação histórica a filiação a essa orientação.

Conforme Orlandi (2002), o sucesso da gramática de Pereira não se deu por acaso. Embora a tradição gramatical portuguesa³ não deixe de comparecer em seu trabalho, ele, seguindo o caminho aberto por Júlio Ribeiro, dela de certa maneira afasta-se ao buscar conciliar as tendências linguísticas – gramática filosófica e gramática histórica – em conflito no território nacional.

Apesar de a *Gramática expositiva* de Pereira inscrever-se na tradição filosófica, nela também comparecem, em notas e observações, sentidos filiados à gramática histórica. Como pontua Orlandi (2002), na gramática de Pereira, a questão pedagógica é o que determina a forma da gramática expositiva, sendo o que o autor chama de “dosagem histórica” ministrada enquanto objeto de reflexão e não somente de comodidade didática, como se poderia pressupor. Sendo assim, conclui a autora, na obra de Pereira, “exposição didática e gramática expositiva rimam no modo como, levando em conta, colocam ao lado a gramática histórica como complementar” (ORLANDI, 2002, p. 145).

² Fazemos referência aqui à Orlandi (2002), quando a autora afirma que a função-autor gramático está relacionada à forma da gramática e ao imaginário de língua que nela comparece. Essa questão será retomada mais adiante.

³ A chamada tradição gramatical portuguesa que a essa época ainda predominava no Brasil é aquela em que se inscreve a gramática de Jerônimo Soares Barbosa, a qual, por alguns autores, é tomada como o texto mais representativo dessa tradição no Brasil.

As condições de produção em que se iniciou o projeto de atualização da gramática de Pereira são, então, totalmente distintas daquelas que vigoravam no momento de sua (re)edição (de 1907 a 1958). Quando, em 1960, Bechara iniciou o seu processo de escrita, não se tinha mais a tensão entre gramática filosófica e gramática histórica, mas sim entre um certo fazer gramatical que se desenvolveu no Brasil durante o século XIX e o início do século XX – ao qual pertence a gramática de Pereira –, a tradição imposta pela NGB e os estudos filiados à então chamada ciência Linguística. Daí, de acordo com Orlandi (2002, p. 148), Bechara ter sido “reconhecido não como possível adaptador do texto, mas como o autor de outra gramática”, o que significa dizer que há uma diferença fundamental no fazer gramatical dos dois autores, isto é, no processo de autoria instaurado em suas gramáticas.

Enquanto Eduardo Carlos Pereira se inscrevia num lugar em que os estudos linguísticos compareciam ao lado dos estudos gramático-normativos de cunho predominantemente pedagógico, Bechara, na sua proposta de atualização da *Gramática expositiva*, inscreve-se num lugar outro, em que o trabalho do gramático aparece ao lado (i.e., diferenciado) do trabalho do linguista. Ou seja, nas palavras de Orlandi (2002, p. 148), “a gramática de Bechara, ao tentar adaptar a gramática de Eduardo Carlos Pereira à NGB entra em outro processo de autoria, produção de outra função-autor, pois ao fazê-lo distingue o que em Eduardo Carlos Pereira não está distinto”, ou seja, o lugar de produção de conhecimento sobre a língua e o lugar de transmissão deste sob a forma de saber da língua.

3 A AUTORIA NOS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS NO SÉCULO XX

A noção de autoria trabalhada do lugar da AD foi depreendida e deslocada a partir da proposta de Foucault ([1971]2007). Para a AD, assim como para Foucault, o autor pode ser entendido como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, [1971]2007, p. 26), mas, distanciando-se da proposta deste, a autoria não se restringe a ocasiões especiais em que se dá uma enunciação original. Conforme Orlandi (2007b), existe autoria sempre que um sujeito se coloca (supõe estar) na origem do dizer, produzindo um texto com unidade, coerência, não contradição e fim. Assim sendo, apesar de o autor não instaurar discursividade, como pressupõe a noção foucaultiana, ele produz um lugar de interpretação, em meio a outros lugares possíveis. Em nossa perspectiva, portanto, a autoria é uma função (função-autor) exercida pelo sujeito discursivo que se caracteriza pela “produção de um gesto de interpretação” (ORLANDI, 2007b, p. 97), no qual o autor é colocado como o responsável pelo sentido do que diz, do que formula, produzindo sentido de acordo com as determinações históricas a que está assujeitado e, com isso, significando-se como autor. Trata-se, assim, de uma forma de se posicionar no interior de uma Formação Discursiva (PÊCHEUX, [1975] 2009)⁴. O que entendemos por autor é, pois, a representação, isto é, a imagem produzida para esse posicionamento que aqui chamamos de gesto de autoria.

⁴ Tomamos as Formações Discursivas (FDs) como regiões de produção de sentido constitutivamente heterogêneas. Ao conjunto de FDs Pêcheux ([1975] 2009, p. 151) chama de “todo complexo com dominante”, ressaltando, com isso, que a relação entre essas FDs é marcada pela disputa, pela tensão, visto que há nesse todo uma FD dominante e outras que “determinam a dominação da formação discursiva dominante”.

Tal como Orlandi (2002), entendemos que a função-autor tem a ver com a forma da gramática, com o imaginário de língua que nela comparece e, por conseguinte, com as relações estabelecidas não só entre essa língua e os sujeitos falantes, mas também entre estes. Desse modo, visando compreender o funcionamento da autoria na primeira edição da MGP, adotando como dispositivo de leitura o trajeto temático (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010)⁵, partimos da leitura do prefácio⁶, buscando apreender dois pontos: 1) a constituição da forma de gramática que se instaura após a implementação da NGB e 2) o efeito no discurso gramatical da projeção no Brasil do que se tem por ciência Linguística.

A tensão entre o que se coloca como da ordem do novo e da ordem do tradicional é recorrente ao longo do prefácio da primeira edição da *Moderna Gramática Portuguesa* e está estreitamente ligado à configuração dos espaços destinados à ciência e ao ensino, à universidade e à escola, ou, em outras palavras, à distinção entre o lugar do gramático e o do linguista. Em seu prefácio, a MGP é caracterizada como um “compêndio escolar” que tem por objetivo levar “aos colegas do magistério, aos alunos e quantos mais se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma” o que à época se tem por “resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e no país” (BECHARA, 1961, p. 21).

A estes “modernos estudos da linguagem” opõe-se, conforme o prefácio, o que é posto como “tradição secular”, à qual se filia, por sua vez, o que é colocado como “modelo clássico” – “Não se rompe de vez com a tradição secular: isto explica por que esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico” (BECHARA, 1961, p. 21)⁷. Para essa tradição é produzido um sentido de defasagem que torna impossível a manutenção da sua adoção – “muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava” (BECHARA, 1961, p. 21) –, ao passo que os modernos estudos são colocados como o “tratamento novo” que se fez necessário dispensar a esses assuntos.

Observemos também nessa formulação uma primeira justificativa para o título do compêndio. Ele é ‘moderno’ porque leva “o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país”. Esse sentido de progresso, de novidade, no entanto, não é colocado como concernente à disposição da matéria, pelo menos não em sua totalidade, pois, nesse aspecto, diz-se que a MGP não rompe “de vez” com o que é posto como “tradição secular”, apresentando-a “mais ou menos” conforme o chamado “modelo clássico”. Chamamos atenção aqui para o funcionamento das expressões “de vez” e “mais ou menos”. Se não rompe “de vez” com o que é posto como “tradição secular”, pressupõe-se que rompe em parte; e se a gramática se apresenta “mais ou menos” em conformidade com o que se coloca como “modelo clássico”, é porque dele em algum ou em alguns aspectos (pressupõe-se que)

⁵ O trajeto temático, enquanto dispositivo de leitura, funciona como fio condutor que nos permite agrupar/organizar, em eixos de análise, diferentes enunciados que, determinados historicamente, se entrecruzam em nosso objeto.

⁶ Para um estudo discursivo dos prefácios ver Orlandi (2008a).

⁷ Nas transcrições das sequências analisadas, mantivemos a ortografia original.

se distancia. A primeira edição da MGP traz, assim, em seu prefácio, uma tensão entre o mesmo e o diferente, entre manutenção e ruptura, a partir da qual se impuseram à nossa leitura as seguintes perguntas: com o que (não) se pode e (não) se deve romper nessa conjuntura? E o que (não) se pode e (não) se deve manter do chamado “modelo clássico”? O que se diz quando se diz “modernos estudos da linguagem” ou “tradição secular”?

Ainda no prefácio da primeira edição da MGP, a forma de saber denominada linguística americana, cujos estudos são significados como excelentes, é relacionada aos termos “fonêmica” e “estilística”. Nele materializa-se também a aquiescência à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)⁸, à qual, no entanto, é atribuído um sentido de falta – “Os termos que aqui se encontram e *lá faltam*, não se aplicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados” (BECHARA, 1961, p. 22, grifo nosso) – que justifica o comparecimento de outros termos, para além daqueles instituídos pela terminologia oficial, no dizer do gramático.

Por fim, cabe ressaltar, que, no prefácio em questão, a orientação científica que norteia a MGP é colocada como advinda da “lição” daqueles que se tem por “mestres” de “dentro e fora do país”, dentre os quais é citado como exemplo, a quem inclusive é dedicada à gramática de Bechara, Said Ali. Com isso, parece colocar-se em relação com o que se tem por “modernos estudos” a forma de saber à qual se filia o nome de autor Said Ali, notadamente a filologia, a qual, então, figuraria ao do lado do que, como dissemos, é posto como fonêmica, análise estilística e linguística americana.

4 O NOVO E O TRADICIONAL NO DIZER DO GRAMÁTICO

Embora para se instituir lance mão do argumento de cientificidade (ORLANDI, 2002), ao se inscrever na história dos estudos linguístico-gramaticais no/do Brasil, a NGB, em função da distinção procedida entre gramática e linguística, é circunscrita ao domínio da primeira, significando-se/sendo significada como *a* tradição gramatical brasileira. Assim é que, como vimos, no prefácio da primeira edição da MGP, a ela é atribuído um sentido de falta que autoriza ao gramático mobilizar sentidos não instituídos/legitimados em/por seu texto.

Além desse sentido de falta atribuído à terminologia oficial, o gramático mobiliza, em seu prefácio, o que é posto como “modernos estudos gramaticais”, aos quais, como pontuamos, se filiam diferentes formas de saber, tais quais: estilística, linguística americana, filologia e fonêmica. Como anunciamos, neste artigo buscaremos compreender os efeitos produzidos pelo comparecimento desse último termo no dizer do gramático, bem como o efeito de distinção que se estabelece entre ele e o que então se tinha por fonética e fonologia.

⁸ Lembremos aqui que a implementação da NGB, em 1959, foi um dos motivos por que Bechara foi convidado para adaptar a gramática de Eduardo Carlos Pereira. Para um estudo discursivo da NGB ver Baldini (2009) e Costa (2010).

4.1 O QUE DIZ A NGB

O projeto da NGB (1959) divide a gramática em três partes: Fonética, Morfologia e Sintaxe, e acrescenta como apêndice: Figuras de sintaxe, Gramática Histórica, Ortografia, Pontuação, Significação das palavras e Vícios de linguagem. Orlandi (2002, p. 148), comentando a distinção entre o processo de autoria instaurado na MGP e o que se dá na *Gramática Expositiva* de Pereira, assinala que naquela diferentemente do que se tem nesta, em que os estudos fonológicos incluem-se, assim como os morfológicos, no capítulo intitulado Lexicologia, à Fonética/Fonêmica é destinado um lugar de maior “independência e realce”, seguindo a ordem predeterminada pela NGB, isto é, configurando-se como um capítulo independente, ao lado da Morfologia e da Sintaxe.

Aqui cabe destacar que em Pereira (1907) comparece, ao lado de Morfologia, como estudo subordinado à Lexicologia, o termo Fonologia, mas tanto na NGB como na MGP o termo que comparece é Fonética e, na última, ao seu lado, também Fonêmica. Para nós, como explicaremos adiante, essa substituição é significativa, por isso passaremos, ao nos referirmos a essa(s) forma(s) de saber, a trabalhar a tensão entre esses termos e, por conseguinte, entre os saberes que eles mobilizam.

Segundo Orlandi (2002, p. 148), a distinção entre Fonologia/Fonética/Fonêmica e Morfologia⁹, de modo que elas se tornem coisas independentes e não parte de um mesmo tema: a Lexicologia, “mostra como a forma da gramática tem que ver com a forma da função-autor gramático e como isso tem consequências sobre o trabalho produzido pelo gramático na relação do sujeito com sua língua”. Com isso, a autora chama-nos atenção para o fato de que na forma da gramática materializam-se sentidos predominantes no momento de sua formulação, mas não só esses.

De acordo com Orlandi (2008b), as condições de produção de um dizer não se restringem ao momento de sua formulação, o que poderia sugerir equivocadamente a restrição desse conceito ao de contexto imediato. Em função disso, em nossa análise, consideramos também o momento de circulação e o processo de constituição do discurso, isto é, o modo como a memória desse dizer nele se faz significar, memória esta que, no caso em análise, é pelo menos até certo ponto comum aos dois compêndios. Dissemos “até certo ponto” porque, após a morte de Pereira, temos três acontecimentos que incidiram diretamente sobre essa memória e, portanto, sobre as condições de produção do discurso gramatical brasileiro, a saber: 1) a disposição normativa da Lei 4.024/61 (LDB) sobre a organização do ensino, 2) a implementação da NGB, por meio da Portaria N° 36 de 1959, e 3) a assunção da ciência Linguística no Brasil a partir de meados do século XX. Assim, tal como Orlandi (2002), entendemos que o que diferencia a gramática de Bechara e a de Pereira são as redes de relações a que elas se filiam, filiações estas que estão diretamente ligadas ao momento de formulação desses compêndios. Daí considerarmos que, ao se significarem/serem significadas no discurso gramatical brasileiro, as gramáticas de Pereira e de Bechara significam(-se) diferentemente.

⁹ Orlandi (2002) diz entre fonologia e sintaxe, mas em Pereira (1907), nos estudos lexicológicos, encontra-se ao lado da fonologia a morfologia e, numa parte independente, a sintaxe.

Além da distinção em relação ao que postula a terminologia oficial apontada anteriormente, Bechara, no prefácio à primeira edição da MGP, afirma trazer para o seu compêndio “noções, ainda que breves, sobre fonêmica” (BECHARA, 1961, p. 21), mas essa expressão não comparece no projeto da NGB. Assim sendo, tornou-se necessário para nós em nossa investigação compreendermos o modo como a abordagem dessa forma de saber denominada Fonêmica contorna o discurso oficial, legitimando o seu comparecimento.

4.2 DA DISTINÇÃO ENTRE OS ESTUDOS FONOLÓGICOS, FONÉTICOS E FONÊMICOS

Como nos explica Mattoso Câmara Jr. ([1975] s.d.), o termo “fonêmica” foi cunhado pela escola linguística norte-americana, cujos nomes de referência são Edward Sapir e Leonard Bloomfield. Esse termo comparece, na primeira edição da *Moderna gramática portuguesa*, em “Fonética descritiva”, no capítulo intitulado “Fonética e Fonêmica”, no qual há uma seção homônima. Nesta seção, diz o gramático:

Na atividade linguística, o importante para os falantes é o som, e não a série de movimentos articulatórios que o determina. Assim sendo, enquanto a análise fonética se preocupa tão-somente com a articulação, a fonêmica atenta apenas para o som que, reunindo um feixe de traços que o distingue de outro som, permite a comunicação linguística. A fonética pode reconhecer, e realmente o faz, diversas realizações para o /t/ da série ta-te-ti-to-tu; a fonêmica não leva em conta as variações (que se chamam alofones), porque delas não tomam conhecimento os falantes de língua portuguesa. Um fonema admite uma gama variada de realizações fonéticas que vai até a conservação da integridade do vocábulo: quando isto não ocorre, diz-se que houve mudança de fonema. O /l/ admite várias realizações no Brasil, de norte a sul (e estas variantes não interessam à análise fonêmica, que deveria ter primazia em nosso estudo de língua); mas haverá mudança de fonemas quando se não puder fazer a oposição mal/mau. Como bem ensina Mattoso Câmara, "o fonema, entendido como um feixe de traços distintivos, individualiza-se e ganha realidade gramatical pelo seu contraste com outros feixes em idênticos ambientes fonéticos. Não é, pois, a diferença articulatória e acústica que distingue primariamente dois fonemas, senão a possibilidade de determinarem significações distintas numa mesma situação fonética. Compreende-se assim que um mesmo fonema possa variar amplamente na sua realização, conforme o ambiente fonético ou as peculiaridades do sujeito falante". Fonêmica não se opõe a fonética: a primeira estuda o número de oposições utilizadas e suas relações mútuas, enquanto a fonética experimental determina a natureza física e fisiológica das distinções observadas. (BECHARA, 1961, p. 28, itálicos do autor, grifos nossos).

Como se pode ver na sequência acima, produz-se na MGP (1961) um efeito de distinção entre as formas de saber Fonêmica e Fonética (“enquanto a análise fonética se preocupa tão-somente com a articulação, a fonêmica atenta apenas para o som que, reunindo um feixe de traços que o distingue de outro som, permite a comunicação linguística”). Coloca-se, contudo, que, apesar de distintas, essas formas de saber não são opostas (“Fonêmica não se opõe a fonética”). Cabe aqui chamarmos atenção ainda para o mecanismo de citação empregado para justificar a inclusão desse campo de saber em seu compêndio: primeiramente trazendo a noção de fonema formulada por Câmara Jr. e, em seguida, fazendo referência, em nota de rodapé colocada no final do último

parágrafo da sequência discursiva¹⁰ transcrita acima, a Bertil Malmberg, linguista sueco autor de *La Phonétique*.

Para melhor compreendermos a tensão que mencionamos anteriormente entre os termos *fonologia*, *fonética* e *fonêmica*, retomaremos aqui algumas considerações de Câmara Jr. ([1975] s.d.), em sua *História da Linguística*. De acordo com Câmara Jr., até meados do século XIX, situada no lugar das chamadas ciências naturais, a fonética consistia num estudo biológico da linguagem e era significava como uma “disciplina auxiliar da linguística”, cujas complexidades físicas e fisiológicas os linguistas deveriam estudar e dominar para serem capazes de “lidar com os sons vocais e suas mutações” (CÂMARA JR., [1975] s.d., p. 83). Somente com o trabalho do alemão Eduard Sievers (1876), segundo o autor, a fonética teria passado a ser concebida como uma ramificação dos estudos linguísticos, mais especificamente com o desenvolvimento dos estudos fonéticos de base comparativa, notadamente aqueles relacionados ao indo-europeu. Nas primeiras décadas do século XX, contudo, ainda conviviam com os estudos fonético-linguísticos outros a partir dos quais a fonética era significava pelos linguistas como uma disciplina auxiliar.

Entendia-se, então, que esses estudos, embora também fossem de grande utilidade para os linguistas por lhes proporcionarem uma compreensão mais profunda do mecanismo da fala, afastavam a fonética da disciplina linguística, pois da maneira como estavam sendo desenvolvidos cada vez mais se aproximavam das chamadas ciências naturais, ao passo que, já a esta época, o conceito de língua enquanto sistema de sinais, difundido a partir de Marty e Saussure, significava os estudos da linguagem no âmbito das ciências humanas.

Foi, pois, Saussure que, como relata Câmara Jr. ([1975] s.d.), retomando o conceito de fonema enquanto sons vocais proposto pelo linguista polaco Jan Baudouin de Courtenay (1845-1929), ao inseri-lo na sua teoria geral e essencial dos sinais linguísticos, finalmente conseguiu delinear esses estudos dentro da ciência linguística. Entendendo que muitas questões acústicas e articulatórias levantadas até então eram irrelevantes para a comunicação linguística, o linguista genovês estendeu à fonética o princípio de oposições linguísticas, sobre o qual se fundamenta a sua concepção de língua, assinalando que o fonema é importante para os estudos linguísticos somente na medida em que se difere de outros fonemas.

Em 1928, no Primeiro Congresso Internacional de Linguística, realizado em Haia, estudiosos do Círculo Linguístico de Praga (Troubetzkoy, Jakobson e Karcevski), na sua primeira aparição na Europa, apresentaram uma comunicação em que refletiram sobre os métodos mais convenientes para “uma descrição prática e completa da gramática de uma língua” (CÂMARA JR., [1975] s.d., p. 210). Na ocasião, eles trouxeram à baila o conceito de entidades linguísticas e propuseram a distinção entre dois tipos de estudo: a fonética, concebida como uma ciência natural, e a fonologia, concebida enquanto uma ramificação da linguística que “trata da significação dos traços fonéticos em uma língua” (CÂMARA JR., [1975] s.d., p. 210), enfatizando-se, como

¹⁰ As sequências discursivas são, conforme Orlandi (1984), unidades discursivas de textos de natureza variada que se configuram enquanto fragmentos de uma dada situação discursiva postos em correlação conforme a pergunta feita pelo analista, a partir de uma dada posição teórica.

justificativa para legitimação desta última, a necessidade, em conformidade com a proposta de Saussure, de se estabelecer um sistema de oposição de sons linguisticamente significativos e a relevância da correlação entre esses sons para se explicar a mudança fonética (fonologia diacrônica).

Mais ou menos na mesma época, de acordo com Câmara Jr. ([1975] s.d.), o linguista americano Edward Sapir vinha desenvolvendo, com fundamentação de base psicológica e formalista, uma visão padronizada da língua que o levou, por não aceitar a ideia de que os sons vocais eram tão somente realizações físicas, a buscar estabelecer um padrão intrínseco para eles. Em seu artigo intitulado “Padrões fonológicos”, a distinção entre o que é produzido pelos órgãos fonadores do homem e o que é por ele reconhecido como linguisticamente significativo ganha, então, corpo. A noção de “padrão fonológico da língua” formulada nesse artigo parte do princípio de que há uma padronização fonética de base “psicológica intuitiva que se superpõe às diferenças físicas do som” (CÂMARA JR., [1975] s.d., p. 207). Esse padrão formado de pontos linguisticamente significativos assemelha-se, num primeiro momento, conforme Câmara Jr. ([1975] s.d.), à concepção de sistema de fonemas, formulado por Troubetzkoy, estudioso do Círculo de Praga, de tal modo que por fim Sapir resolve-se também por adotar o termo “fonema”. Embora a descrição proposta por Sapir se aproximasse quanto ao sincronismo dos estudos de Saussure, destes se distanciava em função da concepção de que a mudança está essencialmente ligada à estrutura linguística. Considerando os estudos diacrônicos do ponto de vista formal, Sapir rejeitava também a separação proposta pelos neogramáticos entre mudança fonética e mudança morfológica, pois para ele a mudança deve ser encarada como um todo no qual se entrelaçam motivações de ambos os tipos. É, portanto, nesse sentido que propõe a noção de impulso, segundo a qual não há casualidade nas mudanças linguísticas, mas antes uma determinação dos padrões da língua que se desenvolvem incessantemente.

A descrição formalista proposta por Sapir, mais especificamente o seu conceito de padrões fonológicos, foi o que proporcionou o terreno fértil para que fossem assentadas no livro *Language* (1933), de autoria de seu amigo Leonard Bloomfield, as bases da teoria fonêmica. É nesse livro que Bloomfield, conforme Câmara Jr. ([1975] s.d., p. 212), aproximando-se do conceito formulado pelos estudiosos do Círculo de Praga, define fonema como “um feixe de traços distintivos dentro do complexo do som vocal”. Com isso, o linguista americano fundamenta teoricamente o desenvolvimento da “fonêmica”, teoria que, para Câmara Jr. ([1975] s.d., p. 212), consiste numa “réplica americana para a ‘fonologia’ de Troubetzkoy”¹¹.

São três, conforme Câmara Jr. ([1975] s.d.), as principais distinções entre os estudos americanos e aqueles desenvolvidos na Escola de Praga, a saber: 1) nesses últimos compareciam os conceitos de “Neutralização” e “Arquifonema”, os quais não foram contemplados no trabalho de Bloomfield; 2) Bloomfield era cético em relação à concepção proposta pelos estudiosos de Praga da fonética enquanto ciência; e 3) a

¹¹ Sobre a origem do termo fonêmica, comenta Câmara Jr. ([1975] s/d, p. 212): “Bloomfield não é o criador do termo ‘fonêmica’ que foi criticado como ‘espúrio’, uma vez que a derivação normal, de acordo com a formação da palavra em grego, requereria *fonemática*, mas empregou o termo *fonêmico* como adjetivo”.

chamada fonêmica americana, em função dessa rejeição, diferentemente do que na Europa se colocava como fonologia, passou a dar maior destaque à técnica distribucional, o que acarretou uma sensível diferença no que tange à concepção de fonema: em vez de ser concebido em função de seus traços fonéticos, ele passou a ser definido de acordo com a posição assumida nas formas linguísticas e com o modo como se combina com outros fonemas.

A partir das contribuições de Câmara Jr. ([1975] s.d.), podemos dizer que:

- a) A chamada teoria fonêmica nasce, em última instância, da tensão evidenciada em meados do século XIX entre a abordagem dita biológica (filiada às ciências naturais) e a dita linguística (filiada às ciências sociais), as quais se encontravam em disputa pela chancela da teoria fonética. Tal tensão, como vimos, ainda se faz significar em Bechara, na década de 60 do século XX, quando este afirma que “Na atividade linguística, o importante para os falantes é o som, e não a série de movimentos articulatórios que o determina” (BECHARA, 1961, p. 28, grifo nosso).
- b) O efeito de distinção entre essas duas abordagens ganha embasamento nos dizeres de Saussure e se naturaliza a partir dos trabalhos desenvolvidos do lugar dos estudiosos da Escola de Praga, nos quais se propõe a diferenciação entre dois campos de saber: a Fonética e a Fonologia.

Embora Câmara Jr. ([1975] s.d.) atribua ao Círculo de Praga a proposta de distinção entre esses dois campos, no *Curso de Linguística Geral* (CLG) de Saussure ([1916] 2006), já encontramos *uma* certa proposta de diferenciação:

A fisiologia dos sons (...) é frequentemente chamada de ‘Fonética’ (...). Esse termo nos parece impróprio; substituímo-lo por *Fonologia*. Pois *Fonética* designou a princípio, e deve continuar a designar, o estudo das evoluções dos sons; não se deveriam confundir no mesmo título dois estudos absolutamente distintos. *A Fonética é uma ciência histórica*; analisa acontecimentos, transformações e se move no tempo. *A Fonologia se coloca fora do tempo*, já que o mecanismo de articulação permanece sempre igual a si mesmo. Longe de se confundir, *esses dois estudos nem sequer podem ser postos em oposição*. O primeiro é uma das partes essenciais da ciência da língua; a Fonologia, cumpre repetir, não passa de *disciplina auxiliar* e só se refere à *fala*. (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 42-43, grifos nossos).

Ainda que os estudiosos da Escola de Praga, em 1928, ao formalizarem a distinção entre esses dois campos de saber tenham levado em consideração a proposta de Saussure no que tange à necessidade de estabelecimento de um sistema de oposição de sons linguisticamente significativos, como podemos ver na sequência acima os sentidos atribuídos a esses campos são contraditórios nas duas propostas.

Para Saussure (CLG), a Fonologia é a “fisiologia dos sons” e, por isso, considerando que o mecanismo de articulação desses não muda, entende-se que ela se coloca “fora do tempo”. Daí ser, por só se referir à fala, considerada como uma “disciplina auxiliar” da ciência Linguística. Já a Fonética constitui-se como “uma ciência histórica”, que “analisa acontecimentos, transformações e se move no tempo”, o

que a caracteriza como – e aí, tendo em vista a cisão instaurada a partir de seus estudos entre sincronia e diacronia, chamamos atenção para uma contradição em sua proposta – “uma das partes essenciais da ciência da língua”.

Para os estudiosos do Círculo de Praga, como vimos, contudo, os sentidos atribuídos a esses termos opõem-se à proposta saussuriana. Enquanto, desse lugar, a Fonética consiste num estudo que se dá no domínio das ciências naturais, a Fonologia, considerada como uma abordagem que “trata da significação dos traços fonéticos em uma língua”, consiste numa ramificação da ciência Linguística.

Faz-se aqui preciso observar alguns pontos. Nessas duas propostas de distinção materializa-se a disputa que mencionamos em a), segundo a qual, dependendo do lugar de onde se fala, os estudos fonéticos/fonológicos ora são significados como próprios às ciências naturais, constituindo-se como uma ferramenta auxiliar no fazer do linguista, ora como próprios à então chamada ciência Linguística. Note-se também uma tensão no que concerne ao sentido desses termos: qual estaria associado a uma abordagem biológica dos sons e qual estaria associado a uma abordagem linguística? Desfeita essa confusão, foram, pois, os sentidos que compareceram nos trabalhos dos estudiosos da Escola de Praga para os termos *fonética* e *fonologia* que se naturalizaram nos estudos da linguagem desenvolvidos no Brasil.

A despeito dessa contradição, faz-se preciso esclarecer que já em Saussure temos a materialização de um efeito de distinção entre os estudos fonéticos e fonológicos (“Longe de se confundir (...)”). Em seu texto já comparecem sentidos que sugerem que o que se faz de um lugar não equivale ao que se faz do outro. Além disso, evidencia-se também a não existência de oposição entre esses dois tipos de estudos (“êsses dois estudos nem sequer podem ser postos em oposição”), sentido este que, como vimos, também comparece em Bechara (1961).

No quadro 1, apresentado mais adiante, sintetizamos o que foi visto até aqui.

c) Como pode ser observado no quadro 1, além de uma disputa que surge em meados do século XIX entre as áreas de conhecimento a que estariam filiados os estudos fonéticos/fonológicos (se às ciências naturais ou às sociais), bem como entre os sentidos associados aos termos *Fonética* e *Fonologia*, como vimos em Saussure (CLG) e nos estudiosos do Círculo de Praga, observa-se, na década de 30 do século XIX, com o desenvolvimento da linguística americana, mais especificamente com os estudos bloomfieldianos, o comparecimento de um outro nome que passa a se relacionar de forma tensa com aqueles. Enquanto desse lugar a Fonética não é tomada enquanto ciência, o termo *Fonêmica* passa a nomear os estudos dos sons desenvolvidos no âmbito da Linguística, instaurando-se, assim, uma relação de disputa entre este e o termo *Fonologia*, conforme concebido pelo Círculo Linguístico de Praga.

Quadro 1 – Tensão entre fonética, fonêmica e fonologia

Meados do século XIX	Final do século XIX	Saussure (CLG, 1916)	Círculo Linguístico de Praga (1928)	Linguística americana Sapir/ Bloomfield (1933) 1º Momento	Linguística americana Bloomfield 2º momento	Bechara (1961)
Fonética Disciplina auxiliar da linguística filiada às ciências naturais	Fonética Disciplina auxiliar da linguística filiada às ciências naturais	Fonologia Disciplina auxiliar da linguística voltada para o estudo da fisiologia dos sons; Ciência a-histórica	Fonética Ciência natural	Fonética Não é uma ciência	Fonética Não é uma ciência	Fonética Preocupa-se tão somente com a articulação
---	Fonética Ramificação da Linguística (estudos histórico-comparativos)	Fonética Ramificação da Linguística; Ciência histórica (diacronia); Mudanças fonéticas; Princípio de oposições linguísticas	Fonologia Ramificação da Linguística; Princípio de oposições linguísticas; Mudanças fonéticas/fonologia diacrônica	Fonêmica Ramificação da Linguística; Princípio de oposições; Mudança fonética e morfológica	Fonêmica Ramificação da Linguística; Técnica distribucional	Fonêmica Atenta apenas para o som que, reunindo um feixe de traços que o distingue de outro som, permite a comunicação linguística

Para que se melhor compreenda a tensão que estamos sinalizando aqui, evoquemos a primeira tese postulada por Pêcheux ([1975] 2009) para comprovar o que coloca como o *caráter material do sentido* segundo o qual não há sentido literal (v. Capítulo I). De acordo com Pêcheux, palavras, expressões e proposições adquirem sentido conforme o posicionamento do sujeito numa dada FD. Assim sendo, podemos distinguir três situações em que se pode observar a tensão entre o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2007a), tensão esta que é inerente a todo e qualquer dizer. Na primeira, uma mesma palavra, expressão ou proposição pode receber sentidos distintos – todos da mesma maneira evidentes – segundo a filiação do sujeito a esta ou aquela FD. Voltando ao quadro 1, poderíamos dizer que esse é o caso do termo *fonética* no final do século XIX, momento em que se dá a oposição entre os estudos que sob esse nome estão veiculados às ciências naturais e aqueles que estão veiculados à ciência linguística. Poderíamos nessa situação considerar ainda os sentidos dos termos *fonética* e *fonologia* para Saussure e para os estudiosos do Círculo de Praga e o sentido da palavra *fonética* para estes e para os estudiosos filiados à linguística americana.

Se considerarmos a relação estabelecida entre os diferentes domínios a partir dos quais essas palavras são significadas, bem como o gesto de interpretação procedido pelos sujeitos filiados a um domínio em relação ao que é posto como da ordem de outro domínio, teremos de pensar esses distintos sentidos enquanto deslocamentos promovidos em função da passagem de uma FD a outra. A essa ruptura dos processos de significação chamamos polissemia (ORLANDI, 2007a). Em ambas as situações, as palavras são as mesmas (paráfrase), mas os sentidos são outros (polissemia) e se constituem conforme a identificação dos sujeitos a um dado domínio de saber, i.e., a uma dada FD.

Uma terceira situação nos é ainda trazida por Pêcheux para descrever o caráter material do sentido. Nela, “palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 148) [itálico do autor]. Como vimos, do lugar de onde diz Câmara Jr. ([1975] s/d), a tensão entre os sentidos atribuídos ao termo *fonêmica* e *fonologia*, apesar das diferenças existentes entre o que se faz do lugar, respectivamente, dos estudiosos filiados à escola linguística americana e daqueles filiados à escola de Praga, é silenciada pela imposição de um efeito de equivalência entre esses dois campos. Conforme o linguista, a noção de pontos que formam os chamados padrões fonológicos “é *equivalente* à concepção de sistema de fonemas na doutrina de Troubetzkoy” (CÂMARA JR., [1975] s.d., p. 207), e a teoria fonêmica, de Bloomfield, configura-se como “uma *réplica* americana da teoria fonológica do Círculo de Praga” (CÂMARA JR., [1975] s.d., p. 209, grifos nossos).

Nesse sentido, faz-se preciso destacar que o comparecimento do termo *fonêmica*, em vez de *fonologia*, como se dá em Eduardo Carlos Pereira, materializando, assim, a sua identificação aos estudos desenvolvidos na Europa, evidencia a filiação de Bechara ao conhecimento sobre língua produzido a partir do lugar da escola linguística americana. No entanto, como todo dizer, como dissemos, se dá na tensão entre o mesmo e o diferente, ao mobilizar, por meio do mecanismo de citação, a definição de fonema que comparece no livro *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, de Mattoso Câmara Jr., é colocada em funcionamento na primeira edição da MGP uma rede de filiações atravessada pela tensão entre os sentidos associados aos termos *fonética*, *fonêmica* e *fonologia*, como podemos observar no quadro 2.

Quadro 2 - Da definição de fonema¹²

Bechara	“o fonema, entendido como um <u>feixe de traços distintivos</u> , <i>individualiza-se e ganha realidade gramatical pelo seu contraste com outros feixes em idênticos ambientes fonéticos</i> ” (CÂMARA JR. apud BECHARA, 1961, p. 28)
Câmara Jr.	<u>Feixe de traços distintivos</u> , <i>individualiza-se e ganha realidade gramatical pelo seu contraste com outros feixes em idênticos ambientes fonéticos</i> . (apud BECHARA, 1961, p. 28)
Bloomfield	<u>Feixe de traços distintivos</u> dentro do complexo do som vocal. (apud CÂMARA JR., [1975] s/d, p. 212). ¹³
Troubetzkoy	<u>Sons linguisticamente significativos</u> que constituem um sistema de oposições em conformidade com o <i>princípio de oposições linguísticas de Saussure</i> . (apud CÂMARA JR., [1975] s/d, p. 210) ¹⁴

¹² As definições atribuídas a Bloomfiel e a Troubetzkoy neste quadro foram formuladas a partir de nossa leitura do movimento de leitura de Mattoso Câmara Jr., em *História da Linguística* ([1975] s/d). Nas notas que se seguem, porém, trazemos as definições de fonema conforme propostas por esses autores, respectivamente, em *Language* ([1933] 1956) e *Principes de Phonologie* ([1939] 1949).

¹³ Ao analisar a palavra *pin* (alfinete, em inglês), Bloomfield conclui que ela tem como traços distintivos três unidades indivisíveis, denominadas *fonemas*, que podem ocorrer em outras combinações, mas que não devem ser analisadas a partir de semelhanças parciais: “*we conclude that the distinctive features of this word are three indivisible units. Each of these units occurs also in other combinations, but cannot be further analyzed by partial resemblances: each of the three is a minimum unit of distinctive sound-feature, a phoneme*” ([1933]1956, p. 79).

¹⁴ No livro *Principes de phonologie*, de Troubetzkoy, o fonema é, primeira e metaforicamente, definido como traços distintivos da silhueta das palavras, que são compreendidas como um todo fônico. Diz o autor: “*Chaque mot est plutôt un tout phonique, et les auditeurs le reconnaissent comme une silhouette [...]. Mais la reconnaissance de la silhouette suppose qu'elle se distingue des autres et cela n'est possible que si les diverses silhouettes se distinguent entre elles par certaines marques. Les phonèmes sont donc*

Considerando o processo parafrástico como aquele que nos permite depreender no dizer algo que se mantém, i.e., que constitui a sua memória, podemos afirmar que a definição de Câmara Jr. de fonema enquanto “feixe de traços distintivos”, retoma pelo mecanismo de citação parafrástica a definição de fonema proposta, num primeiro momento, por Bloomfield, que, por sua vez, consiste numa paráfrase da definição formulada por Troubetzkoy, segundo a qual os fonemas, “sons linguisticamente significativos”, constituem um “sistema de oposições”, que, por seu turno, atualiza o sentido do “princípio de oposições” formulado por Saussure. Da mesma forma, podemos dizer que atravessa as definições acima a tensão entre o domínio das ciências naturais e o da ciência linguística, produzindo um efeito de distinção entre estes. Os fonemas, do lugar da ciência linguística, são concebidos como “sons *linguisticamente significativos*”, e não apenas sons, eles possuem um conjunto de “traços distintivos” (do ponto de vista linguístico-gramatical) que os inserem no “complexo do som vocal” e que os individualizam, atribuindo-lhes “realidade gramatical”.

d) Assim, tendo em vista o exposto, consideramos que a inclusão daquilo que Bechara coloca como “noções de fonêmica” configura-se como uma forma de resistência ao que postula o discurso oficial instituído/legitimado na/pela NGB, visto que o sentido hegemônico para o termo *Fonética* – o qual, como vimos, comparece no texto oficial –, que se impunha à época (e ainda hoje se impõe) nos estudos gramaticais brasileiros estava (está) filiado a uma abordagem biológica – e, portanto, não linguística – do som.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Dias (1996), a gramática, enquanto tecnologia intelectual, coloca-se como uma projeção de completude, no sentido em que, ao produzir uma determinada realidade linguística, supõe dar conta *da* língua, descrevendo-a. Conforme o autor, tal projeção se sustenta em duas dimensões. A primeira diz respeito à produção do imaginário de unidade linguística que se funda como resultado da produção do que denomina efeito de idiomaticidade (DIAS, 1996). A segunda refere-se ao efeito de harmonia produzido entre as partes, efeito este que se dá a partir do gesto de interpretação/autoria procedido pelo sujeito ao se significar como gramático e, portanto, da sua identificação a determinado(s) domínio(s) teórico-metodológico(s), identificação esta que, como pontua o autor, “orienta desde questões como a relação entre conceito/regra e demonstração até a conformação dos capítulos do livro que lhe fornece o suporte” (DIAS, 1996, p. 184-185).

les marques distinctives des silhouettes des mots. Chaque mot doit contenir autant des phonèmes dans l'ordre voulu qu'il est nécessaire pour le distinguer de tout autre mot. Cette succession de phonèmes n'est tout entière propre qu'à ce seul mot, mais chaque terme isolé de cette succession apparaît comme marque distinctive également dans d'autres mots” ([1939]1949, p. 38). Sendo a fonologia tomada, a partir da distinção entre *langue* e *parole* formulada por Saussure, como uma ciência linguística que estuda os sons da língua (*langue*) – e não da fala (*parole*), como seria o caso da fonética – e considerando que, segundo seu ponto de vista, numa língua dada, entendida enquanto sistema, as oposições fônicas são empregadas para diferenciar as palavras, Troubetzkoy retoma, posteriormente, o conceito de fonema nos seguintes termos: “[...] *le phonème est la somme des particularités phonologiquement pertinents que comporte une image phonique*” ([1939]1949, p. 40).

COSTA, Thaís de Araujo da; MEDEIROS Vanise Gomes de. Considerações sobre o gesto de autoria na Moderna Gramática Portuguesa (1961), de Evanildo Bechara. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 3, p. 385-400, set./dez. 2015.

Em nossa investigação, visando depreender como se dá a produção desse efeito de harmonia na primeira edição da MGP (1961) e, com isso, melhor compreender a função-autor nela colocada em funcionamento, procedemos a uma análise que, partindo do prefácio, adentra o corpo da gramática em busca de repetições e regularidades, silenciamentos, deslocamentos, paráfrases e polissemias. Como vimos, a primeira edição da MGP tem sua organização bem próxima da que propõe a NGB. A terminologia oficial divide a gramática em três partes: Fonética, Morfologia e Sintaxe, mais o que considera como apêndice. A MGP de 1961, salvo pequenas exceções, segue basicamente essa organização, o que evidencia a identificação do sujeito-gramático ao discurso oficial e o efeito deste sobre o discurso gramatical.

No entanto, como anunciado desde o prefácio da obra aqui analisada e como demonstramos ao analisar o comparecimento do termo *fonêmica*, sentidos filiados a outros lugares também se fazem presentes no dizer do gramático sobre a língua, caracterizando, assim, uma forma de resistência/ruptura em relação aos sentidos impostos pela NGB. Após a implementação da NGB, em 1959, para dizer sobre a língua na gramática, isto é, para ser gramático e, portanto, autor de gramática, faz-se preciso romper com os sentidos filiados à tradição gramatical anterior e filiar-se aos sentidos instituídos/legitimados pelo discurso oficial. Na MGP de 1961, contudo, tal imposição é contornada a partir da mobilização do argumento do novo, compreendido, sob essas condições de produção, como um argumento de cientificidade.

Instaura-se, assim, um segundo movimento de ruptura, agora com o que é posto como tradição, em prol de uma abordagem que leve em conta “os modernos estudos da linguagem”, expressão esta que, como vimos, é polissêmica, já que ora parece estar associada, a partir dos nomes linguística americana e estudos fonêmicos, ao chamado estruturalismo, ora, a partir do que se tem por estudos estilísticos e da citação do nome de autor Said Ali, aos chamados estudos filológicos. É, pois, nesse jogo entre ruptura e manutenção dos sentidos impostos pela memória do discurso gramatical brasileiro que se constitui – no deslize entre o lugar do gramático e o do linguista – a função-autor que organiza a primeira edição da MGP.

REFERÊNCIAS

- BALDINI, L. J. S. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa (curso médio)* – com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- BLOOMFIELD, L. *Language* (1933). New York: Henry Hold and Company, 1956.
- CÂMARA JR., M. *História da linguística* (1975). 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, s.d.
- CAVALIERE, R. (Org.). *Entrelaços entre textos* – Miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- COSTA, T. de A. da. *Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis*. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas (SP): Pontes, 1996. 90 p.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso* (1971). 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

GUIMARÃES, E. Apresentação – Maximino Maciel e um pouco de História. In: *Revista Relatos* 3, Jun. 1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. “História da gramática no Brasil e ensino”. *Relatos*, n. 5, p. 7-13, out. 1997.

MACIEL, M. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa (1910). *Revista Relatos*, 3, Jun. 1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

_____. *Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008a.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral* (1916). São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

TROUBETZKOY, N. S. *Principes de phonologie* (1939) Traduit par J. Cantineau. Paris: Klincksiek, 1949.

Recebido em: 24/06/15. Aprovado em: 27/10/15.

Title: *Considerations on the gesture of authorship in the Moderna Gramática Portuguesa (1961) by Evanildo Bechara*

Authors: *Thaís de Araujo da Costa; Vanise Gomes de Medeiros*

Abstract: *Based on the theoretical approach of Discourse Analysis – Pêcheux e Orlandi – in its relation with the History of Linguistic Ideas – Auroux e Orlandi –, this article has the objective of reflecting upon the production of the gesture of authorship in the first edition of the Moderna Gramática Portuguesa (1961), written by Evanildo Bechara. For this purpose, we will hold our analysis to the understanding of the effects produced in the grammarian’s discourse by the presence of the term phonemic and to the apprehension of the process of distinction between this term and what was then phonetics and phonology.*

Keywords: *Discourse Analysis. History of the Linguistic Ideas. Grammar. Evanildo Bechara. Authorship.*

Título: *Consideraciones sobre el gesto de autoría en la Moderna Gramática Portuguesa (1961), de Evanildo Bechara*

Autores: *Thaís de Araujo da Costa; Vanise Gomes de Medeiros*

Resumen: *Basado en el aporte teórico del Análisis del Discurso – Pêcheux y Orlandi – en su relación con la Historia de las Ideas Lingüísticas – Auroux y Orlandi –, este artículo tiene por objetivo reflexionar sobre la producción del gesto de autoría na primera edición de la Moderna Gramática Portuguesa (1961), de Evanildo Bechara. Para ello, el análisis es detenido en la comprensión de los efectos del decir del autor en razón del término “fonémica” y en la comprensión del proceso de distinción entre este y lo que, entonces, se tenía por fonética y fonología.*

Palabras-clave: *Análisis del Discurso. Historia de las Ideas Lingüísticas. Gramática. Evanildo Bechara. Autoría.*

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150304-2015>

A (DES)ORDEM DA IMAGEM NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS A PARTIR DA NOÇÃO DISCURSIVA DE RELAÇÕES INTERCENOGRAFICAS

Roberto Leiser Baronas*

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Letras

São Carlos, SP, Brasil

Resumo: Neste ensaio, postula-se que a imagem enquanto “um operador da memória social no seio de nossa cultura”, como qualquer outro discurso, é engendrada tanto por uma ordem quanto por uma desordem discursiva e que essas (des)ordens discursivas ocorrem em cenas genéricas bastante marcadas institucionalmente. Assumindo, então, o postulado de que diferentes (des)ordens discursivas engendram não só o verbal, mas também a imagem, a questão específica neste artigo é como podemos apreender discursivamente essa (des)ordem da imagem na comunicação política digital. Que ferramentas conceituais poderíamos mobilizar para entender a (des)ordem da imagem na comunicação política? O texto ancora-se teórico-metodologicamente nas proposições de Dominique Maingueneau (2006 e 2013b), à luz da tríade conceitual cena englobante, cena genérica e cenografia, fazendo esta última noção ranger, enquanto relação discursiva intercenográfica, e mobiliza um pequeno conjunto de imagens, mais especificamente fotografias, que circularam na mídia digital e nas redes sociais brasileiras entre os anos de 2011 e 2015, enquanto comunicação política, sobre o ator político Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Discurso. Imagem. Cena da enunciação. Relações intercenográficas.

1 POUCAS PALAVRAS INICIAIS

Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, texto-programa de uma aula magna¹, proferida por ocasião de sua nomeação ao Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, propõe que em toda sociedade a produção dos mais variados tipos de discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1999, p.10).

* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela FCL/UNESP – Câmpus de Araraquara; professor associado no Departamento de Letras da UFSCar e pesquisador do CNPq, nível 02. E-mail: baronas@uol.com.br.

¹ Nessa aula magna, seguindo os princípios de rarefação dos discursos e tendo tais princípios como uma espécie de horizonte para futuros programas de pesquisa, Foucault propõe analisar os discursos a partir de dois conjuntos. “De uma parte o conjunto ‘crítico’, que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação [dos discursos]; mostrando como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. De outra parte, o conjunto ‘genealógico’ que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, crescimento, de variação.” (1999, p. 22).

Nesse texto-aula, Foucault assevera existência de diversos sistemas de exclusão que atingem radicalmente os discursos. Alguns desses procedimentos são de natureza externa: a palavra proibida; a segregação da loucura e a vontade de verdade. Estes sistemas de exclusão externa opõem em um jogo incessante o poder e o desejo. Os outros procedimentos são de natureza mais interna, visto que são os próprios discursos que exercem seu próprio (auto)controle, funcionando a “título de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e o do acaso” (1999, p.11). Dentre os procedimentos internos de exclusão dos discursos estão o comentário; a disciplina e o autor.

O filósofo francês crê, ainda, na existência de “um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Nesse caso, não se trata de dominar os poderes que tais discursos têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento” (p.12), impondo aos indivíduos, que pronunciam os discursos, a inscrição em determinadas regras, de maneira a não permitir que todos possam livremente acessar esses discursos. Trata-se no entendimento de Foucault da rarefação dos sujeitos que falam, uma vez que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (p. 32). O princípio de rarefação dos sujeitos autorizados a falar tem a ver, segundo Foucault, com o fato de que “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...], enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (p. 33).

A hipótese de trabalho perscrutada por Michel Foucault sobre a existência de uma ordem, que rareia os discursos, impossibilitando o seu acontecimento aleatório, embora epistemologicamente pertinente, sobretudo do ponto de vista da produção desses discursos, apresenta, em nosso entendimento, pelo menos duas lacunas: primeira, Foucault não se preocupa com a circulação dos discursos e, na esteira dessa lacuna, nem com que tipos de discurso podem circular, e, segunda, Foucault só se debruça sobre os sujeitos jurídicos. Os menos marcados institucionalmente são deixados de fora de sua problemática. Entendemos que essas eventuais lacunas têm a ver com as condições históricas de possibilidade do texto de Michel Foucault: os anos 1970 do século passado; a cena genérica aula inaugural; a inexistência à época de dispositivos sociotécnicos de comunicação como a web.

Uma possível resposta para tais lacunas pode ser buscada em um trabalho do próprio Michel Foucault, talvez o menos solene de seus ditos e escritos. Trata-se do livro² *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*, publicado em 1981. Este livro, um dossiê, produzido a várias mãos e organizado por Michel Foucault, busca compreender as relações entre a psiquiatria e a justiça penal. Essa obra coletiva toma como objeto de reflexão o caso Rivière, publicado na França nos *Annales d'hygiène publique et de médecine légale* de

² Essa obra é resultado de um trabalho coletivo desenvolvido em um seminário no Collège de France no início dos anos oitenta do século passado. Seus autores são Blandine Barret-Kriegel, Gilbert Burlet-Torvic, Robert Castel, Jeanne Favret, Alexandre Fontana, Georgette Legeé, Patricie Moulin, Jean-Pierre Peter, Philippe Riot e Maryvonne Saison.

1836. Diferentemente dos dossiês publicados nos *Annales* da época, o caso Rivière apresenta certo número de elementos extraordinários, pois em um mesmo documento estão diferentes conjuntos de textos: três relatórios médicos; um conjunto de peças judiciais e um memorial de autoria do próprio Pierre Rivière. Sobre o dossiê nos diz Foucault (1981, p. 12):

Todos falam ou parecem falar da mesma coisa: pelo menos é ao acontecimento de 03 de junho que se referem todos os discursos. Mas todos eles, e em sua heterogeneidade, não formam nem uma obra e nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos. E ainda dizer uma batalha não é dizer o bastante; vários combates desenrolaram-se ao mesmo tempo e entrecruzando-se: os médicos tinham a sua batalha [...]; os magistrados tinham a sua batalha a respeito das perícias médicas [e o próprio Rivière tinha a sua batalha contra os médicos e os magistrados] “com seu relato preparado de antemão e para dar lugar a seu crime; suas explicações orais para fazer crer na sua loucura; seu texto escrito para fazer dissipar essa mentira, dar explicações e chamar a morte...”

Com a análise desses diferentes tipos de documentos em confronto, Foucault evidencia que é possível descrever e interpretar de algum modo o plano dessas lutas diversas, restituindo esses confrontos e essas batalhas, reencontrando o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e de defesa em relações de poder e saber. Em suma, Foucault nos ensina que é possível observar e descrever um conjunto de regularidades discursivas mesmo na heterogeneidade dos discursos. No entanto, apesar de Foucault nos mostrar que é possível decifrar as relações de poder, de dominação e de luta dentro das quais os discursos se estabelecem e funcionam, entendemos que este autor, por conta mesmo das condições de aparição de seu texto sobre Pierre Rivière, não toca profundamente na questão da *(des)ordem* dos discursos.

Seria possível, então, tomar essa lacuna nos escritos foucaultianos e transformá-la em uma questão pertinente para os estudos discursivos na atualidade? Ainda mais se levarmos em consideração o fato de que vivemos atualmente em uma sociedade em que a *tecnologização* dos discursos³ se faz presente de maneira tão imperiosa e consequentemente tão *(des)ordenadora* dos discursos que põe a circular.

Entendemos que essa questão foi parcialmente tratada no Colóquio “Análise dos discursos fora das normas: aproximações, conceitos e métodos⁴”, que se realizou na Universidade de *Sherbrooke*, na Província do Québec, no Canadá, em junho de 2015. Como o próprio título do colóquio indicava, o objetivo do evento foi o de refletir sobre os discursos fora das normas. Ou seja, dar conta epistemologicamente e metodologicamente de discursos que, pelo seu funcionamento menos estabilizado na nossa sociedade, se apresentam menos suscetíveis, por exemplo, à ordem linguística, genérica e/ou institucional. São discursos que, para além e aquém das instituições e dos

³ Expressão tomada de empréstimo a Fairclough (1992), que designa um conjunto de técnicas de processamento dos signos, cujo objetivo precípuo é aumentar a eficácia dos discursos. Essas técnicas potencializadas com o advento da web analisam a comunicação interna e externa das empresas, incluindo também dados sobre os indivíduos comuns.

⁴ Colloque International Analyse des Discours Hors-Normes: approches, concepts et méthodes <<http://www.hors-normes2015.evenement.usherbrooke.ca/appel.html>>.

gêneros nos quais se inscrevem, arriscam a burlar o léxico, a entortar a sintaxe, a brincar com os sentidos, a enfim “profanar” as normas linguísticas, genéricas e/ou institucionais. O evento de *Sherbrooke*, no entanto, embora tenha avançado em relação à problemática dos discursos fora das normas, deixou de lado a possibilidade de pensar, por exemplo, em que medida diferentes textos, marcadamente os imagéticos e, sobretudo, os que circulam em diferentes dispositivos midiáticos, portanto marcados institucionalmente, também podem ser enquadrados como fora das normas.

Neste ensaio, relativamente na demão da temática desse Colóquio de *Sherbrooke* e um pouco na contramão de Michel Foucault, temos como questão mais ampla postular que a imagem, para além e aquém de se constituir enquanto “um operador da memória social no seio de nossa cultura⁵”, é engendrada tanto por uma ordem quanto por uma desordem discursiva, e que essas *(des)ordens* discursivas se dão em gêneros bastante marcados institucionalmente, como é o caso da literatura de Guimarães Rosa e de Manoel de Barros; das músicas do grupo Mamonas Assassinas; das animações computadorizadas de Shrek; do semanário humorístico francês *Charlie Hebdo* ou dos vídeos divulgados na web com decapitações de prisioneiros feitas pelo Estado Islâmico, ou até mesmo da comunicação política brasileira. Assumindo então o postulado de que diferentes *(des)ordens* discursivas engendram não só o verbal, mas também a imagem, nossa questão específica neste texto é: como podemos apreender discursivamente essa *(des)ordem* da imagem na comunicação política? Que ferramentas conceituais teríamos de mobilizar para dar conta da *(des)ordem* da imagem da cena genérica comunicação política? Ancoramo-nos teórico-metodologicamente nas proposições de Dominique Maingueneau (2006 e 2013b) à luz da tríade conceitual *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*, fazendo esta última noção ranger, enquanto relação intercenográfica, e mobilizamos um pequeno conjunto de imagens, mais especificamente fotografias, que circularam na mídia digital brasileira e nas redes sociais, enquanto comunicação política, entre os anos de 2011 a 2015, sobre o ator político Dilma Rousseff.

2 UM POUCO SOBRE OS FATOS DISCURSIVOS

Nosso pequeno *corpus* foi extraído de diferentes plataformas discursivas: duas imagens retiradas de jornal de grande circulação nacional; uma de um site de notícias e de entretenimento e outra das redes sociais, e faz referência ao ator político Dilma Rousseff. Todas as imagens elencadas colocam cenograficamente (por ilusão de ótica ou de fotomontagem derrisória) o ator político Dilma Rousseff numa condição extremamente desfavorável: as primeiras colocam a presidente sendo atravessada por uma espada e na mira de um canhão de um tanque de guerra; a terceira em situação de angústia e desespero, e a quarta constrói cenograficamente a imagem de que a presidente está sendo penetrada sexualmente por uma mangueira de uma bomba de

⁵ Segundo Jean Davallon (1999, p. 23), “se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a vir a ocupar a fim de poder dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade, um acordo – de olhares: tudo se passa como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto de vista”.

gasolina. Cada imagem procura, a seu modo, refratar os diferentes momentos de tensão política: pressão do PMDB por mais cargos no governo; denúncias de corrupção na Petrobrás; possibilidade de impeachment; protestos contra o aumento dos combustíveis, pelos quais o governo Dilma vem passando desde a posse de seu primeiro mandato em 2011.

A primeira imagem que frequentamos analiticamente foi publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 21 de agosto de 2011. A cerimônia onde estava a presidente no momento do registro foi a entrega de espadins a 441 cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, interior do Rio de Janeiro. Essa fotografia foi publicada na página A 7, caderno de política do Estadão, e acompanha uma reportagem, cujo título é “Desconfiado de Dilma, PMDB faz planos para 2014”.

Figura 1 – O Estado de S.Paulo, Caderno de Política, 21/08/2011



Fonte: Wilson de Sousa Júnior, Agência Estado.

A fotografia é de autoria do fotógrafo Wilton de Sousa Júnior, da Agência Estado, e ganhou, entre outros, o Prêmio Esso, na categoria fotografia, e o Prêmio Internacional de Jornalismo *Rei da Espanha* como melhor fotografia.

A segunda imagem que mobilizamos foi publicada no Jornal *Correio Braziliense* em 8 de setembro de 2014, e é de autoria de Daniel Ferreira. A fotografia registra a presença da presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente Michel Temer, de ministros de estado e de assessores, durante desfile militar realizado em 7 de setembro último em Brasília. Junto à fotografia, que faz parte da capa do *Correio Braziliense*, está a chamada “Políticos denunciados fogem do 7 de setembro”.

Figura 2 – Correio Braziliense, Manchete de Capa, 08/09/2014



Fonte: Daniel Ferreira, Correio Braziliense.

A terceira imagem, divulgada inicialmente pela Agência de Notícias Reuters, foi publicada como página inicial no site da MSN – Brasil em 16 de março de 2015, e faz referência a uma reportagem sobre as manifestações pelo impeachment da presidente realizadas em todo o Brasil no dia 15 de março de 2015.

Figura 3 – MSN – Brasil, Página Inicial, 16/03/2015



Fonte: Agência de Notícias Reuters.

A quarta imagem se constitui num adesivo misógeno, que circula pelas redes sociais, com base em montagens feitas ora com o rosto da presidente Dilma Rousseff, ora com o seu busto. Nesta fotomontagem, construída a partir da junção da fotografia da então candidata Dilma Rousseff a presidente nas eleições de 2014, com a fotografia das pernas abertas de uma mulher, a atual presidente aparece numa posição em que está prestes a ser penetrada sexualmente. Esses adesivos com essa imagem, antes de circularem pelas redes sociais, foram inicialmente colados na entrada do tanque de gasolina dos carros, de maneira que, quando abastecidos, passam a ideia de que a mangueira de uma bomba de gasolina está penetrando sexualmente a figura da presidente.

Figura 4 – Fotomontagem



Fonte: Fotomontagem em circulação nas redes sociais.

3 UM POUCO DE TEORIA E ANÁLISE

A problemática da Cena da Enunciação, postulada por Dominique Maingueneau (2006 e 2013b), se inscreve na problemática mais ampla da heterogeneidade discursiva. Essa problemática, embora estivesse presente nas preocupações de Michel Pêcheux desde os seus primeiros escritos, ainda no final dos anos sessenta do século passado, inicialmente, a partir da noção-conceito de formação discursiva e, depois, a partir das noções de pré-construído e de interdiscurso, é com os trabalhos de Jean-Jacques Courtine, acerca do enunciado dividido, e de Jacqueline Authier-Revuz, sobre as heterogeneidades enunciativas, que a questão ganha uma discussão teórica mais densa.

É preciso considerar, todavia, que além de Pêcheux, Courtine e Authier-Revuz, outros autores, inscritos em paradigmas mais estritamente linguísticos, também se debruçaram sobre a questão da heterogeneidade. Benveniste, por exemplo, quando buscou tratar dos sentidos semântico e semiótico da linguagem, estava na verdade insistindo sobre o fato de que o enunciado extrai o seu sentido de diferentes fontes. No sentido semiótico, “o sentido que reenvia a ele mesmo é, de certa maneira, compreendido nele mesmo”. Benveniste junta, a esse sentido semiótico, outro, o semântico, que “resulta do encaixamento e do ajustamento às circunstâncias e a colocação em relação dos signos uns com os outros” (1995, p.21). Os signos têm por consequência um sentido estável, mas também um sentido dinâmico; essa ideia encontra um prolongamento na distinção que estabelece Ducrot entre a significação (que produz as frases abstratas da língua) e o sentido (que produz os enunciados concretos).

Nos estudos enunciativos dos anos 50 e 60, o contexto de uma frase designa geralmente o contexto das frases vizinhas, que, se ligando a outras frases, formam um

“discurso” (isto é, um texto). Por volta dos anos 70, os estudiosos da linguagem começam a levar em conta certos aspectos “extralinguísticos” do contexto. Assim, com “o aparelho formal da enunciação” [...], Benveniste se interessa pelas coordenadas espaço temporais e pessoais do contexto de enunciação. Em seguida, todavia, do mirante de uma semântica argumentativa, Ducrot centra o enunciado num contexto; o sentido é para Ducrot o produto de uma ligação entre um componente linguístico e o contexto de enunciação (DUCROT, 1984).

Ainda no âmbito dos estudos enunciativos, para Récanati, enquanto produto da enunciação o enunciado representa o traço de uma atividade languageira que reenvia ao próprio enunciado. Para este autor, o enunciado coloca um representante X com um representante Y, de maneira que “o representante X faz uma reflexão sobre ele mesmo e ao mesmo tempo, ele se representa” (RÉCANATI, 1979, p. 21). Esse caráter “auto-referencial” do enunciado representa igualmente a pragmática do discurso como a base da opacidade do enunciado.

Authier-Revuz, numa articulação entre o dialogismo bakhtiniano, a psicanálise lacaniana e a AD de base pècheutiana, ampliando as discussões sobre as questões das heterogeneidades enunciativas, diferentemente de Récanati, se interessa pelo caso das não-coincidências do dizer, isto é, por tudo o que marca o não-um da comunicação: incompreensão, falta, mal-entendido, ambiguidade... Esses fenômenos são estudados, por exemplo, com a ajuda dos comentários metaenunciativos ou de conectores parafrásticos. Para Authier-Revuz, na linha de Culioli, que entende a comunicação enquanto um caso particular de mal-entendido, a ambiguidade e o mal-entendido não são acidentes da língua, que se caracterizariam pela transparência e ausência de parte da comunicação, mas como elementos constitutivos da própria língua.

Mesmo Michel Foucault, em *A Arqueologia do Saber*, ao asseverar que as formações discursivas se constituem a partir de enunciados, que existem segundo diferentes modalidades enunciativas, está na verdade tentando dar conta da questão da heterogeneidade discursiva. O rápido sobrevoo que propomos sobre diferentes autores nos mostra que, quer seja no âmbito dos estudos linguísticos e discursivos ou dos estudos foucaultianos acerca do discurso, cada um a seu modo, a questão da heterogeneidade sempre esteve centrada de uma maneira ou de outra na divisão entre texto e contexto.

Maingueneau, a partir da noção de cena de enunciação, mais especificamente com base no conceito de cenografia, busca colocar um ponto final na separação entre o texto e o contexto. Para Maingueneau, os textos organizam, gerenciam seus contextos. Estes últimos são pressupostos e validados pela enunciação. Não há, de um lado, um texto que seria o produto de outro lado, o contexto. A abordagem proposta por Maingueneau, acerca da cenografia, é sustentada pela hipótese radical segundo a qual os signos não podem ser saturados e não podem ser completados a partir de uma colocação direta em relação ao contexto, mas sim pelo fato de que esses signos reenviam ao contexto de maneira bastante particular.

Para dar conta analiticamente de nosso pequeno arquivo de textos anteriormente apresentado, asseveramos que é preciso refletir em termos de cena da enunciação, evitando, assim, algumas noções, tais como a de “situação de enunciação”, que é de

ordem estritamente linguística ou a de “situação de comunicação”, que pode ser utilizada numa abordagem puramente sociológica, em que a atividade discursiva é descrita, de algum modo, do exterior. Além disso, segundo Maingueneau, o termo “cena” tem a vantagem de poder referir, ao mesmo tempo, a um *quadro* (“a cena representa...”) e a um processo (“ao longo da cena”, “uma cena de esgrima, de desfile militar”...). Enfim, ela permite realçar a importância do trabalho a que se dedicam permanentemente os participantes de um gênero de discurso: o de *colocarem-se* [ou serem colocados] *em cena*.

No entendimento de Maingueneau (2013, p. 80) “a concepção clássica de gênero é estruturada pela hierarquia de constituintes da cena de enunciação (Cena Englobante > Cena Genérica > Cenografia); a cena genérica serve de pivô e o hipergênero⁶ interpreta um papel marginal. No caso da web, ao contrário, as coerções da cena genérica são fracas. Os sites, qualquer que seja seu conteúdo, estão submetidos a um conjunto de coerções técnicas, e esta homogeneização é reforçada pela necessidade de poder circular por hiperligações de um site a outro. Em razão dessa “ligação” de diferentes gêneros, é doravante a cenografia que interpreta um papel-chave: a principal fonte é a encenação da comunicação, que mobiliza massivamente as fontes propriamente verbais, multimodais (imagem fixa, em movimento, som) e as operações hipertextuais.

Todo discurso, por sua própria constituição, reivindica a adesão ao seu universo instituindo a cenografia que o legitima. Evidentemente, tal cenografia é imposta desde o início, mas é por meio da enunciação que essa cenografia imposta pode ser legitimada. A cenografia é desse modo, ao mesmo tempo, o que engendra o discurso, e o que é engendrado por ele; ela legitima um enunciado verbal ou imagético que, por sua vez, deve legitimá-la. Essa cenografia que possibilita o discurso é precisamente *a cenografia* necessária para enunciar como convém neste ou naquele gênero de discurso.

As cenografias geralmente se apoiam em cenas de fala já validadas na cultura: situações de comunicação caracterizadas pelos gêneros, mas também por eventos únicos de fala, por exemplo, o *slogan* de campanha de Barack Obama: “Yes, we can” nas eleições presidenciais de 2008. Esse slogan de Obama se apoiou no slogan da United Farm Workers já validado na sociedade norte-americana: “Si, se puede”. Nesse caso, “validado” não quer dizer “valorizado”, mas já instalado na memória coletiva, no universo de saber e de valores do público (MAINGUENEAU, 2006).

As três primeiras fotografias mobilizadas para a análise se inscrevem numa mesma cena englobante: discurso jornalístico, e numa mesma cena genérica: comunicação política. No entanto, essas imagens, embora façam referência ao mesmo ator político, Dilma Rousseff, importam para si diferentes cenografias, inscritas inicialmente em outras cenas genéricas. Já a quarta fotografia analisada pertence à cena englobante dos adesivos misóginos colados em carros e à cena genérica da fotomontagem derrisória.

⁶ Segundo Dominique Maingueneau (2013b, p. 80) a web transformou profundamente as condições de comunicação, engendrando mudanças no gênero e na própria noção de textualidade. Não se trata apenas de um novo espaço de apresentação e de circulação dos gêneros. Se antes, em cenas genéricas tradicionais, como por exemplo o jornal impresso, o hipergênero, isto é, o amálgama de diferentes gêneros em um único dispositivo ocupava um lugar central, com a irrupção da web, o hipergênero cede espaço para as mais distintas relações intercenográficas.

A primeira importa a cenografia de uma disputa de esgrima em que um dos combatentes, no caso Dilma Rousseff, ao ser atacada pelas costas, é atravessada pela espada do seu oponente. Nessa cenografia, apesar de ser atacada pelas costas, a fotografia parece sugerir certa resignação do ator político Dilma, visto que esta última está com o corpo levemente arqueado e com o rosto sugerindo uma expressão de dor. A cenografia em questão retoma interdiscursivamente um discurso latente na nossa sociedade de que o PMDB, segundo maior partido da base aliada de sustentação do governo Dilma, sistematicamente ao votar em desacordo com as orientações do governo tem tentado sorrateiramente golpear pelas costas a atual presidente. Trata-se de uma retomada interdiscursiva que no mesmo processo valida a própria cenografia.

A segunda importa uma cenografia bélica em que um tanque de guerra aponta o seu canhão para um dos inimigos, no caso o ator Dilma Rousseff. A fotografia sugere, por um lado, que o ator político Dilma Rousseff parece aceitar passivamente o seu fim, pois não há nenhum esboço de reação e, por outro, parece sugerir que embora estejam presentes muitas autoridades na comemoração do dia da independência, a presidente Dilma é o único alvo a ser abatido. Esta cenografia traz interdiscursivamente à tona as denúncias de corrupção na Petrobrás, investigadas pela Polícia Federal, a partir de 17 de março de 2014. Essa ação foi designada pela Polícia Federal como “Operação Lava a Jato”. São essas denúncias retomadas interdiscursivamente que validam a cenografia bélica presente na fotografia em questão.

A terceira, por sua vez, coloca o ator Dilma Rousseff com as mãos cobrindo o rosto, importando uma cena em que um sujeito está totalmente desesperado e em profunda angústia. A fotografia sugere que o ator político Dilma Rousseff definitivamente sucumbiu ante os ataques dos adversários. Esse estado desesperador sugerido pela fotografia do ator Dilma lembra lateralmente o quadro do pintor expressionista Edward Much, pintado em 1893, O Grito. Esta cenografia, diferentemente das anteriores, não retoma interdiscursivamente um discurso já sedimentado na nossa sociedade, ela na verdade constrói uma espécie de cenário futuro para que esse discurso se efetive.

A quarta e última imagem importa a cenografia de uma personagem feminina que aparece numa posição na qual está prestes a ser penetrada sexualmente. Esse tipo de cenografia geralmente circula em revistas pornográficas destinadas ao público masculino. Diferentemente das outras três imagens, esta última, por se constituir em um adesivo misógino, que inicialmente circulou nos automóveis e depois nas redes sociais, colado especificamente no tanque de gasolina, constrói um tipo particular de cenografia. Trata-se de uma espécie de cenografia interativa em que toda vez que o carro é abastecido, a presidente é supostamente penetrada pela mangueira da bomba de gasolina. Trata-se de uma espécie de catarse às avessas da população brasileira em relação à gestão da presidente Dilma. Todavia, esse tipo de crítica ultrapassa os limites da razão e se aloja na bestialidade de um estupro. Esta cenografia retoma interdiscursivamente o ódio manifestado por parte da população brasileira em relação ao ex-presidente Lula e à atual presidente Dilma. É essa retomada interdiscursiva do discurso do ódio que legitima a cenografia em questão.

As diferentes cenografias, conforme já enunciado, colocam o ator político Dilma Rousseff numa situação extremamente disfórica. Cada uma delas refrata um dos momentos de tensão política pelo qual o governo Dilma vem passando desde a sua posse em janeiro de 2011: pressão do PMDB por mais cargos no primeiro e no segundo escalão do governo; denúncias de corrupção na Petrobrás; manifestações pelo impeachment da presidente e protestos contra o aumento dos combustíveis. Com efeito, essas fotografias intercenograficamente produzem, por um lado, uma espécie de passagem gradual de um estágio brando para outro intenso da tensão política existente no país e, por outro, colocam o ator político Dilma Rousseff pouco a pouco resignadamente sucumbindo aos ataques dos adversários, chegando um momento de total angústia e desespero.

No caso em análise, as cenografias instauradas nas quatro fotografias, ao mostrar o ator político Dilma sendo atacado e sucumbindo a esse ataque, se, por um lado, subvertem o que seria a cenografia endógena do gênero comunicação política, por outro, buscam legitimar o discurso de que o país vem gradativamente mergulhando numa profunda crise política desde a posse do primeiro mandato de Dilma em janeiro de 2011. Ademais, sobretudo a última fotografia mostra simbolicamente que uma parcela significativa da população brasileira, pouco afeita ao debate democrático, se vale de qualquer expediente, mesmo de um estupro, para atingir seus objetivos.

4 UM BREVE EFEITO DE FIM

As quatro fotografias a partir da importação de diferentes cenografias inicialmente inscritas em outras cenas genéricas, constituindo distintas relações intercenográficas, evidenciando que a imagem é engendrada por uma *(des)ordem* discursiva, parecem legitimar, por um lado, o sentido de que gradativamente o governo Dilma Rousseff caminha em direção à “beira da falésia⁷” e, por outro, que ódio de parte da população da brasileira em relação ao ex-presidente Lula e a Dilma se aloja simbolicamente numa tentativa de estupro da atual presidente, ou seja, constroem uma narrativa na qual o governo caminha para o campo da inquietude e, sobretudo, da incerteza, e que é preciso, por conta desse estado de incerteza, retirar a qualquer custo o governo que foi eleito democraticamente pela maioria da população brasileira em outubro passado para exercer o seu mandato. Essa narrativa constrói um percurso deontológico de interpretação para os leitores que ratifica o estado de inquietude, de incerteza e de ódio, contribuindo bastante para que os brasileiros, num processo de completo esvaziamento do político na política, deixem de confrontar propostas de governo e passem a torcer ou a odiar, como torcedores de futebol mesmo, para político X ou Y⁸.

Os quatro dados brevemente analisados nos mostram que, para dar conta da comunicação política que circula na web, é preciso assumir o postulado de que a

⁷ Expressão tomada de empréstimo do título do livro do historiador francês Roger Chartier “À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude”, publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS em 2002.

⁸ Agradeço ao colega Wander Emediato, da UFMG, por essa importante contribuição ao meu trabalho.

imagem é engendrada por diferentes *(des)ordens* discursivas e também avançar os postulados de Maingueneau (2006), acerca das noções de cena englobante, genérica e cenografia, do contrário corremos o risco de perder a possibilidade de compreender o mecanismo que engendra as relações intercenográficas que dão vida e legitimidade aos gêneros. Ao pensarmos nas relações intercenográficas não estamos propondo um novo nome para as constitutivas relações interdiscursivas, que todo discurso mantém com outro(s) discurso(s); estamos, na verdade, buscando compreender o processo discursivo pelo qual uma cena genérica, para se constituir e, sobretudo, se legitimar, a partir de determinados princípios (linguísticos, históricos, culturais, conjunturais, institucionais, ideológicos...), importa para si cenografias, que inicialmente estavam aninhadas em outros textos e que faz delas o fundamento de sua organicidade e sua legitimação.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- ANGERMULLER, J. *Analyse du discours poststructuraliste: les voix du sujet dans le langage chez Lacan, Althusser, Foucault, Derrida, Sollers*. Paris: Éditions Lambert-Lucas, 2013.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. de Maria Hermínia Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. Trad. Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2002.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Trad. e intr. de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, SP: Loyola, 1999.
- _____. (Org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Trad. Denize Lezande Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013a.
- _____. Genres de discours et web: existe-t-il des genres web? In: BARATS, C. *Manuel d'analyse du web*. Paris: Armand Colin, 2013b.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015.
- RÉCANATI, F. *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*. Paris: Le Seuil, 1979.

Recebido em: 17/07/15. Aprovado em: 02/11/15

Title: *The (dis)order of the Image in Brazilian Political Communication: Analytical Possibilities from Discursive Theoretical-Notion of Relations of Inter-Scenography*

Author: Roberto Leiser Baronas

Abstract: *In this text, that the image while "an operator of social memory within our culture" like any other discourse, is engendered by a discursive order as well as by a discursive disorder and that these discursive (dis)orders occur in generic scenes quite*

marked institutionally. By assuming that the postulate from different discursive (dis)orders construct not only verbal, but also the image, our specific question in this paper is how, in a discursive way, can we apprehend this (dis)order image in the digital political communication? What conceptual tools could we mobilize to understand the (dis)order of the image in political communication? Those questions we are supporting theoretically and methodologically on Dominique Maingueneau's propositions (2006 and 2013b), more specifically in the conceptual triad encompassing scene, generic scene and scenography, making the last notion creak while discursive relations of inter-scenography and, for this paper, it was collected a small set of images, specifically photographs, that circulated in Brazilian's digital media and social networks between the years 2011-2015, as a political communication about the political actor Dilma Rousseff.

Keywords: Discourse. Image. Enunciative scene. Relations of inter-scenography.

Título: El (des)orden de la imagen en la comunicación política brasileña: posibilidades analíticas desde la noción discursiva de relaciones intercenográficas

Autor: Roberto Leiser Baronas

Resumen: En este artículo se postula que la imagen, mientras un “operador de la memoria social dentro de nuestra cultura”, como cualquier otro discurso, es engendrada por un orden y por un desorden discursivo, y que esas (des)ordenes discursivas ocurren en escenas genéricas bastante marcadas institucionalmente. Por presumir el postulado de que diferentes (des)ordenes discursivos engendran no solo lo que es verbal, pero la imagen, la cuestión específica en este artículo es cómo podemos aprender discursivamente ese (des)orden de la imagen en la comunicación política digital. ¿Cuáles herramientas conceptuales podríamos movilizar para entender el (des)orden de la imagen en la comunicación política? El texto se basa teórico-metodológicamente en las proposiciones de Dominique Maingueneau (2006 y 2013b), bajo la luz de la tríade conceptual escena englobante, escena genérica y escenografía, haciendo esta última noción rechinar, mientras la relación discursiva inter-escenográfica, y moviliza un pequeño conjunto de imágenes, más especialmente fotografías, que circularan en el medio digital y en las redes sociales brasileñas entre los años de 2011 y 2015, mientras comunicación política, sobre el actor político Dilma Rousseff.

Palabras-clave: Discurso. Imagen. Escena da enunciação. Relaciones inter-escenográficas.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150305-2215>

O QUE DIZEM DO BRASIL AS PIADAS?

Ana Cristina Carmelino*

Universidade Federal de São Paulo

Departamento de Letras

São Paulo, SP, Brasil

Sírio Possenti**

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

Campinas, SP, Brasil

Resumo: Considerando-se que os textos humorísticos são formas de veiculação de discursos menos oficiais e operam frequentemente com estereótipos, o presente artigo propõe tratar de piadas do/sobre o Brasil, a fim de verificar não só como o país é estereotipado nesse tipo de produção, mas também em que medida a história pode ou não explicar tais enunciados, já que eles retomam esquemas culturais mais ou menos sólidos. A discussão ancora-se no conceito de estereótipo formulado pelas ciências sociais e adotado por analistas do discurso de linha francesa (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001; POSSENTI, 2010b). O corpus de análise é composto por piadas publicadas em ambientes virtuais. O estudo explicita alguns aspectos socioculturais recorrentes do Brasil que o estereotipam em geral de forma negativa, bem como confirma que as representações humorísticas nas suas formas e procedimentos forjam-se nos fluxos do tecido histórico e social da vida.

Palavras-chave: Análise do discurso. Estereótipo. Piada. Brasil.

1 PIADAS NACIONAIS E ESTEREÓTIPO

As piadas frequentemente operam com estereótipos. Os estereótipos quase nunca são agradáveis ou positivos, tampouco bondosos. Vejamos o exemplo que segue e algumas considerações sobre ele.

(1) Máquina de apanhar ladrões

Nos Estados Unidos fabricaram uma máquina de pegar ladrões. Testada em Nova Iorque, em 5 minutos pegou 1500 ladrões. Levaram-na para a China e em 3 minutos apanhou 2500 ladrões. Na África do Sul, em 2 minutos pegou 6 mil ladrões. Trouxeram-na para o Brasil e, num minuto, roubaram a porcaria da máquina.

* Professora Adjunta IV. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/CAR. E-mail: anaciscarmelino@gmail.com.

** Professor Titular na área de Análise de Discurso. E-mail: siriop@terra.com.br.

Fonte: AS MELHORES piadas. *Piadas engraçadas.net*. Disponível em: <<http://piadasengracadas.net/as-melhores-piadas/brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Podemos dizer que o enunciado em questão, uma piada que menciona algumas nacionalidades, trata o Brasil como um país no qual se rouba muito. O relato de que uma máquina de pegar ladrões, construída nos Estados Unidos e testada em alguns países, foi roubada assim que chegou ao Brasil veicula um discurso segundo o qual essa nação tem ladrões (e, certamente, outros problemas sociais).

A origem de uma piada é quase sempre misteriosa, visto que se trata de um texto anônimo. Convém observar, no entanto, que a insinuação torpe sobre o Brasil, na piada, é feita pelo próprio morador desse país. A construção “trazer para”, em “trouxeram-na [máquina de pegar ladrões] para o Brasil”, no enunciado final – e não “levar para”, como em “levaram-na [máquina de pegar ladrão] para a China” – garante essa interpretação. Se “trazer para” significa transportar ou conduzir para o lugar onde se está, o narrador seria um brasileiro falando do Brasil.

O tom da enunciação é de objetividade, garantida pelos números apresentados que expressariam dados quantitativos e uma relação entre *quantidade de tempo x quantidade de ladrões pegos* pela máquina: em 5 minutos, a máquina pega 1500 ladrões em Nova Iorque; em 3 minutos, pega 2500 na China; em 2 minutos, pega 6 mil na África do Sul. Uma narrativa “normal” seguiria mencionando números relativos a outros países. Sendo uma piada, rompe com essa direção, produzindo um efeito de surpresa, que se configura não pelo fato de que no Brasil a máquina pega menos ou mais ladrões, mas porque neste país se rouba a máquina em um tempo mínimo.

O fato de que não se menciona o número de ladrões presos, mas que se rouba a máquina, tem o efeito de significar que aqui o roubo é mais grave, porque assim se impedem as prisões. O que implica que há ladrões e que não há punição para eles. Uma interpretação dessa piada, mesmo sem tratar de todos os detalhes, poderia ser: rouba-se em todos os lugares do mundo; no Brasil, rouba-se e se faz de tudo (até se comete outro crime) para evitar a punição.

Como se observa, os estereótipos agenciados pelas piadas são bem negativos. Considerando, entretanto, juntamente com Zink (2011, p. 57), que analisar piadas nacionais tem a vantagem de permitir que fiquemos na “fotografia de família”, propomos, neste trabalho, tratar de piadas do/sobre o Brasil com o objetivo de verificar não apenas como o país é estereotipado nesses textos humorísticos, mas também em que medida a história pode ou não explicar os sentidos de tais enunciados, uma vez que eles retomam esquemas culturais mais ou menos sólidos.

O referencial teórico que fundamenta as discussões advém do conceito de estereótipo formulado pelas ciências sociais e adotado por alguns analistas do discurso de linha francesa, casos de Amossy e Herschberg-Pierrot (2001) e de Possenti (2010b), autores que buscam determinar os elementos da estereotipia através de componentes discursivos.

Concebido como social, imaginário e construído, o estereótipo, que se ampara ou não em dados reais, pode incitar análises, hipóteses sobre possíveis explicações para os discursos sobre o Brasil que retomam e eventualmente veiculam elementos pré-fabricados e conceitos enraizados em piadas. Trata-se de um tema que, embora pareça

comum, ainda não foi discutido e, segundo entendemos, merece um estudo mais detalhado do ponto de discursivo.

Há pelo menos duas hipóteses defendidas aqui: (a) que as piadas do/sobre o Brasil evidenciam aspectos socioculturais recorrentes do país; (b) que as piadas do/sobre o Brasil revelam um país de contrastes, porque, embora ressaltem preponderantemente estereótipos negativos, alguns dos exemplos também apresentam aspectos que poderiam ser avaliados positivamente.

Um assunto que aqui não será desenvolvido, mas apenas assinalado, é se as piadas são um gênero discursivo. Se consideradas as características classicamente exigidas por Bakhtin (2011) – um tema, isto é, um campo, uma estrutura relativamente estável e um estilo –, logo fica claro que nenhuma classificação de piadas é óbvia. Ter-se-ia que decidir sobre cada uma delas: se o humor é um campo, se a piada tem uma estrutura relativamente estável e se tem um estilo ou estilos característico(s).

Talvez seja mais adequado, provisoriamente, considerá-la, nos termos de Maingueneau (2006), um hipergênero (como a carta e a propaganda, talvez a canção): uma piada pode ser identificada, é claro, mas, provavelmente, muito mais por seu funcionamento (como uma propaganda) do que por um conjunto de características que se repetem. De fato, a análise de uma coleção de piadas, das muitas existentes, encontrará muitos “tipos” (talvez muitas cenografias¹). Talvez a única característica de todas as piadas seja o final surpreendente; mas um final surpreendente pode ocorrer num conto, numa tragédia, numa charada e, portanto, não basta para caracterizar as piadas.

Outra questão relevante, de que aqui não se tratará, é a questão das piadas “regionais” (de gaúcho, de baiano, de mineiro, de nordestino). Bastam talvez duas observações:

- a) algumas das piadas regionais referem-se a estados brasileiros (mas não a todos: pode-se dizer que não há, pelo menos em algum sentido relevante, piadas sobre paranaense ou catarinense ou piauiense etc.) e outras, a regiões (especialmente, ao nordeste). Que haja piadas de gaúcho, de mineiro, de baiano, mas não de catarinense etc., explica-se provavelmente pela relevância política histórica maior ou menos dos estados. O mesmo vale para o nordeste. O que não significa que as piadas digam respeito diretamente a esta história, pelo menos em sua versão pública ou oficial. Mas que o gaúcho seja estereotipado como “macho” (e em uma das séries de piadas, como “viado” – um simulacro (POSSENTI, 2010b); que o baiano seja considerado “preguiçoso” – outro simulacro, como o demonstrou Souza (2013), derivado de “lento” – e o mineiro

¹ Para Maingueneau (2002), e depois em outros textos, a cenografia de um gênero é a forma material na qual ele se apresenta (por exemplo, uma narrativa, um diálogo etc.). Quando esta forma corresponde mais ou menos à estrutura composicional típica de um gênero, seu efeito pode ser menos relevante. Mas quando ela é mais “inventiva” (romances em forma de cartas ou de diários, por exemplo, ou propagandas em forma de experimento científico), sua análise merece mais atenção. Quando se trata de hipergêneros, a cenografia passa a ser ainda mais crucial, porque, a rigor, a estrutura do gênero não exerce uma função relevante.

como “sagaz, esperto”, embora aparentemente simplório, são discursos que não deixam de ter motivação histórica: as lutas e o modo de vida do gaúcho; a relação de senhores e escravos na Bahia, ares de uma convivência pacífica, eventualmente matreira, em Minas, replicada na política, não são traços aleatórios²;

- b) a segunda observação é que nenhuma destas piadas regionais incide sobre corrupção ou desordem, por exemplo: estes são traços representados como nacionais, e não reaparecem nas piadas regionais.

Um fato que, de certa forma, capta o outro lado das piadas regionais ou nacionais é que elas podem se repetir em outros países ou regiões, desde que respeitadas certas restrições. Por exemplo, a piada sobre a criação do mundo, citada e analisada adiante sob o número (6), é corrente no México (país com muitas características naturais semelhantes às do Brasil e, supostamente, também outras, as criticáveis; é claro que uma piada assim não poderia surgir na Arábia). Outros exemplos, de passagem: nossas “piadas de português” são “piadas de alentejanos” em Portugal; nossas “piadas de argentino” são “piadas de portenho” na Argentina etc.

Feitas tais considerações, achamos relevante, antes de mostrar como o Brasil é caracterizado nas piadas, tratar da noção de estereótipo e de sua relação com o humor.

2 DA COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE ESTEREÓTIPO E DE SUA RELAÇÃO COM O HUMOR

O termo estereótipo – etimologicamente formado pelas palavras *estereo* (que significa sólido ou rígido) e *-tipo* (que remete à impressão, imagem, forma) – significa, numa primeira acepção, “uma impressão sólida”. O ato de estereotipar, nesse caso, consiste(ia) em fixar caracteres móveis de uma página em pranchas sólidas para a impressão. Esse é o sentido que perdurou durante o século XIX, conforme os registros de Amossy e Herschberg-Pierrot (2001).

No entanto, a partir de 1920, a palavra ganha outro valor. Passa a ser concebida no espaço semântico da representação e da crença coletivas. Evocando esquemas culturais preexistentes, por meio dos quais as pessoas compreendem a realidade, o estereótipo converte-se no centro de interesse das ciências sociais, área na qual a noção se situa, primeiramente, em termos epistemológicos.

Lippmann (2008 [1922]) foi o primeiro a tratar o conceito de estereótipo como imagens de nossa mente que mediatizam nossa relação com o real. Segundo o jornalista, o real é filtrado por imagens cristalizadas, representações culturais preexistentes. Tais imagens, que são indispensáveis para a vida em sociedade, permitem compreender de certa forma o real, categorizá-lo ou atuar sobre ele.

² O suposto diálogo entre um deputado gaúcho (– No Rio Grande somos todos machos!) e um mineiro (– Pois em Minas, metade é homem, metade, mulher, e nos damos muito bem!) toda em todas estas questões: a macheza do gaúcho (mas suspeita: somos TODOS machos...) e a esperteza do mineiro.

Nesse sentido, o estereótipo passou a ser considerado, num sentido mais estável, como social, construído e imaginário. Nas palavras de Amossy e Herschberg-Pierrot (2001), trata-se de uma imagem coletiva, simplificada e cristalizada de algo (pessoa, grupo, assunto), que resulta – a partir de um processo que recorta ou categoriza o real – de expectativas, hábitos de julgamento ou generalizações recorrentes na sociedade.

Essa maneira de conceber o estereótipo, acrescida das reflexões sobre sua função social e veiculação nos discursos, cria em torno do termo uma ambivalência constitutiva, que o leva a ser interpretado, na contemporaneidade, em duas vertentes: uma positiva, que o vincula à ideia de coesão e identidade social; e outra negativa, que o relaciona ao erro e ao preconceito (cf. AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001).

Por um lado, categorizar e esquematizar são procedimentos indispensáveis à cognição. Lippmann (2008) ressalta que, para compreender o mundo, é preciso relacionar aquilo que vemos a modelos preexistentes, realizar previsões e regular nossas condutas. Para esse autor,

há uma imagem mais ou menos ordenada e consistente, a qual nossos hábitos, nossos gostos, nossas capacidades, nossos confortos, nossas esperanças se ajustaram. Elas podem não ser uma imagem completa do mundo, mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos. Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seus lugares bem conhecidos, e fazem certas coisas previsíveis. Sentimo-nos em casa ali. Enquadramo-nos nele. Somos membros. Conhecemos o caminho em volta. Ali encontramos o charme do que é familiar, o normal, o seguro (LIPPMAN, 2008, p. 96).

Nesse sentido, os estereótipos podem cumprir funções importantes na vida social, como a de promover a identificação de um indivíduo com um grupo, e por isso, dar conta de sua própria identidade (cf. AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001).

Por outro lado, a categorização simplificada ou generalizada pode provocar uma visão esquemática e deturpada do real, gerando falsas evidências. Como os estereótipos comumente referem ao todo selecionando alguns detalhes, tendem a oferecer uma imagem incompleta (eventualmente, errada), que implica ou provém de uma qualificação ou julgamento. Nesse caso, o estereótipo é relacionado às noções de preconceito e erro, sendo tratado de um ponto de vista negativo. Essa é a visão do fenômeno que parece prevalecer ou sobressair. Como bem lembra Goodwin (2011, p. 535), há “um estereótipo a respeito dos estereótipos: o de que tenham um caráter pejorativo, sendo, portanto, prejudiciais”.

Quer se considere a estereotipia de forma positiva ou negativa, uma coisa é certa: ela é inevitável. Desse modo, desde que não levemos os estereótipos a sério demais, visto que não podemos nos esquecer de que expressam um imaginário de um grupo (e que podem ou não ter amparo no real), eles podem ajudar a refletir sobre a sociedade.

Se é certo dizer que não há como fugir dos estereótipos, é certo dizer também que eles ganham maior contorno no discurso humorístico, tendo em vista que, nesse caso, as marcas estereotípicas, em geral pejorativas, são exageradamente assinaladas, constituindo-se, muitas vezes, em causas do riso.

Tais dados ficam claros quando consideramos a piada (1), citada no início deste artigo, na qual um acontecimento pontual mostrado em exagero – uma máquina de

pegar ladrões ser roubada logo após ter chegado ao país – constrói do Brasil o estereótipo de ser um país com (muitos) ladrões impunes. Nesse exemplo, o estereótipo é a ferramenta essencial para a produção do sentido humorístico.

Nas palavras de Zink (2011, p. 48), quando o estereótipo não atua como o gerador de humor (malícia, ironia), ele “parasita os mecanismos do humor, replicando-os”. Na mesma esteira, Goodwin (2011, p. 535) ressalta que “os conceitos preestabelecidos são blocos com que os humoristas constroem seus castelos de piadas”.

Convém destacar que o riso despertado pelo estereótipo pode estar associado a um ingrediente que lhe é peculiar: o rebaixamento, a depreciação, a avaliação negativa – sejam de ordem física, sejam de ordem moral. As piadas apresentam muitos exemplos desse funcionamento: portugueses burros, judeus gananciosos, ingleses excêntricos, colombianos traficantes, brasileiros malandros. Vale ainda frisar que o mero rebaixamento não basta para produzir humor. Geralmente, para que isso ocorra, ele deve ser produzido indiretamente, de forma engenhosa (POSSENTI, 2010a), surpreendentemente.

Para além de ser causa do riso, mas ainda levando em conta as funções do humor, o estereótipo não consiste apenas em uma simplificação negativa nas piadas; ele permite (e por que não dizer, promove) o não dito, e, assim, exige uma interpretação que leve em conta questões históricas e culturais ou, em outros termos, certa memória. É interessante, por exemplo, verificar as modalidades e as possíveis explicações para o fato de que os discursos retomam e eventualmente retrabalham “pré-discursos”³ (PAVEAU, 2013), ou seja, que suposições, ideológicas ou culturais, subjazem e recuperam esquemas culturais mais ou menos sólidos.

3 PIADAS DO BRASIL: SOBRE O QUE JÁ FOI DITO

Fazer piadas de/com um país parece algo comum. No entanto, ao contrário do que convencionalmente se supõe, há proporcionalmente poucas piadas do/sobre o Brasil tomado como um todo (existem muitas regionais, mas não é esse tipo a que estamos nos referindo aqui). Esta talvez seja a razão de haver poucos estudos sobre o assunto. Há um registro apenas sobre o tema, o trabalho de Possenti (2010a). E, mesmo assim, o caso é específico: o de piadas que tangenciam, de certa forma, um acontecimento histórico, o descobrimento do país.

No ensaio intitulado “Rindo do descobrimento do Brasil”, Possenti (2010a) constatou que não há (quase) piadas sobre a chegada de Cabral ao Brasil, ou seja, sobre o descobrimento (achamento ou invasão) desse país. Tema sobre o qual o autor tinha se proposto discorrer, a convite, em razão da comemoração dos 500 anos do Brasil. A justificativa dos poucos exemplos é que “o descobrimento não é assunto para piadas”, não é um tópico do qual as pessoas se ocupam (ocuparam), como ocorre com muitos outros aspectos da vida cotidiana (sexo, política, por exemplo).

³ A autora propõe unificar sob esse termo um conjunto de conceitos, todos prévios ao discurso, isto é, à enunciação de um discurso, entre eles conhecimento prévio, pré-construído, o que é coletivo, comum etc.

Na verdade, embora o descobrimento seja um tema controverso (esta seria uma razão para fazer piadas), ele não é popular, corrente. Nesse sentido, as controvérsias que o tópico pode gerar não penetraram os discursos populares. Só assim poderia ser simplificado, resumido, estereotipado, tendo em vista que as piadas nascem em solo pisoteado, ou seja, “quando os discursos sobre temas controversos se tornam populares, praticamente anônimos, de tão frequentes” (POSSENTI, 2010a, p. 12).

Diante da relativa falta de dados, o autor analisa piadas sobre o Brasil, que, de algum modo, foram associadas ao descobrimento. Trata-se de textos que surgiram e circularam independentemente desse acontecimento ou de sua comemoração. Tais considerações revelam algo importante: a existência de piadas do/sobre o Brasil.

Os exemplos mencionados no trabalho mostram avaliações (negativas) que comumente são feitas do país, usando o descobrimento como uma espécie de pretexto. Em geral, os casos citados no ensaio veiculam o discurso de que o “Brasil é uma bosta”, uma “merda”, coisa ruim, isto é, um país cheio de defeitos, problemas. É o que pode ser visto no caso que segue:

(2) A verdadeira história do dilúvio

Depois de construir a arca e já no terceiro dia após o dilúvio, Noé percebeu que tinha esquecido de fazer um banheiro em sua arca. Como a cada dia que se passava o cheiro ficava cada vez mais insuportável, Noé fez uma prece e prometeu que, se Deus levasse toda aquela bosta embora, depois que acabasse o dilúvio, ele iria encontrá-la e limparia tudo. Deus atendeu o seu pedido e, quando o dilúvio acabou, Noé passava todos os dias procurando pela montanha de bosta.

Nunca a encontrou.

Cabral a descobriu em 1500!

Fonte: A VERDADEIRA história do dilúvio. *Humortadela*. Disponível em: <<http://beta788.humortadela.com.br/piadas-texto/29391>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Ao considerarmos, pela memória discursiva, que a montanha descoberta por Cabral em 1500 foi o Brasil, o final do texto da piada associa, indiretamente, Brasil à “bosta”. Se Noé “passava os dias procurando pela montanha de bosta” (gerada em sua arca) levada por Deus e “nunca a encontrou”, mas “Cabral a descobriu em 1500”, sugere-se, por um princípio anafórico, que a “montanha de bosta” seja o Brasil.

Para Possenti (2010a), o discurso veiculado – de que o Brasil é um país cheio de problemas (dado deduzido pela associação a “bosta”) – é bem instituído, já que dispensa exemplos, detalhamentos e até mesmo rememoração. Embora possam ser deduzidos, os problemas que fazem o Brasil ser considerado “ruim” (uma “bosta”) não são mencionados, nem sequer insinuados.

Embora não tratem exatamente de piadas do/sobre o Brasil, mas de brasileiros como um todo (ou seja, ainda na esteira da nacionalidade), os trabalhos de Carmelino (2014, 2015) também merecem registro. A autora defende a existência de piada de brasileiro (2015), algo que ultrapassa questões de ordem regional. Tal qual ocorre com o turco, o português, o argentino e tantas outras nacionalidades, o brasileiro (em geral posto ao lado de moradores de outros países) é representado de forma recorrente nesse

tipo de produção texto⁴. Segundo os estudos de Carmelino (2014), o protagonista da piada (no caso, o brasileiro, que sempre aparece no final desses textos) não apresenta apenas um rótulo (como acontece com o português mostrado burro e o argentino, arrogante), mas marcas socioculturais distintas e heterogêneas que o estereotipam, seja por meio da valoração (esperto, inteligente, eficiente sexualmente, corajoso), seja por meio do rebaixamento (corrupto, dissimulado, malicioso, contraventor, oportunista).

4 PIADAS DO BRASIL: SOBRE O QUE NÃO FOI DITO

A busca por piadas que envolvem o Brasil – assim como também constatou Possenti (2010a) com o caso do descobrimento – não leva a muitos exemplos. Podemos dizer que não estamos diante de um *corpus* exaustivo, mas, mesmo assim, ele é representativo. Pelo menos para o objetivo proposto, que é mostrar os discursos sobre o Brasil que circulam nesses textos.

Nas piadas encontradas, o Brasil é geralmente rebaixado, estereotipado com traços negativos que evidenciam alguns aspectos socioculturais recorrentes. A falta de segurança no país, depreendida do (alto índice de) ladrões, como mostra o exemplo (1), já é uma amostra desse discurso.

Nesse sentido, a recorrência temática permite estabelecer determinados estereótipos, e, por que não, desvelar valores arraigados. Além de um país em que se rouba muito, outros traços que as piadas destacam do Brasil são a desordem e a política corrupta. Os exemplos que seguem, de (3) a (5), ilustram tais considerações:

(3) Inferno brasileiro

O infeliz pecador morreu e foi parar na porta do Inferno. Lá um capetinha auxiliar lhe fez a seguinte pergunta: Você quer ir pro inferno brasileiro ou para o inferno americano? E o infeliz, pergunta: Qual é a diferença?

– Bom. Existe um muro que separa os dois infernos. No inferno brasileiro, você terá que comer uma lata de 20 kg de merda no café da manhã, no almoço e no jantar. Depois o diabo te espeta até fogo infernal, e lá você irá dormir. No americano, é igual, só que ao invés de uma lata, você terá que comer somente um pires.

O infeliz não pensou duas vezes, e foi para o inferno americano. Chegando lá, reparou que estavam todos cabisbaixos e tristes. Enquanto isso, no outro lado do muro, ouvia-se um som de pagode, muitas gargalhadas, enfim, uma festa muito animada. Não se contendo, o infeliz sobe no muro e chama alguém.

– Ei, como vocês conseguem festejar? Aqui o pessoal come um pires de merda e vive triste, enquanto vocês comem uma lata de 20 Kg e vivem dando risada!

⁴ Citemos, a título de ilustração, um exemplo da chamada “piada de brasileiro” mencionada por Carmelino (2015): Um prefeito do interior queria construir uma ponte e chamou três empreiteiros: um alemão, um americano e um brasileiro. – Faço por três milhões de dólares, disse o alemão: um pela mão de obra, um pelo material e um é o meu lucro. – Faço por seis milhões, propôs o americano: dois pela mão de obra, dois pelo material e dois para mim. – Faço por nove milhões, disse o brasileiro. – Nove? É demais, falou o prefeito! Por que nove? – É simples. Três para mim, três para o senhor e três para o alemão fazer a obra!

Fonte: EMPREITEIROS. *Clickgrátis piadas*. Disponível em:

<<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/empreiteiros.html#ixzz2RqIH3cu>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

– Bom, é que aqui é Brasil, né? Um dia falta lata! No outro falta merda! No outro, o diabo não vem! No outro é feriado! No outro, falta lenha pro fogo e assim vai. E é só festa!

Fonte: O INFERNO brasileiro. *Clickgrátis piadas*. Disponível em:

<<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/o-inferno-brasileiro.html#ixzz2Rql4XshP>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Em (3), o Brasil é mostrado como um país não sério, onde tudo é festa e desordem, sentido sustentado pelos enunciados “[no inferno brasileiro] ouvia-se um som de pagode, muitas gargalhadas, enfim, uma festa muito animada” e “Bom, é que aqui é Brasil, né? Um dia falta lata! No outro falta merda! No outro, o diabo não vem! No outro é feriado! No outro, falta lenha pro fogo e assim vai. E é só festa!”. São, portanto, estereótipos de um Brasil festeiro e desordeiro que são postos em destaque.

A piada endossa uma das ficções que estrutura a comunidade imaginária brasileira, uma cena validada⁵ que se resume na famosa expressão “no Brasil tudo acaba em pizza”⁶, tal qual proposta pelo radialista esportivo Milton Peruzzi na década de 1960, quando queria informar a seus ouvintes que, depois de algum conflito nos bastidores do clube, tudo acabaria se resolvendo de maneira pacífica (representada por uma comida ingerida em conjunto numa cantina).

Essa ficção, é importante lembrar, integra elementos da realidade histórica, uma vez que desvela o país tanto em sua cultura, privilegiando seus costumes e comportamentos, quanto por sua estrutura, por meio dos processos políticos, sociais e econômicos.

Nesse sentido, a narrativa evoca os dois discursos correntes no imaginário coletivo sobre o Brasil. Se, por um lado, mostra um país que tende a levar tudo na piada e na festa, por outro, revela um Brasil com problemas de organização (um dia o diabo não vem, no outro é feriado) e de infraestrutura (falta lata, merda, lenha pro fogo).

A análise desses estereótipos nos leva a observar a dualidade de percepções e valores que marcam o Brasil: a ideia de país festeiro e a de país desordeiro. O humor, conforme trabalha essa polaridade, não procura desfazê-la, ao contrário, busca mostrá-la em toda a sua ambiguidade, tornando-a risível. Desse modo, ao fazer a insinuação maliciosa de que o país é desordeiro, o estereótipo também revela dele uma imagem sedutora, aliada ao prazer incondicional, depreendida em “aqui é só festa”, que leva à consciência talvez positiva e “engraçada” de uma sociedade imperfeita, da qual fazemos parte.

⁵ O conceito de cena validada, formulado no interior da análise do discurso por Maingueneau (2002, p. 91-92), refere-se a uma cena instalada da memória coletiva, uma espécie de reflexão em comum, “seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam”.

⁶ Apesar de a expressão “tudo acabar em pizza” ter passado a se referir, na década de 1990, a crimes sem punição, por causa da profusão de CPIs que não deram em nada no Congresso Nacional, ela foi inventada bem antes. Segundo Souza, o termo surgiu na década de 1960, quando, após uma reunião dos dirigentes da Palestra Itália (atual Palmeiras, clube de futebol de São Paulo fundado por imigrantes italianos) em que houve muita confusão e gritaria, os participantes acabaram indo ao bairro do Brás, em São Paulo, e celebraram as pazes comendo uma deliciosa pizza. Dado o desfecho, o jornalista Milton Peruzzi, da Gazeta Esportiva, publicou uma notícia com o seguinte título: “Crise do Palmeiras termina em pizza” (SOUSA, R. Acabar em pizza. *Brasil escola*. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/curiosidades/acabar-pizza.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015).

Se não podemos afirmar categoricamente que os estereótipos apoiam-se no real, podemos, ao menos, buscar alguma associação com elementos historicamente constituídos. O Brasil tende a ser um país em que o cumprimento das leis apresenta problemas estruturais. Muitas vezes, uma determinada lei acaba perdendo força por ser artificial, forçada, ou por falta de fiscalização.

Desse modo, a cena validada na piada (3) remete ao “país do jeitinho”, um elemento de identidade brasileira, uma maneira de lidar com certas situações arraigadas na história (cf. CARMELINO, 2014). Estamos nos referindo à ideia do jeitinho tal como abordada na obra *Interpretação da realidade brasileira* (1973), por João Camilo de Oliveira Tôrres, que defende que o jeito é uma maneira de ser peculiarmente brasileira, fruto de condições históricas particulares que permitiriam a criação desse tipo de estilo ou filosofia de vida. De forma prática, o jeitinho traduz-se na capacidade de adaptação a situações inesperadas, difíceis ou mesmo perversas, que certamente tem reflexo no tipo de criação que tivemos e nos desafios aqui encontrados no processo de colonização.

O que foi dito ao pecador representado na piada – se ele escolhesse ir para o inferno brasileiro teria que “comer uma lata de 20 kg de merda no café da manhã, no almoço e no jantar” e, se escolhesse o inferno americano, comeria “somente um pires” – coloca o Brasil numa situação de perversidade. Por se tratar de uma piada, essa situação se reverte ao final. Final possível graças ao país do jeitinho que, por problemas estruturais, burla a regra preestabelecida.

Embora o pecador tenha escolhido ir para o inferno americano, certamente na esperança de ter que comer menos merda, fica claro que quem escolheu o inferno brasileiro saiu-se melhor. Saiu-se melhor, no entanto, de uma situação em que tinha tudo para se dar mal. A desvantagem foi transformada em trunfo pela falta de seriedade.

A piada funciona também a partir de uma memória histórica (que, supostamente, o leitor conhece), segundo a qual, no tocante às relações entre a lei e o fato social, os Estados Unidos e o Brasil se comportam de forma bem distinta. Naquele país, a lei é uma cristalização do costume, por isso o instituído é cumprido (“aqui o pessoal come um pires de merda”). No Brasil, conforme destaca Campos (1966), o direito civil é um sistema apriorístico e formal das relações, o que o tornaria menos autêntico e, por isso, menos levado a sério. As constituições são normativas e regulamentares, criando um descompasso entre a norma e o comportamento. Nesse caso, o descumprimento da lei é, muitas vezes, uma condição de sobrevivência do indivíduo e da preservação do corpo social.

O inferno americano e o brasileiro como desenhados na piada representam metaforicamente modos de agir constituídos historicamente nas duas nações. Os brasileiros agem de forma diferente dos norte-americanos, não porque passam a todo o momento por cima das leis, mas porque têm imaginação (conhecendo a nossa situação) e, assim, malandramente, driblam as normas por meio do jeitinho.

Vejam agora outros discursos recorrentes sobre o Brasil: o da política corrupta (5) e complexa (6).

(4) Brasil 500 anos

Coincidência ou não, mas desde o descobrimento, o Brasil é um país ligado ao PC.

1. Foi descoberto por PC (Pedro Cabral);
2. A primeira carta foi escrita por PC (Pero Caminha);
3. É conhecido como PC (País do Carnaval);
4. No Rio, a sede do governo era no PC (Palácio do Catete);
5. Atualmente, a sede do governo é no PC (Planalto Central);
6. Recentemente foi governado por um PC (Presidente Collor);
7. Que se apaixonou por um PC (Pernas da Cunhada);
8. E que estava envolvido com um outro PC (PC Farias);
9. Que foi denunciado por um outro PC (Pedro Collor);
10. E nós, PC (Pobres Coitados), continuamos levando PC (Pau no Cu), enquanto outros PC (Políticos Corruptos) acham que aqui é um PC (País do Caralho)!

Fonte: BRASIL 500 anos. *Clickgrátis piadas*. Disponível em:

<<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/brasil-500--nos.html#ixzz2Rqou54fe>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

(5) Capitalismo brasileiro

Você tem duas vacas. Uma delas é roubada. O governo cria a CCPV – Contribuição Compulsória pela Posse de Vaca. Um fiscal vem e lhe autua, porque embora você tenha recolhido corretamente a CCPV, o valor era pelo número de vacas presumidas e não pelo de vacas reais. A Receita Federal, por meio de dados também presumidos do seu consumo de leite, queijo, sapatos de couro, botões, presume que você tenha 200 vacas e para se livrar da encrenca, você dá a vaca restante para o fiscal deixar por isso mesmo.

Fonte: AS VACAS explicam os governos. *Reflexões e risadinhas*. Disponível em: <<http://reflexoesrisadinhas.spaceblog.com.br/1356897/As-vacas-explicam-os-governos/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

O exemplo (4) faz menção a políticos corruptos que fizeram parte da história do Brasil: “Presidente Collor”, “PC Farias”, “Pedro Collor”. Embora a referência seja a casos recentes (numa piada cujo título é “Brasil 500 anos”), atribui-se o estereótipo de corrupta a essa nação (com destaque para a área política) desde sempre. O texto (5), ao mostrar como a posse de algumas vacas pode explicar o capitalismo brasileiro (a partir do tratamento que o governo dá ao caso), ressalta outros estereótipos do país no que tange ao seu sistema político, notadamente o de burocrático, caótico e corrupto (indiciado pelo final da piada 5). Ambas focalizam, de certa forma, um diagnóstico político da realidade brasileira.

Como já dito, o estereótipo pode ser desagradável. Mais desagradável, talvez, seja saber que nossa fama nos precede e tem fundamento. A história registra inúmeros casos de corrupção nos quais o governo brasileiro esteve envolvido. A título de ilustração, citemos alguns exemplos.

Os governos do período pós-Ditadura Militar (depois de 1985), eleitos pelo voto direto, passaram por escândalos de toda ordem: Fernando Collor de Mello, aludido na piada, foi acusado de corrupção e tráfico de influência, o que levou à sua renúncia, em 2 de outubro de 1992; Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a presidência do Brasil de 1995 a 2002, foi envolvido no escândalo de compra de votos para aprovação na Câmara e no Senado de lei que permite a reeleição (dele, inclusive); Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de 2003 a 2010, foi suspeito de participar do esquema do mensalão,

em que integrantes do governo federal pagaram verbas regulares a integrantes da Câmara dos Deputados; o governo Dilma Rousseff, que administra o país desde 2011, foi acusado do suposto superfaturamento em compras de áreas por parte da Petrobras.

A corrupção, ligada a outro modo de conceber o jeitinho brasileiro, também pode ter razões históricas. Conforme Rosen (1971), as raízes da corrupção no Brasil podem ser encontradas no passado português, que condicionou as atitudes brasileiras ao funcionamento do governo. A administração portuguesa, segundo o autor, era autoritária, paternalista e particularista; a legislação era confusa, detalhista e numerosa, ou seja, impossível de se fazê-la cumprir. Tais considerações podem explicar também a complexidade e a lógica da política brasileira caçada no texto (5), que tem como base o formalismo e uma estrutura burocrática caótica.

Outra possível fonte geradora da mentalidade do jeito como corrupção, evidenciada na política do Brasil, pode ser o “caráter português”, que tem como uma das características a tolerância com a corrupção, famosa na Europa do século XVII (ROSEN, 1971). Essa tolerância tem como subproduto uma baixa expectativa de serviço público honesto. Dado que pode ser conformado na imagem de políticos brasileiros mencionados anteriormente.

Rosen (1971) ainda acrescenta que o sentimentalismo ou o “complexo de coitado” é mais um fator que favorece a tolerância à corrupção. Isso é claramente exposto no final da piada (5), no enunciado “E nós, PC (Pobres Coitados), continuamos levando PC (Pau no Cu), enquanto outros PC (Políticos Corruptos) acham que aqui é um PC (País do Caralho)”. No Brasil, a atitude de simpatia, compaixão se estende a todos aqueles em circunstâncias desfavoráveis. Nesse sentido, as fragilidades humanas são para serem toleradas e aceitas como inevitáveis, podendo ser usadas para favorecer o indivíduo vítima delas.

Convém salientar que, se, por um lado, as piadas do/sobre o Brasil veiculam um discurso negativo, que rebaixa o país, por outro lado, elas também deixam transparecer um discurso de tons ufanistas, segundo o qual o Brasil seria um país maravilhoso, especialmente pelo povo alegre e pela riqueza e exuberância de sua natureza. As piadas (3) e (4) ilustram esse comentário. Embora o exemplo (3) mostre um país da bagunça, também o revela alegre e festeiro: “Bom, é que aqui é Brasil, né? (...) E é só festa!”. Na piada (5), os enunciados “É conhecido como PC (País do Carnaval)” e “aqui é um PC (País do Caralho)”, guardadas as suas especificidades, também enaltecem o Brasil.

Vejamos mais um exemplo para o caso:

(6) Criação dos países

Certo dia, Deus estava pensativo no Céu, diria até um pouco entediado, quando o Anjo Gabriel reparando o semblante de Deus, se aproxima e pergunta o que O aflige...

– Não sei, estou querendo fazer algo, mas não sei o que ainda... – responde Deus

– Huumm! – responde Gabriel, que pensa por uns instantes e completa – Por que o senhor não faz o que mais gosta, crie um mundo novo complexo e bem feito como tudo que o Senhor faz!

Deus Levanta uma das sobrancelhas pensa por uns milésimos de segundos e sorri – Boa ideia, meu Anjo! Fique ao meu lado e veja a criação desse novo mundo...

– Vamos definir a forma do mundo... Quadrado? Não. Triangular? Não... creio que redondo... isso redondo levemente achatado nos polos!

O Anjo Gabriel ficava a observar o Mestre trabalhar e via o mundo sendo formado e mudado em cada palavra que Deus ia falando.

– Gelo nos dois polos – continuava Deus entretido em sua criação – Água, muita água, com muita vida: animais aquáticos de todos os tipos e tamanhos. Terra... Creio que farei algumas porções de terra para criar novos seres... isso... 5 grandes porções de terras que serão chamados de continentes... Essas terras ao norte do planeta terão desertos, rios, riquezas minerais intercalando terras ricas e terras pobres. Esses ao sul do planeta terão um clima tropical agradável, e esse aqui (apontando para o que um dia seria chamado de Brasil) terá um clima perfeito, tropical, grandes florestas, terras férteis...

Nesse momento, o anjo Gabriel começa a ficar um pouco incomodado em seu local de observação e Deus continua em sua empolgação...

– Ao norte terá épocas de furacões aqui... terremotos ali... tsunamis acolá... e nesse país ao sul, mares calmos, um enorme litoral ensolarado, belos rios, petróleo em terra e mar...

Nesse momento, o anjo Gabriel não se conteve e soltou: – Mas Senhor!

E Deus percebendo que algo incomodava o seu auxiliar pergunta – Que foi? algo lhe incomoda ?

– Desculpe Deus, sei que o Senhor escreve certo por linhas tortas, é onipresente, onisciente e onipotente... e tudo mais...mas...

– Pode falar meu querido, o que o aflige?

– Creio que o Senhor está a fazer uma certa injustiça nesse mundo novo, reparei que em todos os locais o senhor balanceou riquezas e pobreza, coisas agradáveis com algum tipo de tragédia...

– Sim, fiz isso – responde Deus.

– Mas reparei que nesse local ao sul do Planeta o senhor não fez isso, lá você colocou terras férteis onde plantando tudo nasce, água doce em abundância, enormes matas tropicais, rios caudalosos, subsolo rico em minerais, petróleo no mar e na terra, um litoral imenso e lindo, clima tropical o ano todo, alimentos em todos os cantos, e lá não terá guerras, terremotos, inundações, pragas, fome.. nada???

Deus olha nos olhos do arcanjo Gabriel, coloca sua mão em seu ombro em sinal de afeição e sorrindo fala:

– Calma, Gabriel... Você vai ver o povinho que vou colocar lá!!!”

Fonte: A PIADA do povo brasileiro. *I miei appunti*. Disponível em: <<http://mieiappunti.wordpress.com/2010/02/03/povo-brasileiro/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Na piada (6), também podemos ver um discurso que valoriza o Brasil ao lado de outro, que o rebaixa. Quando Deus diz, no ato de criação do mundo, que o Brasil terá um clima perfeito, tropical, grandes florestas, terras férteis, “onde plantando tudo nasce, água doce em abundância, enormes matas tropicais, rios caudalosos, subsolo rico em minerais, petróleo no mar e na terra, um litoral imenso e lindo, clima tropical o ano todo, alimentos em todos os cantos”, observa-se explicitamente o enaltecimento do país por sua natureza pródiga, um discurso que remete ao Brasil paradisíaco.

No entanto, ao ser questionado pelo arcanjo Gabriel sobre o fato de cometer certa injustiça, já que em todos os locais criados o Senhor havia balanceado “riqueza e pobreza, coisas agradáveis com algum tipo de tragédia... e lá” [no Brasil] não teria “guerras, terremotos, inundações, pragas, fome... nada”, Deus responde: “– Calma Gabriel... Você vai ver o povinho que vou colocar lá!!!”. Numa atitude de quem sabe exatamente o que está fazendo (“olha nos olhos do arcanjo Gabriel, coloca sua mão em

seu ombro em sinal de afeição e sorrindo”), Deus rebaixa o Brasil, mencionando o povo que o habitará. O diminutivo “povinho”, no caso, é uma forma linguística com valor depreciativo. O final inesperado, e situado em outro domínio (o povo, não mais a natureza), provoca efeitos de humor.

Como o discurso que rebaixa é não oficial, não público, reprimido, um dos modos de fazê-lo é enunciá-lo indiretamente. Dizer certas coisas proibidas, mesmo quando isso não é de bom tom. É o que ocorre em (6), quando, para depreciar os brasileiros, dizer que se trata de um povo ruim, Deus usa o diminutivo (“Você vai ver o povinho que vou colocar lá!!!”). Por outro lado, como o discurso oposto ao dominante (pelo menos no caso dos textos humorísticos, como as piadas) é público, fortemente valorizado, vê-se a exaltação ao Brasil enunciada explicitamente.

Isso também pode ser observado nas outras piadas. O sentido não está claramente enunciado, deve ser inferido pelo leitor a partir de uma memória acionada. Em nenhum momento é explicitado: o “Brasil é um país de/com ladrão” (1), o “Brasil é uma bosta/merda” (3), o “Brasil é uma bagunça” (3), o “Brasil é corrupto” (4) e o “Brasil tem uma política burocrática e caótica” (5).

Conforme se observa, ainda que não haja muitos exemplos de piadas sobre o Brasil, as que existem são significativas, tendo em vista que difundem discursos enraizados sobre esse país, quer para ridicularizá-lo, desacreditá-lo (pela desordem, política corrupta, falta de segurança), quer para exaltá-lo (pela alegria do povo e beleza/exuberância de sua natureza).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, retomamos a questão proposta no título deste artigo: o que dizem do Brasil as piadas? A resposta não é tão simples. Estamos diante de um país de contrastes. Se, de um lado, os textos de humor retomam discursos arraigados na história do país que o estereotipam de forma negativa, especialmente a partir de certos costumes e comportamentos condenáveis, bem como de suas fragilidades socioeconômicas e políticas, de outro lado, esses mesmos textos são capazes de valorizá-lo, destacando aspectos positivos, como um país alegre, exuberante e bom para se viver. Em meio a um discurso de denúncia, há um discurso ufanista.

O humor, nos textos em análise, além de ser produzido pelo exagero nas caracterizações estereotipadas do Brasil, também pode ser deflagrado pela imagem ambígua construída para essa nação: desordeira, corrupta, burocrática, sem segurança *versus* sedutora, paradisíaca, “do caralho”. Do discurso ambíguo, que ora rebaixa e ora enaltece, sobressai uma posição enunciativa que rebaixa. Bem, se não fosse assim, não estaríamos diante de piadas e estereótipos.

Desse modo, os estereótipos do Brasil em piadas sobre ele nos levam para além do riso. Ao dizerem que “país é esse”, tais textos possibilitam reflexões sobre a discrepância entre nossas instituições sociais, políticas e jurídicas e as nossas práticas sociais, entre o que é prescrito e o que realmente ocorre, entre nossa constituição e leis e os fatos e as práticas do governo e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R.; HERSCHBERG-PIERROT, A. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- A PIADA do povo brasileiro. *I miei appunti*. Disponível em: <<http://mieiapuntti.wordpress.com/2010/02/03/povo-brasileiro/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- AS MELHORES piadas. *Piadas engraçadas. net*. Disponível em: <<http://piadasengracadas.net/as-melhores-piadas/brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- AS VACAS explicam os governos. *Reflexões e risadinhas*. Disponível em: <<http://reflexoesrisadinhas.spaceblog.com.br/1356897/As-vacas-explicam-os-governos/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- A VERDADEIRA história do dilúvio. *Humortadela*. Disponível em: <<http://beta788.humortadela.com.br/piadas-texto/29391>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- BAKHTIN, M. M. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1992]. p. 261-306.
- BRASIL 500 anos. *Clickgrátis piadas*. Disponível em: <<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/brasil-500-anos.html#ixzz2Rqou54fe>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- CAMPOS, R. O. *A técnica e o riso*. Rio de Janeiro: Apec, 1966.
- CARMELINO, A. C. Estereótipos do brasileiro em piadas. *Intersecções*, Jundiaí, ano 7, edição 14, n. 3, p. 98-112, nov. 2014.
- CARMELINO, A. C. Piada de brasileiro: para a além da representação regional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 44, 2015 (no prelo).
- EMPREITEIROS. *Clickgrátis piadas*. Disponível em: <<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/empregados.html#ixzz2RqIH3cu>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- GOODWIN, R. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, I. (Org.). *Imprensa, caricatura e humor: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 535-555.
- LIPPMANN, W. *Opinião pública*. Trad. de J. A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008 [1922].
- MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. de M. V. Barbosa; M. E. A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. Trad. C. P. Souza e Silva e D. Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- O INFERNO brasileiro. *Clickgrátis piadas*. Disponível em: <<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/o-inferno-brasileiro.html#ixzz2Rq14XshP>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- PAVEAU, M-A. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas: Pontes, 2013.
- POSSENTI, S. Rindo do descobrimento. In: POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010a. p. 11-26.
- POSSENTI, Sírio. Estereótipos e identidades: o caso das piadas. In: POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010b. p. 39-50.
- ROSEN, K. S. The jeito – Brazil's Institutional Bypass of the Formal Legal System and its Development Implications, *American Journal Comparative Law*, 19, p. 514-549, 1971.
- SOUSA, R. Acabar em pizza. *Brasil escola*. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/curiosidades/acabar-pizza.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- SOUZA, A. L. *Estereótipos em piadas sobre baiano*. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- TÔRRES, J. C. O. *Interpretação da realidade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- ZINK, R. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, I. (Org.). *Imprensa, caricatura e humor: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 47-68.

Recebido em: 25/07/15. Aprovado em: 11/10/15.

Title: *What do they say about Brazil in jokes?*

Authors: *Ana Cristina Carmelino; Sírio Possenti*

Abstract: *Considering that humorous texts are forms of serving less official speeches and often operate with stereotypes, this article proposes to deal with jokes of/about Brazil in order to verify not only how the country is stereotyped in this type of production, but also to what extent the story may or may not explain such statements, as they take up more or less solid cultural schemes. The discussion is anchored in the stereotype concept formulated in the social sciences and adopted by French line of discourse analysts (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001; POSSENTI, 2010b). The analysis corpus consists of jokes published in virtual environments. The study highlights some recurrent sociocultural aspects of Brazil that the stereotype usually in negatively way, and confirms the humorous representations in their forms and procedures. It is forged in the historical and social fabric of life flows.*

Key words: *Discourse Analysis. Stereotype. Joke. Brazil.*

Título: *¿Qué dicen de Brasil las bromas?*

Autores: *Ana Cristina Carmelino; Sírio Possenti*

Resumen: *Teniendo en cuenta que los textos humorísticos son formas de servir a los discursos menos oficiales y operan frecuentemente con estereotipos, esta ponencia propone que lidiar con bromas de/a respecto de Brasil con el fin de verificar no sólo como el país es estereotipado en este tipo de producción, sino también en qué medida la historia puede o no puede explicar tales declaraciones, ya que ocupan los esquemas culturales más o menos sólidos. La discusión está anclada en el concepto de estereotipo formulado por las ciencias sociales y adoptado por la línea francesa de los analistas del discurso (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001; POSSENTI, 2010b). El corpus de análisis consta de bromas publicadas en sitios virtuales. El estudio detalla algunos aspectos socio-culturales recurrentes de Brasil, que el estereotipan generalmente de manera negativa, y confirma que las representaciones humorísticas en sus formas y procedimientos se forjaron en los flujos del tejido histórico y social de la vida.*

Palabras-clave: *Análisis del Discurso. Estereotipo. Broma. Brasil.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150306-2615>

AS FACES DE BAKHTIN: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE CAPAS DE LIVROS

Marcos Lúcio de Sousa Góis*

Universidade Federal da Grande Dourados

Faculdade de Comunicação, Artes e Letras

Dourados, MS, Brasil

Resumo: Este ensaio apresenta uma análise discursiva das capas suíça, brasileira e espanhola do livro de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota, intitulado em português *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. Fundamentando-se na perspectiva dialógica de discurso e dialogando com a psicanálise e a semiótica, objetiva compreender os efeitos de sentidos produzidos por esses enunciados. São dois os motivos para tal proposta: primeiro, o livro de Bronckart e Bota provocou certo desconforto acadêmico; segundo, este desconforto gerou inúmeros debates a respeito da natureza da obra em foco. Embora as capas tratem aparentemente do mesmo objeto, ambas oferecem ao leitor elementos diferentes para travarem um primeiro contato com essa história. Espera-se com esta análise, além de alimentar o diálogo a respeito da controvérsia na qual se viram envolvidos Bronckart e Bota e seus críticos, reforçar a tese de que o autor-criador Bakhtin transcende o indivíduo Bakhtin.

Palavras-chave: Análise Dialógica do Discurso. Enunciados. Sentidos. Capas.

“– Escribir carece de significado – acotó Virgilio –. Es la solapa lo que le otorga un sentido u otro. ¡La solapa es MÁS, MUCHÍSIMO MÁS importante que el libro!”.

(SAMOZA, 2000, p. 46).

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos uma análise discursiva da capa do livro *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*¹, de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota², em suas edições suíça, brasileira e espanhola. Não

* Professor Adjunto IV da FACALE-UFOD. Membro dos grupos de pesquisa GETFOR/UFOD e LAEL/PUC-SP. E-mail: mlsgois2008@uol.com.br.

¹ Em francês: *Bakhtine démasqué: Histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif*; em espanhol: *Bajtín desenmascarado: historia de un mentiroso, una estafa y un delirio colectivo*.

² A obra foi publicada primeiramente na Suíça (Genebra) em 2011, pela editora DROZ; no ano seguinte, no Brasil (São Paulo), com tradução de Marcos Marcionilo pela editora Parábola. Em 2013 saiu, em Madrid, Espanha, pela Antônio Machado Libros.

desejamos entrar propriamente no mérito da obra de Bronckart e Bota³. Gostaríamos tão somente de mostrar uma perspectiva de análise discursiva das capas (tratadas como enunciados), objetivando compreender seus sentidos e de que modo esses sentidos nos ajudam a entender como “Bakhtin” e “desmascarado” são apreendidos. Para tanto, mobilizamos a Análise Dialógica do Discurso (BRAIT, 2006a, 2006b, 2013), bem como alguns aspectos de Psicanálise (JUNG, 2000, 2008) e de Semiótica da Cultura (GUIMARÃES, 2000). São fundamentais também à argumentação os textos de Bakhtin (1981, 2003, 2010) e Bakhtin/Volochinov (2002).

São dois os motivos para tal trabalho: primeiro, o livro de Bronckart e Bota provocou certo desconforto acadêmico. Segundo, este desconforto levou à reação de inúmeros pesquisadores, como se pode observar, por exemplo, no texto de Zekine, bem como a contrarreação de Bronckart e Bota. Consoante os críticos do texto de Bronckart e Bota, questiona-se o que há (ou haveria) de novo no que escreveram; afinal, há tempos se sabe que Mikhail Bakhtin não é único autor de *seus* textos. O *novo*, para nós, não estaria, *n’o que* foi dito, mas no *como*. E é justamente nesse ponto que este texto se torna importante. Ao defender a capa enquanto um enunciado verbo-visual que contribui significativamente para o modo como a obra é recebida, também reforça a tese de que o autor-criador Bakhtin transcende o indivíduo Bakhtin.

A princípio, é importante reforçar dois pontos: o primeiro diz respeito à própria questão da autoria. A respeito *de quem são as palavras* quando se trata de Bakhtin, Volochinov e Medviédev⁴ – sobretudo estes por estarem no centro dos textos disputados – eis uma resposta, nas palavras de Beth Brait:

[...] o *pensamento bakhtiniano* [é] constituído não somente pelos escritos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975), mas também pela produção de intelectuais de diferentes áreas que com ele participaram, nas *Rússias* compreendidas entre os anos 1920-1970, de vários e produtivos *Círculos* de discussão e construção de uma postura singular em relação à linguagem e seus estudos (BRAIT, 2009b, p. 9, grifos da autora).

O segundo relaciona-se ao fato de Mikhail Bakhtin ser nome icônico de um conjunto teórico em filosofia da linguagem, em estudos culturais, em estudos literários,

³ Sobre a envergadura acadêmica e científica da obra, há textos críticos que podem ser consultados, dos quais destacamos o conjunto de artigos organizados por Beth Brait (2009a, 2009b), em que se apresentam (reforçam) discussões sobre a questão da “autoria” em textos do filósofo russo e do que se convencionou chamar de Círculo de Bakhtin. Há, ainda, o artigo de Pampa Arán (2014) e as recentes resenhas de Sandra Nossik (2014) e Serge Zenkine (2014), publicados em edição especial da revista *Bakhtiniana* (jan./jul., 2014). Nessa mesma edição, são importantes os textos de Iúri Pavlovitch Medviédev e Dária Aleksándrovna Medviédeva (2014), respectivamente filho e nora de Medviédev, e o de Frédéric François (2014). Pode-se ler também uma resposta de Bronckart e Bota (*Bakhtin desmascarado - Reação às críticas à obra*, de 2014), traduzido para o português por Marcos Bagno. Nesse artigo, os autores citam outras resenhas críticas ao próprio livro e buscam dialogar com algumas delas. Não há, todavia, nenhuma observação por parte de Bronckart e Bota em relação aos textos publicados nessa edição especial da *Bakhtiniana*.

⁴ Ocorre-nos a pergunta de Michel Foucault (2001): “Que importa quem fala?”, emprestada de Beckett. Importa, no fundo, saber se determinado conjunto de textos forma certo número de conceitos ou de contextos teóricos, que nos parece ser o caso dos textos bakhtinianos.

etc., fazendo dele não um escritor somente, mas um fundador de discursividade⁵. Na prática, Bakhtin deveria importar menos por sua história pessoal (de interesse de um biógrafo, por exemplo, ou, em sua época, de um agente do governo stalinista), e mais por seu trabalho transcender à simples individualidade. Ou, em outros termos, “Bakhtin” é uma transnominção.

Feitas essas considerações iniciais, o texto está deste modo organizado: inicialmente, falamos do objeto capa, apresentando algumas considerações históricas, destacando certo apelo comercial da obra de Bronckart e Bota, ao mesmo tempo em que discorremos a respeito do conjunto teórico desta investigação. Em seguida, trazemos a descrição e a análise das capas do livro de Bronckart e Bota, em suas edições suíça, brasileira e espanhola, publicadas respectivamente nos anos de 2012, 13 e 14. Para a análise, conforme dito no início desta Introdução, mobilizamos, além da Análise do Discurso, alguns aspectos da Psicanálise e da Semiótica. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

2 CAPAS ENQUANTO ENUNCIADOS: O VERBO-VISUAL

Toda “capa” é o resultado de um processo (do gerenciamento de signos, ideológicos que são), cujas marcas das divergências e convergências de sua produção não podem ser verificadas em sua totalidade. O que encontramos ao ler capas, portanto, são pistas, meras lembranças das batalhas pela significação.

Analisar capas como textos (ou enunciados concretos⁶) não é nenhuma novidade, sendo objeto de interesse de áreas como Letras e História⁷. Aliás, a capa há tempos deixou de ser mero invólucro para conteúdo dos livros, passando a peça importante em sua produção, comercialização, recepção e, particularmente, na produção de sentidos. Bruchard (2014) sustenta, por exemplo, que as capas de algumas obras na Idade Média, por conta do valor monetário de sua confecção, muitas vezes feitas de metal e incrustadas de pedras e com o objetivo de “manter o livro em pé”, são consideradas obras de arte, sobremaneira os livros religiosos. Segundo Bruchard, é a partir do século XV que tem início a era brilhante da encadernação de livros, deixando aos poucos “mosteiros” e passando aos ateliês especializados, “que trabalham por encomenda de

⁵ Bakhtin é um fundador de discursividade (FOUCAULT, 2001, p. 283) não por ser o autor de suas obras, de seus livros, e sim por produzir “alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos”; estabelecer “a possibilidade infinita de discursos”. Em síntese, tal qual Marx, Freud, Saussure, dentre outros, Bakhtin tornou possível certo número de diferenças em relação a seus textos, a seus conceitos, a suas hipóteses no interior próprio da filosofia da linguagem, dos estudos culturais, etc..

⁶ Em nossa análise, amparando-nos em Bakhtin (2003), consideraremos que o enunciado, como unidade real de comunicação, pressupõe uma autoria, sendo determinado pelo querer-dizer, pelo tema e pelo gênero para que seja possível a *posição responsiva* do “outro” (em resposta à *posição do locutor*), marcando *alternância dos sujeitos falantes*. Estamos sustentando-nos na premissa de que o sujeito-enunciador do livro não é o mesmo sujeito-enunciador das capas.

⁷ Em pesquisa realizada junto ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD - <<http://bdttd.ibict.br/>>), ao digitarmos “capas” no campo “títulos”, encontramos 29 referências, distribuídas entre teses e dissertações, que analisam capas diversas: de livros (didáticos ou não), revistas, discos, jornais, etc. A pesquisa foi realizada em 20 de janeiro de 2015 e não teve pretensão maior do que ser ilustrativa.

abastados mecenas, bibliófilos e colecionadores”. Em outros termos, começa o início do livro como objeto (do/de desejo) comercial.

Por conta, nos dias atuais, da influência do discurso publicitário na vendagem de livros e em nossas vivências cotidianas, a obra de Bronckart e Bota apresenta, desde a leitura da capa, característico apelo comercial, sobretudo na edição brasileira. Como nos faz recordar Oliveiro Toscani, a publicidade em nossas sociedades envolve-nos cada vez mais com sua força, a força de um “cadáver perfumado” (TOSCANI, 1996, p. 40).

Quando dizemos haver tal apelo comercial, consideramos que boa parte dos livros hoje é construída tendo muito do discurso publicitário⁸ (ninguém publica um livro sem o desejo de ser lido; para ser lido, não basta apenas escrevê-lo, é preciso colocá-lo em circulação nos espaços adequados), do qual fazem parte a propaganda e o marketing. Assumimos, tal qual McCracken (2003), que na publicidade há uma forte relação entre um bem de consumo (um livro, por exemplo) e certa representação de mundo materializado num texto publicitário em particular. Para o autor, o sucesso de uma campanha publicitária leva em consideração a capacidade de articular certo desejo por parte do consumidor em potencial (questionando-se: qual valor simbólico esse sujeito atribui ao bem?) e demais características existentes no mundo culturalmente definido. Ou seja, a publicidade deve suprir os indivíduos com o necessário para a autorrealização destes. Dito de outro modo, se considerarmos que existe um valor atribuído a Bakhtin numa determinada cultura (acadêmica: linguistas, literatos, sociólogos, filósofos, etc.), para que um produto sobre ele seja desejável, precisa trazer elementos que mexam com a estabilidade⁹. Logo, o discurso publicitário é aquele que, nas sociedades modernas, não apenas vende produtos, serviços ou ideias isoladas, mas desejos, sonhos, ilusões, não raramente a partir de polêmicas.

Diferentemente, porém, de estudar o verbal e o não verbal separadamente, como é mais comum, aqui analisamos as capas na articulação entre a dimensão linguística (escrita) e não linguística (imagem, cores). Nossa sustentação baseia-se na conjectura de que, no cenário atual dos impressos (livros, revistas, jornais), as capas recebem um tratamento especial. O resultado de sua produção – com condições de trabalho diversificadas (de cores, de tipos, de diagramações, etc.) disponíveis aos profissionais envolvidos – contribuem de maneira determinante para a arquitetura de sentidos.

Neste trabalho, portanto, nos interessa a *dimensão verbo-visual* das capas enquanto enunciados, isto é,

⁸ Ocorre o mesmo fenômeno na produção/divulgação/comercialização de qualquer espetáculo: futebolístico, teatral, cinematográfico, dentre outros. Há sempre uma equipe disposta a tornar o conteúdo, digamos, mais desejável ao público.

⁹ Está pressupondo nesta formulação que, por ser Bakhtin um teórico-crítico (e não um autor de romances do tipo *best-seller*, p.ex.), seus livros tenham leitores específicos, sendo predominantemente acadêmicos. Dentre estes, há os curiosos, os leitores eventuais, e os especialistas, que fazem de Bakhtin, Bakhtin; ou seja, aqueles que não só leem o autor, mas fazem com ele avançar suas teorias. Defendemos que, dentre os leitores de Bakhtin (e do chamado Círculo), os compradores de seus livros, fazem-no mais por indicação, necessidade científica, do que pela causa de uma campanha publicitária. Isso não impede, todavia, de que editoras, considerando suas políticas comerciais específicas, se dediquem mais ou menos às questões estéticas dos produtos que comercializa.

[a] dimensão em que tanto a linguagem verbal como a visual desempenham papel constitutivo na produção de sentidos, de efeitos de sentido, não podendo ser separadas, sob pena de amputarmos uma parte do plano de expressão e, conseqüentemente, a compreensão das formas de produção de sentido desse enunciado, uma vez que ele se dá a ver/ler, simultaneamente. (BRAIT, 2013, p. 44).

Na perspectiva de análise dialógica aqui adotada, o verbal e o visual serão analisados como partes do mesmo conjunto produtor de sentidos. Essa perspectiva de análise é bakhtiniana, quer dizer, encontra-se fundamentada em trabalhos do pensador russo e de brasileiros. Pelas contribuições de Beth Brait, investigamos os sentidos a partir da dimensão verbo-visual de enunciados¹⁰.

Por “capa”, compreendemos o que se chama tecnicamente de “primeira capa”. Para Araújo (2000), a estrutura externa de um livro tem por função salvaguardar suas páginas internas ou miolo. É, consoante esse autor, uma parte extratextual, sendo composta por: primeira capa (parte externa, destinada à impressão de informações como título e subtítulo, nome do autor, editora, bem como apresentação de ilustrações); segunda capa (verso da primeira capa, geralmente não é utilizada); terceira capa (verso da quarta capa, também não utilizada para impressão); quarta capa ou contracapa (parte oposta da capa, que pode ou não ter informações impressas); primeira orelha (dobra da primeira capa); segunda orelha (dobra da quarta capa); lombada (lateral do livro); e sobrecapa (estrutura opcional ao livro, de apelo promocional e/ou estético).

Cada capa de um livro mantém, em geral, uma relação inalienável com ele, não podendo ser considerada uma entidade autônoma (SOBRAL, 2010). Dizemos “em geral” porque, ao enunciá-la, a colocamos, pelo menos para os enunciados aqui analisados, com certa autonomia em relação ao livro. Neste sentido, consideraremos as capas, neste texto, como sendo enunciados relativamente dependentes do conteúdo expresso no miolo. Em outros termos, defendemos que esses enunciados possuem características internas, de tal modo que seu autor (quase nunca o autor-pessoa do livro) “manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra” (BAKHTIN, 2003, p. 298). As características internas contribuem, em síntese, para fazer de cada analisada, uma capa distinta das demais.

A seguir, descrevemos a capa das edições suíça, brasileira e espanhola, e apresentamos as análises.

3 AS FACES DE BAKHTIN: DESCRIÇÃO E ANÁLISE¹¹

¹⁰ Para evitar um texto excessivamente parafraseado, indicamos, dentre outras obras referenciadas ao final deste artigo, Brait (2013), que faz uma sustentação a respeito da importância de Bakhtin e demais membros do Círculo para se pensar, teórica e metodologicamente, uma teoria da linguagem em geral, e não apenas uma teoria da linguagem verbal.

¹¹ Embora, particularmente, reconheçamos que o ideal fosse reproduzir aqui as capas, não o fizemos para não incorrer, possivelmente, em problemas de direitos autorais. Essa questão será facilmente superável por dois motivos: primeiro, porque indicamos em nota de rodapé o endereço virtual onde se podem localizar as capas analisadas; depois, as facilidades atuais permitem ao leitor encontrá-las facilmente, sem mesmo passar pelas indicações por nós fornecidas.

Na edição suíça¹², de 2011, a capa possui formato retangular, sendo predominantemente branca, com os nomes dos autores no topo: na primeira linha, em caixa alta, JEAN-PAUL BRONCKART e, na segunda, CRISTIAN BOTA. Logo abaixo, também em caixa alta e fonte maior, o título centralizado BAKHTINE / DÉMASQUÉ e, nas linhas seguintes, o subtítulo: *Histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif*. No meio da página, há uma figura, num efeito Arcimboldo¹³, e, no pé da página, a referência à editora DROZ, de Genebra, Suíça. Do lado esquerdo, escrito em branco numa tarja preta, o nome da coleção (*Titre Courant*) e a reprodução de uma ilustração medieval, que também aparece no frontispício da página virtual da editora¹⁴.

A ordem enunciativa dos autores é significativa. Em primeiro lugar, aparece Jean-Paul Bronckart e, na linha abaixo, Cristian Bota, forma que se manterá na edição brasileira, demonstrando certa hierarquia acadêmica. Embora na edição espanhola não haja sobreposição, por terem sido colocados os nomes em linha horizontal, o de Bronckart aparece enunciado antes. Próprios das relações de poder, esses ordenamentos se justificam por ser, o primeiro, professor honorário da Universidade de Genebra, internacionalmente conhecido na área de Linguística Aplicada e afins, de modo particular por ser um dos principais responsáveis pela corrente de estudos da linguagem chamada Interacionismo Sociodiscursivo¹⁵. Bota é, por sua vez, colaborador científico na mesma universidade, tendo sido orientado por Bronckart numa tese de doutorado defendida em 2011 (mesmo ano da publicação do livro em análise), sob o título *Saberes, textos e aprendizado acadêmico: para uma análise sociodiscursiva do trabalho de validação para as aulas*.¹⁶ Portanto, independente da forma de condução da pesquisa, recaem sobre Bronckart, por sua maior representatividade no cenário acadêmico e científico, as críticas mais contundentes.

No título, o termo “DÉMASQUÉ” (retirar a máscara) remete, talvez sobremaneira, ao teatro (ou à teatralização), à prática teatral de encobrir o rosto com

¹² A capa pode ser visualizada no site da editora DROZ: <<http://www.droz.org/france/fr/4630-9782600005456.html>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

¹³ Efeito Arcimboldo: O que significa ver um rosto humano onde há animal(is)? Ao olhar, se vê uma dominação do humano sobre a forma animal ou o contrário? Trata-se de uma humanização do animal ou uma animalização do humano? Há, pois, um descentramento do humano? Em relação ao assunto, pode-se consultar a obra *The Arcimboldo effect: transformations of the face from the sixteenth to the twentieth-century*, organizada por Cacciari. Além de imagens produzidas por Giuseppe Arcimboldo (1527-1599), o livro apresenta, na primeira parte, artigos que procuram situar a obra do artista italiano de acordo com correntes filosóficas, científicas, políticas, artísticas do período de 1500-1650. Na segunda parte, alguns autores estudam o “efeito Arcimboldo” em obras localizadas entre os anos de 1800-1987. Cf. Cacciari et al (1987).

¹⁴ Na página da editora, esta é apresentada como especializada na publicação de trabalhos acadêmicos em estudos medievais e humanísticos, além de críticas literárias. Disponível em: <<http://www.droz.org/eur/fr/>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

¹⁵ Sobre o Interacionismo Sociodiscursivo, pode-se consultar, entre outras fontes, Bronckart (1999) e também Guimarães; Machado; Coutinho (2007).

¹⁶ Em francês: *Savoirs, textes et apprentissages en milieu universitaire. Pour une analyse socio-discursive de travaux de validation pour les cours*. Disponível em: <<http://archive-ouverte.unige.ch/unige:18458>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

uma máscara. É recurso cênico que, com o tempo, por esconder total ou parcialmente o rosto, passou a significar dúvida, engano, por se tentar, pelo uso de máscara, ocultar a identidade (no teatro grego, inclusive de gênero), a expressão dos sentimentos. Desmascarar teria, assim, a pretensão de revelar o ocultado. O uso da máscara é, em artes cênicas, recurso consciente e não negativo. Quem a usa, faz isso por motivos não fortuitos. A máscara tem, logo, importância na composição da trama cênica. Ao fim do espetáculo, é retirada.

No caso do livro de Bronckart e Bota, os autores defendem que Bakhtin colocou, deliberadamente, uma máscara, e que os autores (o trabalho de Bronckart e Bota, precisamente) vieram desmascarar, contar a verdadeira história (*o que eles dizem ser*). Máscara assume, pois, valor negativo; desmascarar, positivo. Embora retomemos a questão da “máscara” mais adiante, há, no ato de desmascarar, certa prepotência se assumirmos que essa ação é uma violência. Enquanto prática, a máscara tem uma função particular em determinado espetáculo (e em outros rituais sociais). Tão logo essa aplicação se encerre, o indivíduo tira do próprio rosto as marcas que ajudaram o ator a construir o personagem: indivíduo-ator-personagem. Ou seja, faz parte das práticas cênicas *tirar* a máscara. Para Bronckart e Bota, o “ator” Bakhtin de modo intencional não tirou a máscara após suas encenações, daí considerem o indivíduo mentiroso e fraudulento; cabendo a eles a ação de desmascará-lo.

Em nossa sociedade, desmascarar alguém sempre tem um quê de superioridade pois, no ato em si, há supervalorização da ação¹⁷ do eu sobre o outro. Independente do conteúdo antecipado por textos oriundos dessa prática, em todos eles está pressuposta essa arrogância, às vezes desprezo, do eu em relação ao outro justamente por deixar transparecer que o “eu” tem o poder de trazer à luz o que estava na sombra (encoberto pela máscara).

O subtítulo da obra (*Histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif*), sendo elemento indissociável do título, reforça essa tese. A máscara está com o mentiroso (só permanece mascarado aquele que tenta enganar, esconder a própria identidade) e com o fraudulento (a fraude pressupõe completa deliberação, má-fé de quem fraudava), sendo alimentada por um delírio coletivo.

Para campos do saber como a psicanálise, o delírio (de “delírio coletivo”) é uma das manifestações dos transtornos esquizofrênicos (ou de outras doenças mentais), em que o indivíduo crê firmemente numa “falsa crença”. Freud afirmava que “o delírio se apresenta como um remendo colocado no lugar onde originalmente havia surgido uma fenda no vínculo do Eu com o mundo exterior” (FREUD, 2007, p. 97). Ou seja, trata-se de uma forma de reconstrução da realidade perdida¹⁸, sendo, o delírio, um sintoma.

¹⁷ Na Internet, é possível colher aleatoriamente alguns enunciados do tipo “Juca Kfourri **desmascara** Aécio Neves”, “Stiglitz **desmascara** o falso êxito das políticas de “austeridade””, “A justiça eleitoral já **desmascarou** Lúdio”, “Almirante que **desmascarou** atentado do Rio Centro” (grifos nossos), que demonstram essa “força” da ação “desmascarar”.

¹⁸ Sobre o “delírio”, pode-se consultar, além do próprio Freud citado, Lacan (1988), que retoma algumas teses freudianas. Sugerimos também Jorge (2010), para uma visão geral do “delírio”, e Cabas (2010), para uma visão mais centrada na questão do sujeito.

A respeito do “delírio coletivo”, Bronckart e Bota, quando tratam no capítulo 5 das “pistas de uma provável verdade”, afirmam:

[...] O ditirambo fundador de Ivanov (1973), a monstruosa “montagem” de Todorov (1981), a fabricação da obra bakhtiniana proposta por Clark e Holquist (1984b), assim como grande parte dos debates que alimentaram a *Bakhtin Industry* nos anos 1980/1990 estão literalmente *alicerçados na mentira*, no amálgama deliberado de temas e orientações de desenvolvidos nos textos de Medvedev e Volóshinov e dos temas e orientações identificáveis nos pretensos escritos de Bakhtin. [...]

A mentira é um dos fermentos do delírio, e é realmente de um delírio coletivo impressionante que resultam vários comentários ocidentais da questão, de suas causas e consequências [...] que não teremos o despudor de comentar (BRONCKART; BOTA, 2012, p. 237, grifos dos autores).

Este fragmento é um exemplo de como há passagens no texto de Bronckart e Bota que foram construídas pela mobilização de elementos próprios do teatro (ou do literário): “ditirambo” (no teatro grego, canto de coral em honra a Dionísio) e “montagem” são dois exemplos. As capas (título, subtítulo, imagem, cores) do texto de Bronckart e Bota faz-nos lembrar de que todo espetáculo é uma perspectiva; talvez por isso o tom frequentemente panfletário, irônico, sarcástico assumido pelos autores. O delírio é, para os autores, fruto de uma construção, tal qual o enredo de uma peça, de uma história, de uma trama conspiratória, escrito a várias mãos, das quais eles apontam nominalmente Ivanov, Todorov, Clark e Holquist, e outros que, embora não tendo um nome, são reconhecidos como “debatedores” da/na Indústria de Bakhtin (*Bakhtin Industry*).

No entanto, uma questão pontual em relação ao delírio, e que está manifestada no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-IV, 1995), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, é que o fator “cultura” é importante para diagnosticar transtornos delirantes. Em suma, para se determinar o estado mental de um indivíduo (ou de indivíduos, quando do delírio coletivo), aspectos culturais (espaciais, temporais, educacionais) devem ser levados em consideração. A falta de familiaridade com determinadas informações pode, por exemplo, interferir nos conhecimentos gerais, na memória, na orientação, etc., no diagnóstico comportamental de certo(s) indivíduo(s) e/ou grupos.

No capítulo 3 (“Filosofia da linguagem e psicologia objetiva”) de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, há toda uma discussão apresentada por Volochinov sobre “individual” e “social”, do qual reproduzimos este trecho:

'Social' está em correlação com 'natural': não se trata aí do indivíduo enquanto pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo 'individual' é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2002, p. 58).

O subtítulo da obra permite-nos afirmar que seus enunciadores sejam encarados como locutores-historiadores. Trata-se de uma obra de história, devendo ser lida como história, tendo como objeto um mentiroso mascarado (no caso, Bakhtin) que frauda e é partícipe de conspiração? Na expressão “História de x”, “x” pode ser agente e/ou paciente? Isto é, a locução reforça a tese de história contada por um mentiroso e/ou sobre ele? “Fraude” e “delírio coletivo” teriam ou não o mesmo estatuto semântico de “mentiroso”? O livro em questão contém – ao dizer/mostrar outra história (“história de”) – a verdade? Conquanto sejam questões em aberto, estamos esboçando, neste texto, algumas possíveis respostas.

A imagem centralizada, por sua vez, nos faz lembrar de certo tipo de composição artística ligada ao italiano Giuseppe Arcimboldo. (Cf. Nota de rodapé 13). De autoria da artista chinesa Fay Yu, conforme informações na folha de rosto da edição suíça, a ilustração parece ser a caricatura de um homem, com expressões senis, cujos cabelos têm a forma de escorpião (ou os cabelos do ilustrado fazem lembrar escorpião, ou escorpião faz lembrar os cabelos do ilustrado...). Podem ser identificados a representação de óculos e pequenos balões, como nas Histórias em Quadrinhos, em que aparecem letras aparentemente desconexas (índices de diálogos?), num dos quais (o da direita) há o reflexo de um (terceiro) olho; lábios pintados (ao que parece, pelo reforço do traço); gravata (ou colarinho) de bolinhas. Trata-se de uma fantasia?

A caricatura mantém sempre relação com o retratado, ou seja, nas imagens que se formam pela prática de caricaturar, muito embora os acentos hiperbólicos que recebe, há índices que fazem lembrar o indivíduo. O dicionário Houaiss on-line¹⁹, por exemplo, define caricatura como “desenho de pessoa ou de fato que, pelas deformações obtidas por um traço cheio de exageros, se apresenta como forma de expressão grotesca ou jocosa”. No caso, o que haveria de Bakhtin na caricatura? Por que desmascarar, se não há máscara? (Bakhtin descaricaturado?). A ilustração parece não apresentar traços que façam lembrar Bakhtin (Figura 2), diferente da edição espanhola, a não ser como uma visão distorcida do modelo.

No caso da edição brasileira²⁰, há informações sobre a ilustração de capa e da quarta capa; no primeiro caso, em informações disponíveis na folha de rosto desse livro, apenas se diz que o projeto gráfico e a capa são construções de Andreia Custódio²¹; no segundo, cita-se o trabalho de Fay Yu presente, primeiramente, na edição suíça. Essa capa também tem formato retangular, sendo o verde predominante. No alto, do lado esquerdo, vê-se a metade de uma máscara que, projetando um efeito de luz da direita para a esquerda, cria um efeito de sombra e, também, de completude. Abaixo, na mesma linha e igualmente de modo sobreposto, grafa-se Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota.

¹⁹ Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=caricatura>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

²⁰ A capa pode ser visualizada no site da editora Parábola: <<http://www.parabolaeditorial.com.br/>>. [último] Acesso em: 02 fev. 2015.

²¹ No perfil do *Facebook* da empresa, Andreia Custódio é descrita como sócia-diretora, sócia-executiva, sócia-designer da Parábola Editorial, às vezes como co-fundadora (junto com Marcos Marcionilo), designer, executiva de *marketing*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/parabolaeditorial>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

Na sequência, aparece o nome BAKHTIN, em caixa alta, e na linha a palavra ODARACSAMSED (de trás para frente e de cabeça para baixo), sendo seguida, em fonte menor, do subtítulo *história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*.

A edição espanhola²² foi traduzida por Cristina Ridruejo Ramos e Eric Jalain Fernández, publicada pela Antonio Machado Libros, de Madri, em 2013. Também em formato retangular (24 x 17 cm), foi construída num fundo de cor laranja, numa encadernação rústica, com dois destaques: no primeiro, num quadrado de fundo azul, os nomes, no alto, de Jean-Paul Bronckart escrito em cor laranja escuro e, na mesma linha, tipo de letra e cor, Cristian Bota. Logo abaixo, o título (*Bajtín desenmascarado*) em fonte maior do que a usada no nome dos autores, e nas duas linhas seguintes o subtítulo (*historia de un mentiroso, una estafa [e na linha de baixo] y um delirio colectivo*), ambos escritos na cor branca. O segundo destaque fica a cargo da reprodução de uma fotografia de Bakhtin, em que este é clicado vestido de preto, sobre o fundo escuro. Na estampa da edição madrilena (Figura 1), uma tira, onde se encontrariam os olhos do escritor, é destacada (rasgada) da esquerda para a direita, deixando à mostra o fundo laranja. A referência à editora aparece em forma de logotipo, alinhado à direita, entre o quadro azul e a fotografia, sendo: ANT (+ imagem da cabeça de um homem com chapéu, ocultando o restante ONIO, pelo qual deduzimos: ANTONIO) MACHADO e, na linha de baixo, o segundo nome, “Libros”, escrito em verde. Do lado esquerdo, há uma seta, em azul, que se projeta de baixo ao topo da página.

Figura 1 – Recorte: capa da edição espanhola (2013)



Fonte: Edição espanhola (2013).

O destaque da edição espanhola fica para a reprodução de uma (suposta) fotografia de Bakhtin, que encontramos em vários lugares, como na Wikipédia (Figura 2):

²² A capa pode ser visualizada no site da editora Antonio Machado Libros: <<http://image.casadellibro.com/a/l/t0/62/9788477741862.jpg>>. [último] Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 2 – Mikhail Bakhtin



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Bakhtin>

Se na edição suíça há uma espécie de caricatura; na brasileira, reproduz-se uma máscara. Na espanhola, optou-se por trazer algo mais próximo da realidade: trabalhando-se sobre uma fotografia, desejou-se produzir um efeito de veracidade contundente. O modo como fizeram a figura de “Bajtín” dialogar com o termo “*desenmascarado*” foi-lhe aplicando um “destaque” (retirada de uma tira) nos olhos, que dialoga com certa prática jornalística de encobri-los com uma tarja²³ ou usar outro recurso técnico que os desconfigura. Identificamos o rosto a partir uma memória (Figura 2), que circula em outros meios; mas não vemos seus olhos. Para Chevalier e Gheerbrant (2009), os olhos são o órgão da “percepção sensível”, e quase universalmente o “símbolo da percepção intelectual”. Nas três capas, os olhos recebem algum tipo de destaque: na edição suíça, óculos; na brasileira, a máscara; na espanhola, a retirada. O que esconderiam?

Na edição espanhola, é o Bakhtin *Spectrum* (BARTHES, 1984), ou seja, “o retorno do morto” (p. 20). Neste sentido, é Bakhtin (indivíduo) tornando-se objeto. Enquanto contingência soberana – “uma dissociação astuciosa da consciência de identidade” (p. 25) –, a objetiva da câmera captura não o próprio Bakhtin, mas o resultado transforma-o num personagem, que, na capa espanhola, é ressignificado negativamente.

Se na edição suíça há uma caricatura, na brasileira se vê (a metade de) uma máscara. A meia-máscara se completa com sua sombra. Outra diferença visível é o termo “desmascarado”. Na edição brasileira é inteligível apenas se lido de trás para

²³ O uso do recurso de esconder os olhos com uma tarja preta (raramente branca ou de outra cor) não é mais recomendado no meio jornalístico, como vemos no *Guia prático para jornalistas*, da UNICEF (2007): “A barra negra cobrindo os olhos é frequentemente usada, mas não é o mais efectivo” (p. 4) ou neste *Guia de referências para coberturas jornalísticas* (ANDI, 2009), que, ao justificar o não uso da “tarja preta” para encobrir os olhos de crianças e adolescentes, diz: “Ela pode remeter a um tratamento pejorativo, dando à imagem sentido negativo” (p. 88).

frente. E ao virar o livro de cabeça para baixo, o faz dialogar com a máscara apresentada. Esse conjunto de significantes nos remete a *O fantasma da ópera*, de Gaston Leroux, precisamente por conta da questão do espelho, do duplo: “[...] avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, através do outro procuramos compreender e levar em conta os momentos transgredientes à nossa própria consciência [...]”. (BAKHTIN, 2003, p. 13). É o espelho o condutor da dupla face. Da identidade. Da dissimulação. Nesse sentido, é o espelho que permite à máscara seu papel em evidência (LOPONDO; ALVAREZ, 2013).

A máscara nas sociedades em geral está presente, dentre outros, em rituais religiosos, como estuda Lévi-Strauss (1981); fúnebres, como se pode ler no texto de José Mattoso²⁴; festivos e teatrais, tal qual encontramos em Bakhtin (1981; 2010), quando estuda a questão do carnaval/carnavalização. Além disso, como se sabe, há tempos a relação entre *persona* e máscara é conhecida no meio acadêmico e literário. *Persona*, personagem, pessoa. No teatro, a máscara é capital, em vários espetáculos, na composição de personagens. No carnaval, “a máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo” (BAKHTIN, 2010, p. 35). Para a psicanálise junguiana, todos nós utilizamos máscaras. Ao longo da existência individual, utilizaremos tantas quantas forem as máscaras (*personas*) necessárias para lidarmos com a realidade que nos cerca.

Ao partir do princípio de que todos somos personagens no/do mundo, então, sempre atuamos representando papéis sociais: professores, pais, mães, escritores, leitores, etc. A máscara é considerada, na psicanálise junguiana, um arquétipo: aquilo que pertence a todos e a ninguém; “consiste de formas preexistentes, arquétipos, que só secundariamente podem tomar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência” (JUNG, 2000, p. 53). Ou seja, embora cada indivíduo o vivencie (no inconsciente individual), não pode dele se apropriar plenamente, por pertencer ao inconsciente coletivo²⁵. Os arquétipos, no inconsciente coletivo, são seu conteúdo psíquico.

A máscara, como todo arquétipo, tem seu lado positivo e negativo, e a capa brasileira do livro de Bronckart e Bota ilustra bem isso ao trabalhar luzes e sombras: do lado da máscara, a luz (inclusive a imagem recebe um tratamento plastificado para que brilhe do lado direito); do lado da sombra, a escuridão.

Do ponto de vista especular, o que esconde(ria) a máscara? Algo de monstruoso? Feio? Abominável? Tal qual a discussão bakhtiniana em torno do sujeito, visto que este se constitui dialogicamente, quem é o outro no espelho? Ou o parcialmente escondido

²⁴ Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3199.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

²⁵ Segundo Jung: “O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo portanto uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos” (2000, p. 53).

pela máscara? Diferentemente da caricatura, que é o olhar do eu sobre o outro, ou da fotografia, que é a pessoa captura enquanto personagem (BARTHES, 1984), a máscara é uma forma de projeção do que o eu deseja. A máscara é, pois, a evidência do outro; sabe-se que por trás da máscara há algo, alguém, mas também existe o hiato. Como mencionam Lopondo e Alvarez (2013, p. 212), traduzindo Buchbinder: “a máscara é o outro de um, daquele que a porta, como daquele que a observa. É a figuração antropomórfica do fantasma, do Outro, das forças que estão além daqueles que o sujeito pode dominar”. No caso da edição brasileira, há apenas máscara sem rosto, sem olhos. No entanto, não está vazia.

Outra diferença marcante é o modo como se utilizam as cores. Se na edição suíça predomina o branco, com palavras em preto; na espanhola, destaca-se o tom laranja/amarelado; na brasileira, usa-se o recurso das tonalidades de maneira mais intensa. Não é novidade que, em nossa cultura, a simbologia das cores ajuda a construir sentidos. No Ocidente, por exemplo: branco, para paz; amarelo, para energia/vitalidade; verde, para esperança.

Como observa Guimarães (2000), mobilizando a Semiótica da Cultura, a cor pode funcionar como uma informação atualizada do signo. Conforme exemplifica o autor, o cravo vermelho num jardim é apenas “cravo” de cor “vermelha”, não sendo, portanto, signos, mesmo que do ponto biofísico haja a transmissão de informações: o cravo vermelho (a cor funciona biofísicamente) transmite informações necessárias à abelha, que, por sua vez, as transmite a outras abelhas. Se esse mesmo cravo for usado por um homem na lapela, então, “passa a ser um texto e o vermelho o signo deste texto e até mesmo um texto cultural” (p. 17).

Na edição suíça, o branco²⁶ predominante parece funcionar como um purificador, um amenizador do possível impacto dos signos linguísticos e da caricatura. Além disso, há certa negatividade na sequência “desmascarado, mentiroso, fraude, delírio” relacionada a Bakhtin. O branco, ao qual Baudrillard (1993) chama de “cor cirúrgica virginal” (p. 40), encobre os impulsos. O verde, por sua vez, predominante na edição brasileira, é uma das cores primárias (ao lado do azul e do vermelho). O verde remete materialmente às matas, às folhagens, às águas do mar, numa associação afetiva que provoca bem-estar, serenidade, afetividade. A cor laranja, remetem-na ao Sol, significando vitalidade, energia, alegria. Por outro lado, como ainda demonstra Guimarães (2000), a alteração numa cor, mesmo que leve, aumentado ou diminuindo sua luminosidade, pode provocar uma alteração nos sentidos. Conjunto máscara, sombra, luz, cor contribuem para as impressões de sentidos.

Na edição brasileira, constrói-se um efeito de diminuição da luminosidade da direita para a esquerda, ao mesmo tempo em que a metade da máscara produz efeito de completude. No entanto, por causa do “efeito Gestalt”, ou seja, de nossa capacidade de ver primeiro o todo, e não as partes isoladas, existe inicialmente a sensação de que não se trata de uma máscara de face única completada por sua sombra, e sim de uma máscara completa. Em outros termos, vemos antes o todo (a máscara), depois

²⁶ O branco é uma “combinação de todos os comprimentos de onda do espectro, mas, como cor, na realidade, não existe” (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006, p. 53).

racionalizamos as partes (metade de máscara, sombra, etc.). Em lugar, pois, de partes isoladas, vemos relações (GOMES FILHO, 2004). Dito de outro modo, conforme esse autor, nosso cérebro tende “a organizar as formas em todos coerentes e unificados” (p. 17).

Na figura da capa, visualizamos uma representação do *yin-yang*, que significa, na cultura oriental, a dualidade. Como aponta Gomes Filho (2004), o símbolo *yin-yang* marca um equilíbrio simétrico oposto, “com os pesos visuais apostos contrabalançados e distribuídos igualmente” (p. 31). Para perceber melhor essa relação, reproduzimos esta Figura 3:

Figura 3 – Manipulação da imagem da capa da edição brasileira, em branco e preto



Fonte: edição brasileira.

Ao remover o colorido da máscara presente na capa, parece-nos que se destaca um ponto preto na região mais clara, e um ponto branco na mais escura, próprio do simbolismo *yin-yang*. Conforme Biedermann (1993), “o “yin” [esquerda] simboliza o feminino, o Norte, o frio, a *sombra*, a *terra*, a passividade, a umidade, enquanto o “yang” [direita] representa a masculinidade, o céu, o Sul, a *luz*, a atividade, a secura” (p. 397, grifos do autor). E acrescenta: “como expressão de dependência recíproca, é importante que haja um centro escuro (representando de novo circularmente) a parte “yang” do círculo bipartido, e um centro no claro na parte “yin”” (p. 397).

A imagem da Figura 3 representaria essa dualidade, que encontramos na obra de Bakhtin, na qual as forças dos processos de enunciação são definidoras dos enunciados ditos. Em outros termos, a imagem da capa da edição brasileira vem reforçar a ideia de um Bakhtin múltiplo, misterioso, mas não mentiroso e fraudulento, como podemos complementar com esta afirmação:

A máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo; a máscara é expressão das transferências, das metamorfoses, das violações das fronteiras naturais, da ridicularização, dos apelidos; a máscara encarna o princípio do jogo da vida, está baseada numa peculiar inter-relação da realidade e da imagem, característica das formas mais antigas dos ritos e dos espetáculos (BAKHTIN, 2010, p. 35).

Em conclusão, o processo de construção da obra bakhtiniana se assenta num determinado modo de compreender a função social da máscara, como sintetizado nessa citação.

4 NOTAS CONCLUSIVAS

No exercício de análise que fizemos aqui, tomando como objeto de leitura as capas das edições suíça, brasileira e espanhola do livro *Bakhtin desmascarado*: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo (*Bakhtine démasqué: Histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif*; *Bajtín desenmascarado: historia de un mentiroso, una estafa y un delirio colectivo*), de autoria de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota, chegamos a algumas considerações, assim destacadas:

- a) Embora as capas falem do mesmo objeto (a história de/sobre Bakhtin), ambas oferecem ao leitor elementos diferentes para travarem um primeiro contato com essa história. Neste sentido, capas possuem um lugar autorizado e legitimado de dizer “x” ou “y” em nome de grupos institucionais. Por isso, as consideramos enunciados relativamente dependentes do miolo envolvido por elas;
- b) As capas do livro de Bronckart e Bota parecem significar diferentemente: 1) na edição suíça, há um “suavizamento” do peso semântico das palavras “Bakhtin” e “desmascarado”, graças ao uso predominante do branco e da suposta caricatura de Bakhtin; 2) na brasileira, o recurso das cores, o efeito de luz, a inversão da palavra “desmascarado” parecem conferir-lhe um impacto na relação Bakhtin e desmascarado, se comparada à suíça; 3) na espanhola, ao trazer a fotografia, busca-se criar um efeito de verdade mais efetivo se comparada às duas outras. Em ambas, porém, há esse foco nos olhos, “símbolo da percepção intelectual”.
- c) As capas brasileira e suíça traduzem do universo bakhtiniano a força do espetáculo: teatral, no caso da edição brasileira; e carnavalesco, no da suíça, muito embora talvez falte a esta o multicolorido, próprio do Carnaval. Estes aspectos (carnavalesco e teatral) parecem ausentes na edição espanhola; aqui, o tratamento dado à fotografia, em preto e branco, “ocultando” os olhos parece produzir um jornalístico-policialesco.
- d) A capa de um livro mantém com seu conteúdo uma relação semântica, permitindo-nos afirmar que a caricatura produzida por Fay Yu parece dialogar com o termo “Bakhtin”, do título “Bakhtin Desmascarado”, enquanto a criação de Andreia Custódio foca o “(des)mascarado”. Na espanhola, a (des)figuração de uma) fotografia de Bakhtin parece reforçar a questão do suposto crime de Bakhtin.
- e) O título e subtítulo da obra obrigaram os autores das capas a um exercício de leitura significativo, materializado, como esperamos ter demonstrado, nos enunciados verbo-visuais produzidos. E isso nos permite afirmar que significam diferentemente por trazerem elementos culturais distintos.

Para se compreender a importância da capa na compreensão de livro, precisamos lê-la não apenas como algo funcional (proteger o interior do livro), tampouco comercial (vender a obra). É fundamental considerá-la algo estético-discursivo, ou seja, como uma

maneira de o ser humano dar “forma à sua experiência” (BRAIT, 2013, p. 48). Daí a importância de teorias que deem conta do verbal e do visual como partes do mesmo processo de significação verbo-visual.

Muitos trabalhos humanos dependem ao mesmo tempo da força construtora de seus autores, mas também da determinação de seus críticos, dos embates ideológicos que travam e que permitem travar. Há, para encerrar, em todo sucesso literário (em sentido mais amplo) certamente competências, que lhe conferem uma visibilidade temporária ou, a depender da capacidade de fazer história de seu(s) protagonista(s), duradoura. Este último é o caso de Bakhtin.

AGRADECIMENTOS

Compartilho, posto que todo trabalho é coletivo, as qualidades deste texto com Adair V. Gonçalves (UFGD), Beth Brait (PUC-SP) e Grenissa B. Stafuzza (UFG), pelos diálogos pertinentes, e com os pareceristas da LEMD que, pelo trabalho voluntário, ajudam no aperfeiçoamento textual. Os defeitos que persistirem são meus.

REFERÊNCIAS

- ANDI. *Guia de referências para coberturas jornalísticas*. 2009. Disponível em: <http://www.andi.org.br/file/50179/download?token=N_Q0_4YL>. Acesso em: 15 nov. 2014.
- ARAÚJO, E. *A construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ARÁN, P. O. A questão do autor em Bakhtin. *Bakhtiniana*, São Paulo, Número Especial, p. 4-25, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1255/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- BAKHTIN, M. M. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Trad. de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 7. ed. Trad. de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. de Michel Laud e Yara F. Vieira. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- BARTHES, R. *A câmara clara*. Trad. de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BIEDERMANN, H. *Dicionário ilustrado de símbolos*. Trad. de Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. Trad. de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: _____. (Org.). *Bakhtin – outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. Introdução. Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: _____. (Org.). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- _____. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v8n2/04.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.
- _____. (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Editora Contexto, 2009a.
- _____. (Org.). *Bakhtin: Dialogismo e Polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009b.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, texto e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de Anna Raquel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

_____. Les différentes facettes de l'interactionnisme socio-discursif. *Calidoscópico - Revista de Linguística Aplicada*, n. esp.: International Congress on Language and Interaction, p. 22-25, 2006.

_____; BOTA, C. *Bakhtine démasqué*. Histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif. Genebra: Droz, 2011.

_____; _____. *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

_____; _____. *Bajtín desenmascarado: historia de un mentiroso, una estafa y un delirio colectivo*. Madrid: Antonio Machado Libros, 2013.

_____; _____. *Bakhtin desmascarado: Reação às críticas à obra*. Tradução de Marcos Bagno
Disponível em:

<http://www.parabolaeditorial.com.br/website/index.php?option=com_content&view=article&id=444%3Abakhtin-desmascarado-reacao-as-criticas-a-obra&catid=65%3Ablog-2&Itemid=131>. Acesso em: 18 dez. 2014.

BRUCHARD, D. *A encadernação*. Disponível em:

<www.escriitoriodolivro.org.br/historias/encadernacao.html>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CABAS, A. G. *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. 32. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

CACCIARI, M. et al. *The Arcimboldo effect: transformations of the face from the sixteenth to the twentieth-century*. Milão: Bompiani, 1987.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. 23. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2009.

DSM-IV. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. V. 2: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: _____. *Ditos & Escritos III – estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FRANÇOIS, F. Bakhtin completamente nu. *Bakhtiniana*, São Paulo, Número Especial: p. 173-183, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/19739>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

FREUD, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. V. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

GOMES FILHO, J. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma*. 6. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultura da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Org.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

JUNG, Carl G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 2. ed. Trad. de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. F. da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. (Org.). *O homem e seus símbolos*. 6. ed. Trad. de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACAN, J. *O Seminário, Livro III: As Psicoses [1955-56]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. *A Via das Máscaras*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

LEROUX, G. *O Fantasma da ópera*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

LOPONDO, L.; ALVAREZ, A. G. R. Entre o rosto e a máscara: identidades e verdades em tensão. *Acta Scientiarum. Language and Culture*. v. 35, n. 3, 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/16212>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

MEDVIÉDEV, I. P.; MEDVIÉDEVA, D. A. O Círculo de M. M. Bakhtin: sobre a fundamentação de um fenômeno. *Bakhtiniana*, São Paulo, núm. Espe., p. 173-183, jan./jul. 2014. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/11535>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MCCRACKEN, G. *Cultura e Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

NOSSIK, S. Resenha. *Bakhtiniana*, São Paulo, núm. esp., p. 173-183, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1255/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SOBRAL, A. Texto, discurso, gênero: alguns elementos teóricos e práticos. 2010. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewFile/264/177>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SOMOZA, J. C. *Dafne Desvanecida*. Barcelona: Destino, 2000.

TOSCANI, O. *A publicidade é um cadáver que nos sorri*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

UNICEF. *Guia prático para jornalistas: cobertura jornalística sobre a violência, abuso sexual e exploração da criança*. Disponível em: <http://www.unicef.org/mozambique/Guia_para_jornalistas_violencia_contra_crianças_190607.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ZENKINE, S. Os desmascaradores incompetentes. *Bakhtiniana*, São Paulo, núm. esp., p. 173-183, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1255/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Recebido em: 04/08/15. Aprovado em: 28/10/15

Title: *Bakhtin's faces: a discourse analysis of book covers*

Author: Marcos Lúcio de Sousa Góis

Abstract: *This essay presents a discursive analysis of the Swiss, Brazilian and Spanish covers of the book by Jean-Paul Bronckart and Cristian Bota, titled Bakhtin unmasked: story of a liar, a fraud, a collective delirium. Founded on the dialogical perspective of discourse and dialoguing with psychoanalysis and semiotics, this article aims to understand the effects of meanings produced by these statements. There are two reasons for this proposal: first, Bronckart and Bota's book caused some academic inconvenience; second, this inconvenience generated numerous debates about the nature of the work in focus. Although the covers apparently treat about the same object, both offer the reader different elements to wage a first contact with this story. It is hoped that the analysis, more than increasing the controversy concerning the dispute in which Bronckart and Bota and their critics were involved, also reinforces the thesis that the author-creator Bakhtin transcends the individual Bakhtin.*

Keywords: *Dialogical Discourse Analysis. Meanings. Statements. Covers.*

Título: *Las faces de Bajtín: un análisis discursivo de cubiertas de libros*

Autor: Marcos Lúcio de Sousa Góis

Resumen: *Este artículo presenta un análisis discursivo de las cubiertas suiza, brasileña y española del libro de Jean-Paul Bronckart y Cristian Bota, titulado Bajtín desenmascarado: historia de un mentiroso, de un fraude, de un delirio colectivo. Basado en la perspectiva dialógica del discurso y dialogando con la psicoanálisis y la semiótica, tiene por objetivo comprender los efectos de sentidos producidos por esos enunciados. Son dos razones para propuesta: primero, el libro de Bronckart y Bota he causado cierto malestar académico; segundo, este malestar generó inúmeros debates a respecto de la naturaleza de la obra en foco. Aunque las cubiertas aparentemente tratar con el mismo objeto, ambas ofrecen al lector elementos diferentes para hacer un primer contacto con esa historia. Se espera, con este análisis, alá más de alimentar el diálogo a respecto de la controversia en la cual se viran involucrados Bronckart y Bota y sus críticos, reforçar la tesis de que el autor-creador Bajtín trasciende el individuo Bajtín.*

Palabras-clave: *Análisis Dialógico del Discurso. Enunciados. Sentidos. Cubiertas de libros.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150307-3615>

O DIÁLOGO: ARGUMENTAÇÃO PRÁTICA E CONDIÇÕES DE AFETIVIDADE

Jorge Campos da Costa*

Jonas Rodrigues Saraiva**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Faculdade de Letras

Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: O presente ensaio é uma tentativa de abordagem interdisciplinar sobre o diálogo argumentativo prático em sua dimensão lógica e afetiva, na perspectiva de um desenho teórico em que razão e emoção coexistem numa relação entre racionalidade natural e racionalidade formal. As hipóteses assumidas são as de que o diálogo representa o locus classicus da argumentação prática em sua estrutura linguístico-cognitivo-comunicativa; que a racionalidade stricto sensu, representada pela dedutibilidade, é objeto de uma disciplina a saber a Lógica Clássica; e que tal disciplina pode ser incluída numa perspectiva de racionalidade lato sensu, objeto de uma visão interdisciplinar em que coexistem Lógica, Linguística, Psicologia Cognitiva, Teoria da Comunicação entre outras. Central para a investigação é a identificação de inferência em suas variadas dimensões dentro das mencionadas áreas, o jogo da linguagem das emoções e suas conexões com as condições de verdade, na perspectiva da validade e aceitabilidade de argumentos.

Palavras-chave: Diálogo. Inferência. Emoção. Argumento.

“Mais valem dúvidas articuladas do que certezas obscuras”.

Russell

1 INTRODUÇÃO

O diálogo pode ser assumido como a mais básica das formas de interatividade social. Ainda que sob as mais diversas maneiras de se apresentar, é razoável supor-se, abduktivamente, que o diálogo tenha suas raízes de base inata, dada sua presença em qualquer sociedade humana, independente da forma de cultura, desde as mais antigas, gregas, hindus, chinesas, etc., até as sofisticadas conexões tecnológicas das redes sociais. As versões clássicas, especialmente na cultura grega, valorizaram o diálogo como meio mais democrático, justo e transparente de se produzir conhecimento compartilhado. Nele predomina o caráter argumentativo, pelo qual, no debate teórico, uma pessoa persuade ou é persuadida de que certas opiniões são verdadeiras ou falsas. Os famosos diálogos de Platão, como o *Crátilo* e o *Sofista*, entre dezenas de outros, são exemplos de argumentação sobre importantes teses filosóficas.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Letras. E-mail: jcampos@pucrs.br.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras. Email: jonasrsaraiva@hotmail.com.

O trabalho de Aristóteles (2010) sobre as relações entre os argumentos analíticos, dialéticos ou retóricos trouxe importante contribuição para uma abordagem da racionalidade humana em suas dimensões lógico-matemáticas e em seu caráter de debate natural e prático. Na primeira dimensão (lógico-matemática, na perspectiva silogística – *Organon*, 2010), abstrai-se uma forma lógica que garante a validade do argumento sem se recorrer ao seu conteúdo; na segunda, trata-se de avaliar o uso da argumentação em sua realidade ampla, ou seja, numa proposição instanciada por expressões de conteúdo. Assim como, no primeiro caso, aspectos específicos e individuais (propriedades semânticas) são desconsiderados, no segundo, inúmeros ingredientes (tais como relações de sentido, hponímias, metáforas, sinonímias, etc.) fazem parte do processo argumentativo. Um deles é o contexto das condições de emocionalidade envolvidas numa situação de persuasão (ELSTER, 1999), sedução, interesse político, etc. Tais condições, digamos, de adequação afetiva, representam a forma como as emoções, mais propriamente a linguagem das emoções, impacta sobre a racionalidade discursiva em sentido amplo¹.

De modo mais geral, razão e emoção interagem num processo de argumentação prática, entendida como o uso do argumento, embora a emoção seja abstraída (prescindida) numa perspectiva de argumentação restrita, entendida como aquela que se encontra reduzida a sua forma lógica. A ideia fundamental é que a argumentação prática pressupõe uma forma de racionalidade ampla – que deve ser entendida na interface semântico-pragmática ou, de outra maneira, a que é construída na relação argumento formal e uso do argumento –, incluindo a modelagem formal de validade – e não se opondo a ela. O problema é que, historicamente, tem havido uma rejeição – conforme Perelman (1996), Ducrot (apud MOURA, 1998) e Walton (diálogo), por exemplo – da dedutibilidade para abordagens da linguagem natural, em nome de sua impropriedade, quando o que se deveria assumir é a sua limitação para isso. Os fundamentos da racionalidade prática devem, portanto, incluir os de racionalidade restrita, para uma interface adequada com linguagem, cognição e comunicação. Em tal interface, os processos inferenciais são considerados em suas propriedades multiformes, desde a dedução clássica até as inferências pragmáticas canceláveis tipo implicaturas, pressuposições, acarretamentos, implícitos conversacionais, implicações contextuais, etc. (COSTA, 2009).

Nesse roteiro, podem-se considerar as inferências conectadas com aspectos emocionais como articuladas aos argumentos práticos (em uso), nos quais o impacto das emoções cumpre funções de adequação para que o dito e o inferido sejam interpretados de maneira relevante (compatível com a noção de Sperber e Wilson (1986)). Dado esse contexto temático, seguem-se três seções que culminam com as considerações finais: a primeira, sobre a Lógica na interface com a linguagem natural; a segunda, sobre a emoção na interface com a linguagem natural, e a terceira, sobre argumento-validade na interface com argumento-plausibilidade.

¹ O que se disse deve ser entendido como uma proposta de valor exploratório, levantando hipóteses relevantes para a discussão científica sobre o assunto. Do *pathos* de Aristóteles ao movimento revolucionário de Damásio (1994) sobre o papel da emoção nas tomadas de decisão, tal propriedade vem sendo reconhecida como partícipe de quaisquer outras relações dialógicas.

2 A LÓGICA NA INTERFACE COM A LINGUAGEM NATURAL

A Lógica Clássica – entendida como o cálculo de predicados de primeira ordem com identidade, incluindo a lógica proposicional (MENDELSON, 1987; LEMMON, 1987) –, em seus fundamentos dedutivos, é a disciplina que aborda, formalmente, a validade ou não de argumentos, nos quais, de premissas verdadeiras, não se possa chegar a conclusões falsas. A dedução é o processo de raciocínio em que a inferência conclusiva é necessária, monotônica (que mantém sua função lógica mesmo com a introdução de outras premissas), em contraste com outras, não necessárias, não monotônicas ou canceláveis. Assim, “Todo mamífero é um ser vivo” e “Todo ser vivo morre” levam à necessária conclusão de que “Todo mamífero morre”. Isso é assim, porque há uma forma lógica que torna o argumento válido em qualquer ocorrência. Todo A é B, todo B é C, portanto, e necessariamente, todo A é C.

Já um argumento como “Se isto é uma flor, então é uma rosa; é uma rosa, então é uma flor” pode ser considerado aceitável ainda que não válido dedutivamente, caso em que $P \rightarrow Q$, Q não levam necessariamente a P , embora, sob o ponto de vista semântico, seja perfeitamente aceitável. Ocorre que, em contrapartida ao argumento lógico-dedutivo, com sua forma lógica, o argumento em linguagem natural envolve algo que se poderia chamar forma do conteúdo, no caso uma hiponímia em que o termo ‘rosa’ é um hipônimo de ‘flor’, e ‘flor’, um hiperônimo de ‘rosa’. Se o argumento fosse formatado em outra ordem lexical, como “Se isto é uma rosa, então é uma flor; é uma flor, portanto é uma rosa”, seria inválido e inaceitável.

De maneira similar, a linguagem de emoções também se estrutura semanticamente, o que pode determinar questões problemáticas para a argumentação natural, ou prática. Por exemplo, ‘amar’, ‘estar apaixonado’ e ‘gostar’ mantêm relações como as de intensidade e de profundidade. ‘Amar’ é assumido como mais profundo que ‘apaixonar-se’, e este é assumido como mais profundo que ‘gostar’². De modo que um argumento do tipo dialógico

[1]

A – Se João está apaixonado por Maria, então vai casar com ela.

B – De fato, está apaixonado, mas não a ama. Não casará, portanto.

parece ser aceitável, ainda que a conclusão seja negada e o argumento seja inválido; de duas premissas verdadeiras, a conclusão esperável era que iria casar com ela. A forma lógica poderia ser $P \rightarrow Q$, $(P \wedge \neg R)$, portanto, Q , válida. O contexto da argumentação, no caso, via forma do conteúdo, envolve conhecimento enciclopédico – entendido como interface entre conhecimento de mundo e conhecimento linguístico. Apaixonar-se é menos razão do que amar para casar-se, ou seja, a paixão não é entendida como suficiente, embora seja entendida como necessária. Da mesma maneira, dizer que “João casará com Maria, porque gosta dela” parece implicar que sim, embora ‘gostar dela’ seja necessário, mas não seja suficiente para casar.

² Toma-se por base, aqui, a noção escalas de significado de Horn (1972).

O aspecto interessante aqui é o fato de que a forma lógica dos argumentos pode ser desenhada para argumentos dedutivos estritamente formais, monotônicos, portanto, mas não deixa de acontecer que possam ser usados no nível dos raciocínios práticos, não monotônicos, por exemplo, envolvidos com aspectos heteromórficos (não homogêneos), como o significado na interface semântico-pragmática. Isso é semelhante a dizer que o argumento, em seu uso, é objeto complexo e demanda abordagem interdisciplinar, o que significa que o conjunto de inferências naturais tem, como subconjunto, as lógicas em sentido estrito, numa abordagem que vai além da questão da validade puramente formal – tal interpretação pode ser justificada por uma compreensão via interfaces; a [interface] comunicativo-social pode ser assumida como contendo a formal no sentido de que a forma lógica como tal é uma abstração de n ocorrências. Assume-se, neste caso, um compromisso com um tipo de racionalidade ampla, ainda tratável – evidentemente não se pode radicalizar no sentido de que o passo na direção da lógica informal possa ser argumento cético contra a racionalidade. Tal racionalidade, numa interface lógico-cognitivo-comunicativa, certamente é constituída de inferências de interfaces distintas, sem que a visão disciplinar da Lógica Clássica seja posta em jogo. Pelo contrário, de maneira análoga, trata-se da construção de interfaces sintático-semântico-pragmáticas, onde a razão formal (operação lógico-dedutiva), a cognitiva (operação mental) e a social (operação comunicativa) se aproximam em solidariedade de perspectivas.

Nesse caminho, ainda que as emoções tenham representado, historicamente, ameaças à racionalidade no uso dos argumentos, elas sempre estiveram juntas³. Não por outra razão, Aristóteles tratou de diferenciar a inferência analítica da dialética e da retórica, sendo a primeira livre de contexto e as duas últimas formas de uso dos argumentos. A Retórica, então, pode ser entendida como disciplina que inclui uma teoria das emoções (*pathos*) na perspectiva aristotélica.

3 A EMOÇÃO NA INTERFACE COM A LINGUAGEM NATURAL

Há três perspectivas para a interface linguagem-emoção⁴: a primeira é o fato de que, dado o uso da linguagem, como no caso de um diálogo, a interatividade entre os locutores está dentro de um contexto de condições de verdade e de condições afetivas; a segunda é que as emoções estão gramaticalizadas, suas propriedades podem ser expressas nos diversos níveis: fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos; a terceira é que a emoção está na interface entre a forma e o conteúdo, numa função de intenções persuasiva, política, amorosa, etc. presentes no argumento prático. Ilustramos, no exemplo a seguir, as perspectivas de construir um contexto afetivo-emocional, usando, para isso, o diálogo espontâneo:

³ As origens desse pensamento já foram identificadas por Aristóteles através da noção de *pathos* (ARISTÓTELES, 2012).

⁴ Trata-se de defender a validade da suposição operatória para fins de relacionamento entre razão e emoção.

[2]

A – Oi, querida! Tudo bem?

B – Oi, minha amiga, tudo bem.

A – Já estava com saudade.

B – Eu, também.

A – E aquele gato do teu irmão Marcos, ainda solteiro?

B – Sim. És candidata?

A – Se ele está só, e me quiser, é claro, sim.

B – Mas ele é genioso, tu sabes.

A – Sim, mas me dou bem com toda a família.

B – Que bom, então, serás minha cunhadinha.

A – Já ganhei o dia, mas tenho que ir pra aula. Até depois.

B – Até depois, “cunhadinha”.

No contexto do diálogo, as condições de validade e de aceitabilidade da verdade, ou veracidade, coexistem com as condições de afetividade. Estas últimas podem ser caracterizadas como espontâneas e amigáveis. Ou seja, tais condições afetivas são adequadas ou relevantes para o contexto informativo em que as amigas aceitam como veraz que Marcos está solteiro e que “A” aceitaria namorar Marcos. Há consenso de que ele é genioso, mas “A” mantém sua intenção. Os argumentos “Se ele está solteiro e me quer, então eu aceito” e “Ele está, portanto, aceito” têm sua validade semântico-pragmática também aceita.

Condições de afetividade, em princípio, representam um contexto em que as condições de veracidade⁵ – ditas e inferidas – são otimizadas (fortalecidas). Suponhamos que, de maneira só falsamente amigável, “A” estivesse ironizando. A ironia não parece ser adequada a este diálogo. Alguém que o observasse, como não protagonista, não o entenderia como adequado ao que foi dito e inferido. Não há traços explícitos nem inferíveis de ironia⁶. Já a propriedade de amigabilidade pode ser identificada em vários aspectos. A forma como se cumprimentam, a forma carinhosa como se despedem, etc. Mesmo um diálogo outro, de caráter científico, envolve tais condições. Por exemplo, o entusiasmo dos interlocutores que compartilham certas verdades científicas que ambos defendem. Ou, ao contrário, o clima de agressividade em que eles competem. Diálogos otimizados são, portanto, os que combinam veracidade e afetividade de maneira adequada. Nada impede que as condições de afetividade mudem, no decorrer do diálogo, a ponto de os interlocutores se afastarem, porque não há condições, diriam eles. Que condições são essas? As de afetividade adequada.

⁵ No nível da lógica *stricto sensu*, estudam-se as condições de verdade – propriedade de uma proposição ser verdadeira ou falsa. Na lógica *lato sensu* (uso dos argumentos), não podemos afirmar verdades senão no sentido de condições de veracidade ou condições de aceitabilidade da verdade – propriedade de uma proposição em uso ser plausível ou não. No uso do argumento, as condições de afetividade manifestam-se como adequação ou não desse uso, ou como fatores de força do argumento – os sofistas, por exemplo, já eram acusados de emocionar as pessoas para convencê-las. As condições de afetividade estão em relação com as condições de veracidade e de verdade no uso dos argumentos.

⁶ Ressalte-se o fato de que ser irônico ou não é uma suposição dependente do contexto da situação.

Evidentemente que, mesmo entre inimigos, o diálogo é possível se as referidas condições minimamente funcionam. Veja-se o caso de Israel *versus* Palestina. O diálogo parece fracassar. Há condições de veracidade problemáticas, não há consenso sobre elas. Há condições de afetividade problemáticas, não há a mínima tolerância.

Quanto à segunda maneira de interfaciar emoção e linguagem, trata-se de constituir o que se pode chamar de “emoções verbais”. Cada nível de interface interna entre as subpartes tem formas de expressar emoções e afetividade em geral. Ilustremos tal fenômeno em cada nível, usando o diálogo [2] em pauta⁷:

- “Oi, minha querida” – sentimento de informalidade espontânea e de carinho;
- “já estava com saudade” – sentimento de falta, de carência, de vontade de ver a outra;
- “e aquele gato do teu irmão Marcos” – metáfora para atração física;
- “genioso” – sufixo para um comportamento emocionalmente forte (pejorativo);
- “cunhadinha” – sufixo de carinho (nesse contexto);
- “que bom!” – expressão interjetiva para “estou feliz”;
- “já ganhei o dia” – expressão metafórica para “estou feliz” e, por hoje, estou satisfeita;
- “até depois, ‘cunhadinha’” – expressão de sufixo para afeto de cumplicidade.

A terceira forma de tratar a linguagem na interface com as emoções é reconhecê-las como indiscutíveis ingredientes retóricos a serviço de intenções diversas. Essa propriedade é, no final das contas, a que mais preocupou os gregos antigos (especialmente Platão e Aristóteles), dado o efeito de se deslocar a questão da verdade para a dos efeitos retórico-emocionais. Convencer, mesmo sem o amparo da verdade, é a denúncia de Platão para os sofistas (PLATÃO apud HEIDEGGER, 2012). Hoje, pela intensificação dos processos dialógicos no mundo digital, aparece, mais claramente, o poder da retórica em qualquer área do conhecimento, especialmente a que busca interativamente a emoção, principalmente a da arte e a da política. A poesia, desde Homero e Hesíodo, é o lugar clássico das formas ricas retoricamente. A emoção na retórica do herói grego e sua revolta é seu ponto central. A poesia lírica de Vinícius de Moraes e sua insinuação retórica de sensualidade é um outro inspirado exemplo. Consideremos alguns efeitos retóricos como ilustração⁸:

[3]

“A lógica nos leva de A para B; a imaginação, de A para qualquer lugar.”

(Einstein)

“Essa mulher é um mundo, é uma cadela, mas na moldura de uma cama, nunca mulher nenhuma foi tão bela.”

(Vinícius de Moraes)

⁷ Não custa repetir que não se trata da análise das emoções em si mesmas, mas da análise da linguagem das emoções e da forma como condições de afetividade interagem no interior do diálogo.

⁸ Permitem-se ao leitor suas próprias interpretações, pois não temos a pretensão de oferecer respostas prontas para as relações forma-sentido, como estímulo para futuras investigações.

“O pior casamento é o que dá certo.”

(Millor Fernandes)

“Yes we can.”

(Obama)

“Saio da vida para entrar na história.”

(Getúlio Vargas)

“O poeta é um fingidor, finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente.”

(Fernando Pessoa)

De fato, a retórica pode ser construída como operações da forma sobre o conteúdo. “Eu simpatizo contigo”, “Eu gosto de ti”, “Eu estou apaixonado por ti”, “Eu te amo”, “Eu te amo totalmente demais”, enquanto atos de fala (AUSTIN, 1965; SEARLE, 1979), envolvem graus de emoção em que a forma gera uma inferência adicional de expressividade amorosa. O resultado é que a função poética, nas palavras de Jakobson (1987), ocorre quando a linguagem volta-se para si mesma. Isso quer dizer que o significado da proposição é enriquecido por formas pragmáticas capazes de despertar, no nível poético, uma espécie de emoção estética, assim como a retórica de um pavilhão político é capaz de incitar as massas à violência, capaz da brutalidade de uma guerra, como o que resultou da emoção e do sentimento nazistas. O contexto da afetividade e da emoção estão, portanto, em todas as ocorrências de uso da linguagem.

O que ocorre é que há um contexto emocional em que um enunciado é interpretado, há uma forma de gramaticalização em que as expressões linguísticas incorporam a linguagem das emoções, e, finalmente, há uma expressividade retórica com potencial para propósitos do tipo persuasão, sedução, protestos, etc. Uma das propriedades mais interessantes da retórica das emoções é como o raciocínio lógico em sentido amplo é capaz de interagir com o papel da função argumentativa ligado às emoções.

4 EMOÇÕES NO ARGUMENTO NATURAL NA INTERFACE COM O ARGUMENTO LÓGICO

O argumento lógico-dedutivo é uma forma abstrata para uma estrutura racional *stricto sensu*, em que as premissas, uma vez verdadeiras, não devem levar a conclusões falsas. A dedução é, em princípio, um conjunto de regras normativo-descritivas em que os exemplos são meras ilustrações para uma disciplina formal. O argumento lógico-natural é uma estrutura racional *lato sensu*, em que, além de formas, considera-se o conteúdo dos enunciados que fazem o papel do que é dito, e de inferências necessárias ou canceláveis.

Os exemplos [1-3] fazem parte do contexto pragmático em que os usos dos argumentos complexos são os objetos de descrição e explicação, dinamicamente

assumidos, numa perspectiva não normativa, em que as formas de racionalidade criativa são possíveis. São modelados [esses exemplos] numa área interdisciplinar, simulando inferências múltiplas numa racionalidade complexa. Nessa perspectiva, o contexto das condições de afetividade, de sentimentos e de emoções⁹, enquanto linguagem natural, podem ser relevantemente investigados como de potencial interesse tanto para áreas de lógica informal (*lato sensu*, conforme já mencionado), como para experimentos na neurociência. Em última instância, numa interface linguístico-lógico-cognitivo-comunicativa, o papel das emoções e de suas relações com formas de racionalidade humana pode ser mais bem explicado. O diálogo (estrutura/processo do diálogo, nesse caso) continua sendo nosso instrumento para ilustrar os argumentos naturais.

[4]

A – Se uma pessoa te liga pelo celular, deves atender?

B – Com certeza.

A – Mas te liguei milhares de vezes e nada.

B – Desculpa-me. Infelizmente, esqueci o celular em casa.

A – Ah, sim! A semana inteira?

Esse diálogo pode ilustrar propriedades de interface entre o argumento-tipo e o argumento-ocorrência¹⁰. “A” leva “B” a aceitar um *modus ponens* com um condicional genérico na primeira linha, e o enunciado que confirma o antecedente, na terceira, em *n* ocorrências. $P \rightarrow Q$, P , portanto Q . Mas “B”, mesmo assumindo o argumento, não teria tomado a decisão esperável (de atender “A”). Diante de inúmeras chamadas de “A”, “B” não as atende. Ele, contudo, argumenta, com desculpas, para tornar o fato mais razoável já que confessado. “Sem o telefone, não é possível atender, e eu o deixei em casa”, diz ele, portanto, “infelizmente, não pude atender”.

O argumento de “A” em [4] era crítico; o de “B”, uma tentativa de anulá-lo. Mas a última linha é uma forma de ironia em que a desculpa de “B” se torna inverossímil. Ela implica que, se fosse verdade a justificativa, então ela seria válida para toda a semana, determinada, inferencialmente, por chamadas ao longo dos sete dias. Trata-se de um quadro argumentativo que simula uso prático de argumentos com ingredientes tais como: validade de *modus ponens*; condições de afetividade, como a ironia, por exemplo; o convite de “A” para que “B” seja racional diante da situação; o conhecimento enciclopédico de contexto de uso de celular; a resposta categórica de “B”; a hipérbole de “milhares”; a falsa confirmação de “ah, sim”; a crença de que “B” é falso em sua justificativa; as “desculpas” e o “infelizmente”, apontando para um estado emocional de lamentação pelo ocorrido; a frustração revelada na forma de dizer “e nada”.

Tal descrição de um argumento prático não é evidentemente precisa, podendo ser ampliada para situações mais complexas. Porém, algo parece certo, há uma racionalidade, ainda que complexa, que permite uma análise razoável, em que pesquisas

⁹ Nesse caso, sinônimos.

¹⁰ Argumento tipo: forma lógica do argumento; argumento ocorrência: uso do argumento.

experimentais poderiam levar a conclusões de que o argumento de “A”, se competindo com o de “B”, é vencedor, por exemplo. A (tomada de) decisão de “B” de não seguir o primeiro argumento e a (tomada de) decisão crítica de “A” parecem ser aceitáveis como verazes, ao passo que a justificativa de “B”, não. Trata-se obviamente apenas de uma ilustração de interface com áreas cognitivas.

Além disso, inferências pragmáticas podem ser identificadas. Por exemplo, uma perspectiva griceana poderia ser invocada em nome de que a falsidade de ter dito que “milhares de chamadas foram realizadas” é uma maneira de levar à inferência de que foram muitas as tentativas, dentro de uma aparente violação da máxima de qualidade. De forma similar, dizer que esqueceu o telefone em casa, aparentemente uma desculpa desconectada do tópico, fica claramente justificado, dada a inferência de que “B” não estava em casa e não poderia atender, então, num exemplo de falsa quebra da máxima de relevância. Mas tal inferência pode ser cancelada por premissas adicionais, como “A – Mas você tem um celular e, nele, você poderia recuperar as minhas chamadas”. De fato, o argumento dedutivo é, essencialmente, monotônico, mesmo com premissas adicionais; o argumento natural, ao contrário, pode ter sua conclusão alterada por uma premissa nova que se insere no conjunto das outras, caracterizando sua não monotonicidade. O exemplo a seguir ilustra o que se está dizendo, com um argumento dedutivo em comparação ao natural num diálogo:

[5]

- P → ¬Q Se Chomsky é inatista, então não crê em Skinner sobre o behaviorismo.
P Ele é inatista.
R Ele é dogmático (premissa adicional).
¬Q Portanto, não crê em Skinner sobre o behaviorismo.

A conclusão se segue mesmo com a premissa adicional – monotonicidade –, porque o sistema é formal e *a priori*, normativo.

[6]

- P A – Chomsky tem defendido, desde 1959, que há uma base inata.
P → Q B – Se isso é assim, então ele crê na Gramática Universal desde essa época.
 A – Eu não confio nas crenças dele (premissa adicional).¹¹
 B – Então não conclus que ele crê na Gramática Universal desde 1959.
 A – Provavelmente não.

A conclusão é ameaçada pela premissa adicional, elemento afetivo – não monotonicidade –, porque não é normativo, nem *a priori*, mas exploratório¹². A presença de uma premissa adicional, “Eu não confio nas crenças dele”, introduz uma

¹¹ Esse diálogo, como um todo, representa um argumento prático. As duas primeiras linhas caracterizam uma estrutura *modus ponens*; as últimas três linhas, com a introdução da premissa adicional (ligada a condições de afetividade), entram em incoerência com a primeira parte do argumento.

¹² Ou seja, com potencial relevante para pesquisa.

condição afetiva que marca a não monotonicidade de o argumento prático ter a interferência em sua conclusão de elementos como a emoção. Ainda que isso pareça estranho, se não fosse assim, se a premissa em pauta parecesse impropriedade, como se justificaria que há uma aceitabilidade do argumento com ela. Pelo contrário, parece justo que se introduza a noção de condições afetivas, dado o fato de que elas estão presentes nos contextos de argumentação natural ou prática.

Uma outra fonte de condições de afetividade argumentativa são as chamadas expressões idiomáticas ou emocionais e seus efeitos sobre a argumentação. Algumas delas ilustram o conjunto de exclamações “que legal!”, “que bom!”, “que tristeza!”, “tomara que consigas!”, “boa sorte!”, “te cuida!”, “adorei!”, “vai dar tudo certo!”, “meu Deus!”, “ah, essa não!”, “bom te ver!”, “o prazer é meu!”, “seu malandro!”, “de jeito nenhum!”.

[7]

A – Se eu passar nas provas, vou comemorar em Paris.

B – Vai dar tudo certo!

A – Espero que sim.

B – Estás com um pé na França.

As condições de afetividade são positivas. “A” revela seu desejo num condicional, e “B” manifesta sua expectativa de estímulo com uma expressão idiomático-emocional “Vai dar tudo certo!” que carrega a inferência de que “B” está otimista e na expectativa de que “A” consiga o que quer. A forma do argumento é $P \rightarrow Q$, P, portanto Q, e o que “B” diz é que “A” vai passar nas provas e que vai comemorar em Paris, o que leva a inferir que o argumento é válido e correto.

[8]

A – Se você não cumprir a regra, você será preso.

B – Toda regra tem exceção.

A – Ah, não acredito!

B – Você verá!

O condicional inicial é a expectativa dialógica de que “B” o aceita, mas este contra-argumenta dizendo que toda regra tem exceção, o que leva a inferir que “B” não cumprirá, porque há exceções à regra e esta é uma delas – que afirma o antecedente, mas nega o consequente –, não indo, portanto, preso. A expressão afetiva de “A” é que “B” não conseguirá e será surpreendente se isso acontecer. “B” desafia e confirma que “A” constatará a veracidade do argumento de “B”.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Para ser fiel ao caráter exploratório do presente ensaio, trata-se de resumir em tópicos os itens que se destacam para a reflexão. Ao longo dos tempos, da cultura grega à cultura digital, o processo argumentativo tem sido considerado em suas propriedades formais e em suas propriedades dialógicas; tais propriedades podem ser desenhadas em

interfaces comuns. Afinal de contas, não parece razoável excluir a Lógica Formal como disciplina icônica da racionalidade mais específica; sendo que, também, não parece plausível desconsiderarem-se as propriedades da racionalidade cotidiana, em nome de suas fragilidades. Seguem-se os tópicos. Eles representam um certo roteiro provocativo e exploratório no contexto das relações interdisciplinares entre Lógica e Comunicação, na iminência de um conceito mais complexo de racionalidade, que interage, naturalmente, com condições de afetividade, no uso de argumentos.

a) Desde Aristóteles, pode-se construir uma interface entre o argumento apodítico e o dialético; entre o formal e o comunicativo-social, em que se distingue uma concepção semântica de uma pragmática, entre esquema de validade e plausibilidade no uso de um argumento (ARISTÓTELES, 2010);

b) O argumento dedutivo, então, desenhado, formalmente, como normativo em sua validade ou não, pode também ser considerado no nível de um argumento natural, interagindo com inferências não monotônicas (HORN, 1972);

c) A perspectiva da conexão entre os dois tipos de contexto dos argumentos, enquanto formais e naturais, faz parte de uma perspectiva complementar de racionalidade *stricto sensu* e de racionalidade *lato sensu* em que esta inclui aquela; mais propriamente, há que se diferenciar a forma lógica, da forma do conteúdo, no uso do argumento (COSTA; STREY, 2014);

d) Nos argumentos práticos, o objeto em perspectiva é desenhado por propriedades heteromórficas, com inferências de vários tipos, requerendo investigação interdisciplinar (WALTON, 2012);

e) A conexão interdisciplinar de inferências pode ser considerada na aproximação entre condições de verdade e condições de afetividade (COSTA; STREY, 2014);

f) A linguagem natural, em seu uso dialógico, é o caminho para as interfaces do raciocínio argumentativo-dedutivo com o raciocínio prático (COSTA; STREY, 2014);

g) A argumentação dedutiva é uma abstração de n situações de uso de argumentos, aquela que leva a conclusões necessárias; a argumentação prática é o uso dos argumentos, aquela que compreende conclusões não necessárias ou canceláveis (GRICE, 1989);

h) Emoção e razão interagem na perspectiva argumentativo-dialógica na linguagem natural (DAMASIO, 1994).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. de Manuel Alexandre Jr., Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. *Órganon*. Trad. de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2010.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. New York: Oxford University, 1965.
- COSTA, J. C.; STREY, C. Linguagem, argumentos e emoções. In: GERBASE, C. (Org.). *Imaginação em rede: comunicação, memória e tecnologia*. Porto Alegre: Sulinas, 2014.
- _____. *Inferências linguísticas nas interfaces*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- DAMASIO, A. *Descartes' error: Emotion, Reason, and the Human Brain*. Nova York: G. P., 1994.
- ELSTER, J. *Alchemies of the mind: Rationality and the Emotions*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

- GRICE, H. P. *Studies in the way of words*. Boston: Harvard University, 1989.
- HEIDEGGER, M. *Platão: O sofista*. Trad. De Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- HORN, L. R. *On the Semantic Properties of Logical Operators in English*. Ph.D. thesis, UCLA, Los Angeles, 1972.
- JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: _____. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1987.
- LEMMON, E. J. *Beginning logic*. 2nd ed. London: Chapman & Hall, 1987.
- MENDELSON, E. *Introduction to Mathematical Logic*. New York: D. Van Nostrand, 1987.
- MOURA, H. M. M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. *D.E.L.T.A.*, v. 14., n. 1, São Paulo, fev. 1998.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação – A nova retórica*. Trad. de Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SEARLE, J. R. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University, 1979.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2nd Ed. Oxford: Blackwell, 1986.
- WALTON, D. *Lógica informal*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

Recebido em: 15/10/15. Aprovado em: 07/12/15.

Title: *Dialogue: practical argumentation and conditions of affectivity*

Authors: *Jorge Campos da Costa; Jonas Rodrigues Saraiva*

Abstract: *This essay is an attempt to an interdisciplinary approach to practical argumentative dialogue in its logic and affective dimension, from the perspective of a theoretical design in which reason and emotion coexist in a natural relationship between natural rationality and formal rationality. The assumptions are that dialogue is the locus classicus of practical reasoning in their linguistic-cognitive-communicative structure; that rationality, represented by deduction, stricto sensu, is the subject of a discipline, namely the Classical Logic; and that this discipline can be included in a lato sensu perspective of rationality, subject of an interdisciplinary approach in which coexist Logic, Linguistics, Cognitive Psychology, Communication Theory among others. Central to the research is the identification of inference in its various dimensions within the mentioned areas, the play of the language of the emotions, and their connections with the real conditions in the perspective of the validity and acceptability of arguments.*

Keywords: *Dialogue. Inference. Emotion. Argument.*

Título: *Diálogo: argumentación práctica y condiciones de afectividad*

Autores: *Jorge Campos da Costa; Jonas Rodrigues Saraiva*

Resumen: *Este ensayo es un intento de enfoque interdisciplinario acerca del diálogo argumentativo práctico en su dimensión lógica y afectiva, desde la perspectiva de un diseño teórico en el que razón y emoción conviven en una relación entre racionalidad natural y racionalidad formal. Las hipótesis asumidas son las que el diálogo es el locus classicus de la argumentación práctica en su estructura lingüística-cognitiva-communicativa; que la racionalidad stricto sensu, representada por la deducibilidad, es objeto de una disciplina, a saber, la Lógica Clásica; y que esta disciplina puede ser incluida en una perspectiva de racionalidad lato sensu, objeto de una visión interdisciplinaria en la cual conviven Lógica, Lingüística, Psicología Cognitiva, Teoría de la Comunicación, entre otros. Central para la investigación es la identificación de la inferencia en sus distintas dimensiones dentro de las áreas mencionadas, el juego del lenguaje de las emociones y sus conexiones con las condiciones reales en vista de la validez y aceptabilidad de los argumentos.*

Palabras-clave: *Diálogo. Inferencia. Emoción. Argumento.*